

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:

CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS

**RELAÇÕES DE PODER EM V DE VINGANÇA: TOTALITARISMO E
BIOPOLÍTICA**

ALIÚD JOSÉ DE ALMEIDA

VITÓRIA DA CONQUISTA

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:

CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS

**RELAÇÕES DE PODER EM V DE VINGANÇA: TOTALITARISMO E
BIOPOLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista, como requisito parcial para banca de defesa.

Orientador: Dr. Cássio Roberto Borges da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA

2021

A444r Almeida, Aliúd José de.

Relações de poder em V de vingança: totalitarismo e biopolítica. / Aliúd José de Almeida, 2021.

113f.

Orientador (a): Dr. Cássio Roberto Borges da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referências: f. 112 – 113.

1. Totalitarismo. 2. V de Vingança - Poder. 3. Neoliberalismo. 4. Biopolítica. I. Silva, Cássio Roberto . II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós -Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens- PPGCEL. III. T.

CDD: 320.53

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DO
MESTRANDO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DA UESB.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de 2021, reuniram-se, por meio digital, em caráter excepcional, devido à pandemia de COVID-19, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, os membros da Banca Examinadora constituída pelo Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima (PPGCEL/UESB), Prof. Dr. Eder Amaral e Silva (DFCH/UESB) e pelo Prof. Dr. Cássio Roberto Borges da Silva (PPGCEL/UESB), orientador, para julgar a dissertação: “Relações de Poder em V de Vingança: Totalitarismo e Biopolítica”, de autoria de Aliú José de Almeida. Após apresentação pelo candidato e arguição pela banca, deliberou-se pela aprovação do candidato, condicionando-se o efeito legal desta ata, para o fim específico de emissão de diploma de mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, linha de pesquisa: Linguagens e Práticas Sociais, à entrega de versão definitiva da dissertação em até 30 dias decorridos da data de defesa, conforme preconiza artigo 64, capítulo XXIV – das dissertações, da Resolução CONSEPE Nº 46/2016 – que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens. Nada mais havendo a ser tratado, a comissão examinadora encerrou a sessão pública de defesa, da qual lavrei a presente ata que, após a sua leitura, será assinada por mim, pelos demais membros da banca e pelo candidato ao título de mestre.


Vitória da Conquista, 30 de junho de 2021.



Orientador – Prof. Dr. Cássio Roberto Borges da Silva

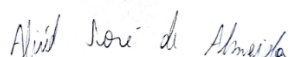


1ª Examinador – Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima



Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima
Coord. do Programa de Pós-Graduação em Letras:
Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL
Cof. 72.441.812-3

2º Examinador – Prof. Dr. Eder Amaral e Silva



Mestrando – Aliú José de Almeida

AGRADECIMENTOS

a **Maria José, Maria do Céu e Maria Ivaneide**.
a minha mãe por seu espírito de batalha. a minha avó por seu humor. a minha tia por sua paciência e por ter me convencido a voltar a estudar quase dez anos atrás.

a meus **amigos** por me possibilitarem relações onde somos igualmente livres:

a **Caio, Lucas e Thiago** por quase duas décadas de boas conversas, de bons conflitos e de boas histórias.

a **Binha, Lucas, Iran e Shirley** por estarem comigo sempre que precisei.

a **Joabe e Gleidson** por me terem feito tirar a guitarra do case quando eu havia me cansado.

a **Daniel, Gil e Silvestre** por ensaios divertidos, conflituosos e músicas sem início, meio e fim bem definidos.

a **Carlinhos e Enzo** por seus espíritos bárbaros.

a **Franck, Marley, Tássio, Tulhão, Bárbara e Bruno** por suas provocações.

a **Hergon, Gizelle, Laira e Lídia** por fazerem dos corredores e bancos da uesb lugares vivos.

ao **Mateus** por conseguirmos conversar apesar de tantas diferenças.

a **Cássio, Eder, Hallyson, Grunge, Ceres, Ciro e Cecília** por terem me proporcionado satisfação na vida acadêmica.

ao **Vader** por ter sido o companheiro que foi quando estava vivo.

ao **PPGCEL** e aos colegas de turma. em especial a **Judson, Wil, Manu, Mariana e Marcus**.

a **FAPESB** por ter financiado esta pesquisa.

*Tento imaginar quem construiu a primeira
parede. O que ele tinha em mente. Ou ela.
Proteção? Privacidade? Ou outra coisa.*

*Construímos nossas civilizações com
paredes, que nos dão abrigo e fortaleza.
Mantém distantes “os outros”: as
intempéries, os animais selvagens,
as pessoas que são diferentes. Ao nos
dividirem, as paredes nos definem.*

*As paredes separam as pessoas;
e não só as paredes que construímos.
Talvez as mais assustadoras sejam aquelas
que não somos capazes de ver, mas
em cuja existência acreditamos.*

(Neil Gaiman, A Primeira Parede)

RESUMO

Nesta dissertação fizemos uma análise sobre as relações de poder no quadrinho *V de Vingança*, produzido por Alan Moore e David Lloyd entre 1982 e 1988 como uma crítica ao regime neoliberal e as tendências fascistas emergentes no ocidente. Para isso, analisamos a noção de “totalitarismo” na obra de Hannah Arendt e de “biopolítica” nos trabalhos de Michel Foucault e Giorgio Agamben.

PALAVRAS-CHAVE: V de Vingança; Totalitarismo; Biopolítica; Poder; Neoliberalismo.

ABSTRACT

In this dissertation we analyzed the relations of power in the comic *V for Vendetta*, produced by Alan Moore and David Lloyd between 1982 and 1988 as a critique to the neoliberal regime and the fascists tendencies rising in the occident. To that, we analyzed the notions of “totalitarianism” in the works of Hannah Arendt and “biopolitics” in the works of Michel Foucault and Giorgio Agamben.

KEYWORDS: *V for Vendetta*; Totalitarianism; Biopolitics; Power; Neoliberalism.

Sumário

Introdução	11
Poder e Distopia	133
Bibliografia	17
Totalitarismo	18
1 - Introdução	18
2 - As Origens do Totalitarismo	18
3 - Totalitarismo	22
4 – Crítica ao regime de representação	28
5 - Considerações finais	34
Bibliografia	36
Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben	37
1- Introdução	37
2- Biopoder: <i>fazer viver</i>	41
3- Racismo de Estado: <i>deixar morrer</i>	45
4- Tanatopolítica: <i>soberania e totalitarismo</i>	47
4.1- Biopolítica e vida nua	48
4.2- A exceção e a regra	51
4.3 - A nação e o campo	53
5- Considerações finais	54
Bibliografia	56
Relações de Poder em V de Vingança	57
1- Introdução	57
2- Sujeito, poder e violência	58
3.1- O mundo do quadrinho de V de Vingança	60
3.2- A Nórdica Chama	61

3.3- O cotidiano	63
3.4- Valerie	66
3.5- Rosemary, Helen e Ally	66
4.1- O monstro	67
4.2- Vingança	71
4.3- Evey	75
4.4- Fascismo e anarquismo em V de Vingança	76
5- Considerações finais	81
Bibliografia	83
Sobre V de Vingança	84
1 - Introdução	84
2 - Por Trás do Sorriso Pintado	84
3 - Crítica à Sociedade Capitalista	86
4 - Filme e manifestações sociais	89
5 - A Cabeça de Alan Moore	91
6 - Considerações finais	94
Bibliografia	95
Anexo 1	96
Anexo 2	102
Anexo 3	108
Bibliografia geral	111

INTRODUÇÃO

Neste trabalho faremos uma análise sobre as relações de poder no quadrinho de *V de Vingança*. Esta *HQ* foi produzida por Alan Moore e David Lloyd, durante a década de 1980, como uma crítica, por um lado, às políticas neoliberais que viriam a ser implementadas por Margaret Thatcher no Reino Unido e, por outro, às tendências fascistas em emergência na sociedade ocidental. A narrativa de *V de Vingança* é situada em uma Inglaterra distópica durante o ano de 1997. O país é governado, na ficção, pela Nórdica Chama, uma coalização entre corporações privadas e grupos fascistas, responsável pela instauração de um regime totalitário. Um sobrevivente dos campos de concentração inicia uma série de ataques terroristas e incita a população contra o governo, culminando no desmoronamento do regime.

Junto à *O Monstro do Pântano* e *Watchmen*, *V de Vingança* é um dos roteiros mais conhecidos entre as obras produzidas por Moore durante a década de 1980. Em ambos os trabalhos do quadrinista há elementos que destoam das narrativas *mainstream* de super-heróis que dominavam os quadrinhos naquela época – assim como ocorre atualmente no cinema e audiovisual. O uso de elementos, até então, não abordados em sua radicalidade por estas narrativas, como as posições políticas, a sexualidade e as condições sociais em que seus personagens estão inseridos, demarcam um estilo que viria a ser adotado como forma de resistência pelos quadrinistas da primeira reação inglesa ao modelo narrativo estadunidense que predominava na *Marvel* e na *DC Comics*. Hoje, uma vez que já foram integradas aos catálogos de venda das grandes distribuidoras, demarcadas como clássicos dos quadrinhos e adaptadas como filmes e séries, essas obras saíram do campo da contracultura e foram fagocitadas pela cultura *pop*.

Poder e Distopia é um resumo do projeto inicial desta pesquisa. Como veremos ao longo desse trabalho, decidimos abandonar algumas propostas levantadas neste texto. Em *Totalitarismo* e em *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*, examinaremos as noções preliminares que serão utilizadas em nossa análise de *V de Vingança*. Ambos os capítulos podem ser lidos como estudos independentes sobre as referidas noções. A noção de “totalitarismo”, elaborada por Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo*, foi inserida tanto pela obviedade do tema e sua relação com o espaço ficcional do quadrinho, quanto por uma recusa de nossa parte em discutirmos uma categorização de gênero ficcional – o que resultaria em um trabalho onde as noções de “utopia” e “distopia” teriam que ser reexaminadas. A discussão sobre “biopolítica”, por sua vez, nos pareceu

pertinente, devido a possibilidade de examinar, em uma ficção política, as relações de poder como o conjunto de ações em que os indivíduos se sujeitam uns aos outros. No estudo em questão, examinaremos tanto a formação histórica desta noção, elaborada por Michel Foucault em seus cursos no *Collège de France* durante a década de 1970 e sintetizada n’A *História da Sexualidade I*, quanto a sua apropriação por Giorgio Agamben em *Homo Sacer*.

Em *Relações de Poder em V de Vingança* faremos uma análise narrativa do quadrinho e discutiremos os elementos descritos na ficção. As conexões entre este capítulo e os anteriores serão feitas por meio de notas referidas aos tópicos pertinentes. Em nossas considerações finais, *Sobre V de Vingança*, discutiremos as condições históricas de formação do quadrinho e de sua apropriação por movimentos sociais no início do século XXI. Para tanto, examinaremos, por um lado, artigos e entrevistas dos autores e de críticos da HQ e, por outro, matérias jornalísticas sobre as manifestações ocorridas após o lançamento de sua adaptação cinematográfica em 2006.

O que faremos, portanto, é uma discussão sobre uma obra da cultura *pop* a partir de temas da filosofia política. Este trabalho é fruto das discussões ligadas aos projetos de pesquisa *História e historiografia literária e Ficção, Soberania e Biopoder*. Por mais que a autoria deste conjunto de textos seja atribuída a mim, não posso deixar de reconhecer as generosas contribuições de Cássio Roberto Borges da Silva, orientador desta pesquisa e coordenador de ambos os projetos, e Judson Pereira de Almeida, colega em ambos os grupos. Assim, *Relações de poder em V de Vingança: Totalitarismo e Biopolítica* é um produto coletivo do exercício analítico.

PODER E DISTOPIA¹

Este trabalho empenha-se em analisar *V de Vingança* (2016b), série em quadrinhos concebida por Alan Moore e David Lloyd entre 1982 e 1988. Trata-se de uma ficção distópica cuja narrativa é ambientada em 1997 num Reino Unido governado por um regime totalitário. Nesse mundo fictício, um revolucionário anarquista arquiteta a destruição do governo através de atos terroristas. A série em quadrinhos é elaborada, de acordo com Alan Moore, em *Por Trás do Sorriso Pintado* (2016a), a partir de referências literárias como *1984*, de George Orwell, *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, e de referências históricas como a figura do terrorista inglês Guy Fawkes e os campos de concentração da Alemanha nazista.

Trata-se de uma série em quadrinhos que busca na literatura um modelo de crítica aos regimes totalitários: os sistemas de vigilância da população, subordinada a um regime ditatorial, são elaborados a partir de *1984*; a divisão do corpo populacional em hierarquias inspira-se em *Admirável Mundo Novo*; a censura, por meio da apreensão e destruição de livros e obras de arte, refere *Fahrenheit 451*.

O protagonista da narrativa, V, combina traços extraídos de relatos históricos sobre as ações de Fawkes e sobre as vítimas dos campos de concentração. Preso em 1605 e executado em 1606 pela tentativa de explosão do parlamento inglês, o radical católico converte-se em um anarquista que consegue levar a termo os planos que haviam fracassado no início do século XVII (Moore, Lloyd, 2016b). A história dos campos de concentração baliza, por sua vez, a invenção da origem de V, indivíduo de identidade desconhecida em função de sua condição de cobaia humana nos campos de extermínio de *V de Vingança* (Moore, Lloyd, 2016b).

A nossa questão central, portanto, consiste em descrever as *relações de poder* no espaço ficcional de *V de Vingança*. Tendo em vista essa finalidade, examinamos a concepção de *poder* elaborada por Foucault: “um conjunto de ações sobre ações possíveis” (1995, p.243), ou seja, sob essa perspectiva, o *poder* não é tratado como algo que se possui, mas como algo que se exerce, como uma relação.

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é efetuar um levantamento preliminar de elementos conceituais que possam servir de subsídio para a análise da série em quadrinhos. Os

¹ Trabalho apresentado no XIII Colóquio Nacional e VI Colóquio Internacional do Museu Pedagógico – UESB. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/9036>.

objetivos específicos, por sua vez, são esboçar, inicialmente, uma descrição preliminar da concepção de *enunciado* que emerge nas análises elaboradas por Foucault em fins dos anos sessenta e, posteriormente, situar algumas balizas que permitam delimitação da noção de *distopia*, sujeita a usos significativamente heterogêneos.

Utilizaremos a noção de *enunciado*, descrita por Foucault em *Arqueologia do Saber* (2004), como ponto de partida para traçarmos o mapa do campo conceitual a ser explorado nesta pesquisa. Foucault (2004) descreve o *enunciado* como exercício de uma função que se delimita por *formações discursivas* históricas. O estudo do *enunciado*, neste sentido, permanece atrelado ao estudo da formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das escolhas estratégicas e, essas *regras de formação* podem ser descritas, inversamente, como: “domínios em que se exerce a função enunciativa” (Foucault, 2004, p. 131).

A análise dos *enunciados*, portanto, é correlativa e intercambiável com a das *formações discursivas*, uma vez que estas manifestam-se como regularidades enunciativas. O *discurso* pode, então, ser definido como um conjunto de *enunciados* apoiados na mesma *formação discursiva*, ou seja, em última instância, para Foucault, o discurso deve ser examinado como uma *prática*: um conjunto de regras anônimas e históricas que definem, em um determinado campo, “as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2004, p. 133).

O *enunciado*, sob essa perspectiva, inscreve-se num referencial preciso, rigorosamente situado no tempo e no espaço, ele insere-se, portanto, num horizonte de historicidade: num *domínio*. O *domínio*, portanto, é condição de desdobramento das “relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (Foucault, 2004, p.103). Nesse sentido, se uma obra faz parte de um “domínio de objetos fictícios” (Foucault, 2004, p.103), a função enunciativa nela exercida distingue-se daquela em que se empreende num ato discursivo epistêmico e tal diferenciação é regida por regras internas que condicionam o funcionamento de cada *domínio*: o exercício da função enunciativa delimita-se, portanto, pelo *status*, pelo *lugar institucional* e pela *posição* assumida por um *sujeito* de enunciação (Foucault, 2004, p. 56-61), ou seja, um *enunciado* tem sua vitalidade determinada pelo *domínio* a que pertence.

As narrativas *utópicas* são usualmente descritas como um gênero ficcional que emerge nos limites da filosofia política. Elas, convencionalmente, deveriam traçar a figura de uma idealidade, algures, tendo em vista, contudo, a ordenação efetiva dos modos em um campo social determinado. Um lugar imaginário, politicamente ideal, sem existência material (Canguçu, 2018), contudo, um lugar modelar, composto como imagem nostálgica de padrões de excelência no trato social e na representação política.

As *distopias*, por sua vez, são pensadas regularmente como ficções que pretendem subverter as *utopias*: “como forma de criticar seus ideais, modelos sociais, ou projetos político-econômicos subjacentes” (Cangunçu, 2018, p.52). Nesse ponto, ao que parece, vale a pena radicalizar o exame do aspecto subversivo da distopia. Considerando uma primeira hipótese, ela poderia ser pensada, situando-a ainda em um domínio discursivo de representação, como um realismo trágico, como um “alerta” ficcional relativo às possibilidades concretas de desdobramento catastrófico do quadro social vigente no momento de sua composição. Poderíamos, contudo, considerar também uma segunda hipótese: a de descrever a *distopia* como subversão do próprio regime ficcional em que se insere a *utopia*, um regime, como já apontamos, idealista e doutrinário. A *distopia* deveria, então, ser descrita, por um lado, como um ato discursivo anárquico, como uma pragmática da enunciação ficcional capaz de provocar a implosão dos dispositivos de saber fundados tanto no idealismo quanto referencialismo, por outro, como um procedimento discursivo de proliferação e de contiguidade que deve ser capaz de colocar em evidência o funcionamento molecular e imanente das *relações de poder*.

Seguindo essa linha de raciocínio, poderíamos descrever tanto as narrativas *utópicas* quanto as *distópicas* num quadro de deslocamentos de *domínio*: aquelas como derivação ficcional da filosofia política, estas como derivação anárquica da ficção doutrinária. As sucessivas mudanças de *domínio* alteram o valor do *enunciado*, que, de acordo com Foucault, “entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (2004, p.119). Identificamos, assim, ordens diversas de transposição: da ordenação política e filosófica do corpo social à figuração doutrinária dessa mesma ordem; da figuração doutrinária à sua crítica realista e, por fim, a transposição anárquica da crítica realista.

A guisa de conclusão, convém examinar ainda a noção de *biopoder*, elaborada por Foucault (1999) e desenvolvida por Agamben (2002). Foucault concebe o *biopoder* como um processo de gestão da vida e da morte dos indivíduos, um processo cuja finalidade é o controle do corpo humano, compreendendo-o, por um lado, como uma máquina dotada de capacidades práticas que devem ser desenvolvidas e, por outro, como parte de um conjunto populacional que o soberano pode “fazer viver” ou “deixar morrer” (Foucault, 1999, p.287).

Agamben, seguindo os caminhos traçados por Foucault, concebe o *biopoder* como uma forma de dominação que administra políticas de morte, *tanatopolítica*, que institui um “estado permanente de exceção”, expondo à morte contingentes populacionais que permanecem ordinariamente à margem do ordenamento jurídico: uma *vida nua*, *vida matável*, “uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio” (2002, p.166). Esta *vida nua*, sua subordinação à soberania, é, sob a ótica de Agamben, a chave para compreensão das vocações *biopolíticas*

dos Estados modernos. O *racismo de Estado*, fundado na ideia de uma raça considerada superior, “verdadeira e a única” (Foucault, 1999, p.72), é, na perspectiva de Agamben, uma ficção (2002) mobilizada pelos mecanismos de poder a fim de estabelecer, em um determinado território e sobre a população que o ocupa, os critérios que definem o valor da vida.

As concepções de Foucault e Agamben contrapõem-se às *utopias* nacionalistas dos séculos XIX e XX. A noção de *biopoder*, utilizada para descrever os regimes políticos que estiveram em vigência durante esses dois séculos, implica a gestão da morte, *tanatopolítica*: não apenas “fazer morrer ou deixar viver”, como na soberania monárquica, mas “fazer viver e deixar morrer”, gerir populações, e, no caso extremo, fazer viver e fazer morrer, genocídio².

² No texto apresentado no Colóquio Internacional do Museu Pedagógico (vide nota 1) utilizamos a palavra “holocausto”. A inserção da palavra “genocídio” nos pareceu mais pertinente devido, por um lado, a noção de genocídio ser mais ampla e englobar a noção de holocausto (o que não ocorre de maneira inversa) e, por outro, a atual circunstância política e histórica que vivemos no Brasil durante a pandemia de Covid-19.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua 1*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CANGUÇU, Cristiano Figueira. *Modos de Narrar Mundos: Trama e Exposição de Filmes de Ficção Científica*. Tese (Tese em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – UFBA. Salvador, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, Hupert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOORE, Alan. *Por Trás do Sorriso Pintado*. In: *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012a, p.269-280.
- MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012.

TOTALITARISMO

1 - INTRODUÇÃO

Neste trabalho, examinaremos a noção de totalitarismo forjada por Hannah Arendt em um estudo paradigmático: *As Origens do Totalitarismo* (1989). O livro, dividido em três partes, descreve o *Anti-semitismo* (p.17-p.143), o *Imperialismo* (p.147-p.336) e o *Totalitarismo* (p.339-p.531) como acontecimentos fundamentais da história moderna. No *Prefácio À Primeira Edição* (p.11-p.13), escrito em 1950, Arendt afirma que compreender “significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja” (Arendt, 1989, p.12). Em sua análise, como veremos, ela nos alerta sobre um possível retorno das práticas totalitárias. Após esta discussão, examinaremos a análise de Helton Adverse sobre a crítica de Arendt ao regime de representação e a seu elogio à democracia direta.

2 - AS ORIGENS DO TOTALITARISMO

No trabalho de Arendt, o antissemitismo é descrito, inicialmente, sob a perspectiva da formação do movimento nazista, da deflagração da Segunda Guerra Mundial e da implementação massiva da morte. A expansão imperialista, consolidando a instauração da sociedade burguesa, desencadeou uma série de processos econômicos e modificou a política em escala mundial. O poder de transformação da realidade material mostrou-se incompatível com a capacidade humana de compreender as relações sociais a fim de viver em harmonia. A análise dos movimentos imperialistas de expansão, dos mecanismos políticos burgueses e das narrativas produzidas pelos movimentos totalitários, permitiu, sob o ponto de vista da autora, uma compreensão mais nítida dessas questões:

“O problema é que a nossa época interligou de modo tão estranho o bom e o mau que, sem a expansão dos imperialistas levada adiante por mero amor à expansão, o mundo poderia jamais ter-se tornado um só; sem o mecanismo político da burguesia que implantou o poder pelo amor ao poder, as dimensões da força humana poderiam nunca ter sido descobertas; sem a realidade fictícia dos movimentos totalitários, nos quais – pelo louvor da força por amor à força – as incertezas essenciais do nosso tempo acabaram sendo desnudadas com clareza sem par, poderíamos ter sido levados à ruína sem jamais saber o que estava acontecendo” (Arendt, 1989, p.12).

No segundo *Prefácio* (p.17-p.22), redigido em 1967, Arendt diferencia o antissemitismo ideológico, que emerge durante o século XIX, do antissemitismo religioso do Antigo Regime. Defendendo que tanto a tese do antissemitismo moderno, concebido como uma configuração atualizada de um ódio secular, quanto a crença em uma sociedade secreta judaica, que objetivaria a dominação mundial³, seriam historicamente falaciosas, Arendt descreve o nascimento do antissemitismo como consequência do isolamento judaico ocorrido durante os séculos XV e XVI, um fenômeno que transformou o judaísmo num sistema de pensamento restrito, apoiado em distinções étnicas e não em discordâncias entre doutrinas religiosas⁴: “Essa mudança na avaliação do caráter diferente do povo judeu – que só surgiu entre os não-judeus muito mais tarde, na Era do Esclarecimento – constituiu certamente a condição *sine qua non* para o nascimento do antissemitismo” (Arendt, 1989, p.18). Ela descreve dois movimentos: por um lado, o isolamento da comunidade judaica, durante o antigo regime, a fim de preservar suas tradições e sua identidade e, por outro, a emergência do antissemitismo como um processo de reintegração dos judeus na sociedade a partir do século XIX. A crença na tolerância e na igualdade foi contraditoriamente utilizada, segundo Arendt, por historiadores judeus para justificar a superioridade do judaísmo sobre outras religiões, fortalecendo tanto o mito do povo escolhido quanto novas práticas sectárias que se voltaram contra os judeus. Para ela, durante os séculos XIX e XX, quando os judeus foram integrados à sociedade não-judaica, o

³ Arendt fala sobre a teoria conspiratória dos “Protocolos dos sábios do Sião” defendida pelos nazistas: “O que melhor exemplifica tanto a diferença como a relação entre o antissemitismo pré-totalitário e o totalitário é talvez a história dos ‘Protocolos dos sábios do Sião’. O emprego dessa falsificação pelos nazistas, que a usaram como livro-texto, certamente não pertence à história do antissemitismo, mas só a história do antissemitismo pode explicar porque era viável o uso da mentira para os fins de propaganda antijudaica. Mas essa história não explica por que se transformou em fenômeno político a alegação, obviamente totalitária, do suposto domínio global a ser exercido com métodos esotéricos pelos membros de uma sociedade secreta. A atração política decorrente do uso dos ‘Protocolos’ é importante, na medida em que suas origens estão no imperialismo em geral, como foi elaborado em versão européia continental, altamente explosiva, a partir dos movimentos nacionalmente, ou melhor, etnicamente unificadores, principalmente pangermânicos e pan-eslavos” (Arendt, 1989, p.22). Segundo Arendt, no prefácio dedicado a terceira parte de *As Origens do Totalitarismo*, o regime bolchevista também defendeu uma teoria conspiratória similar: “O elemento novo mais dramático desse último expurgo planejado por Stálin, nos últimos anos de sua vida, foi uma importante mudança de ideologia: a introdução de uma conspiração mundial judaica. [...] os judeus eram agora acusados de ‘cosmopolitismo’ e não de sionismo, e o tipo de acusação que derivava desse *slogan* seguia cada vez mais de perto o modelo nazista de uma conspiração mundial judaica ao estilo dos sábios do Sião” (Arendt, 1989, p.353).

⁴ Correia, em seu estudo sobre a relação entre o antissemitismo e o totalitarismo na obra de Arendt afirma que: “Arendt rechaçava assim a hipótese dos historiadores antissemitas de que os judeus teriam iniciado o antagonismo com os cristãos, assim como a hipótese dos historiadores judeus quanto à superioridade do judaísmo, devido a sua tolerância. Para ela, o decisivo na relação entre judeus e gentios na modernidade foi a segregação e a autosegregação da comunidade judaica, em grande medida por constituir um povo sem Estado. Mais ainda, a ênfase tanto dos historiadores judeus quanto dos não judeus na segregação dos judeus pelos cristãos ocultaria o fenômeno da voluntária separação do povo judeu em relação ao mundo cristão e aos não judeus em geral, visando a preservação do próprio povo como entidade identificável” (Correia, 2018, p.136).

antisemitismo passou a fazer parte de uma ideologia que teve como consequência a ascensão do nazismo, o estabelecimento do Terceiro Reich e o genocídio nos campos de concentração.

No terceiro *Prefácio* (p.147-p.152), apenso à segunda parte de seu livro, redigido também em 1967, ela demonstra que o totalitarismo não teria sido possível sem a política imperialista. Se a primeira parte d'*As Origens do Totalitarismo* analisa a formação do antisemitismo, demonstrando como ele foi integrado às políticas totalitárias, a segunda parte, por sua vez, descreve as condições históricas, estabelecidas pelo imperialismo, que possibilitaram as pretensões de governança global dos regimes totalitários: “Antes da era imperialista não existia fenômeno de política mundial, e sem ele a pretensão totalitária de governo global não teria sentido” (Arendt, 1989, p.151). Arendt analisa a decadência do Estado-nação durante o final do século XIX e início do século XX, considerando sua incapacidade no que concerne à produção de normas para regular a política na esfera internacional. As pesquisas feitas anteriormente, centradas, até então, na Alemanha nazista e na Rússia bolchevista, desconsideravam a importância do imperialismo no processo de formação dos regimes totalitários. Como uma hipótese provisória, formulada neste último prefácio, ela considera a possibilidade de retorno de um modelo político imperialista, prevendo que as disputas entre os EUA e a Rússia, assim como a ascensão política e econômica da China, poderiam produzir crises políticas e econômicas similares às do início do século XX. Arendt define a política imperialista como uma tentativa de obter um domínio ilimitado sobre todas as coisas:

“Nada caracteriza melhor a política de poder da era imperialista do que a transformação de objetivos de interesse nacional, localizados, limitados e, portanto, previsíveis, em busca ilimitada de poder, que ameaça devastar e varrer o mundo inteiro sem qualquer finalidade definida, sem alvo nacional e territorialmente delimitado e, portanto, sem nenhuma direção previsível” (Arendt, 1989, p.148).

Na terceira parte d'*As Origens do Totalitarismo*, dividida em um prefácio e quatro capítulos, Arendt descreve o totalitarismo como um fenômeno novo na história política. Nesse outro *Prefácio* (p.339 - p.353), escrito em 1966, Arendt adverte que o uso da noção de totalitarismo demanda prudência. Seus estudos, concentrados nos anos de 1929 a 1941 e de 1945 a 1953, apontam que, durante a Segunda Guerra Mundial, houve, por um lado, a suspensão da organização totalitária na Rússia e, por outro, o aperfeiçoamento consciente do totalitarismo na Alemanha nazista. Ao discutir a hipótese de que o governo da China pudesse adquirir feições similares às do regime bolchevista, Arendt admite que construímos na cultura ocidental uma ficção política que dificulta nossa compreensão do totalitarismo:

“É difícil julgar todos esses acontecimentos neste instante, em parte porque não sabemos o suficiente, e em parte porque tudo está ainda em estado de fluidez. A essas incertezas, inerentes à situação, acrescentamos infelizmente nossos próprios preconceitos. Pois o fato de havermos herdado do período da guerra fria uma ‘contra-ideologia’ oficial – o anticomunismo – não facilita as coisas, nem na teoria nem na prática; e esse anticomunismo tende também a tornar-se global em sua aspiração, e nos leva a construir uma ficção nossa, de sorte que nos recusamos, em princípio, a distinguir entre várias ditaduras unipartidárias comunistas, com as quais nos defrontamos na realidade, e o autêntico governo totalitário que possa vir a surgir, mesmo sob formas diferentes, na China” (Arendt, 1989, p.342).

O que é decisivo em sua crítica aos regimes nazista e bolchevista é que, por um lado, ela considera que as práticas totalitárias diferem das outras formas de governo possíveis dentro do Estado moderno e, por outro, entende que “o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir” (Arendt, 1989, p.343). Arendt o descreve como uma forma de governo que objetiva a dominação mundial massificando os indivíduos, substituindo o sistema partidário pelo movimento de massas, estabelecendo a figura de um líder total e transferindo o poder militar para a polícia (Arendt, 1989, p.512). Em sua tese, o que distingue, radicalmente, o totalitarismo de outras formas modernas de governo é o uso do campo de concentração como núcleo do poder institucional:⁵

“O totalitarismo no poder usa a administração do Estado para o seu objetivo a longo prazo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento; instala a polícia secreta na posição de executante e guardião da experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade; e, finalmente, erige campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio total” (Arendt, 1989, p.442).

Em síntese, os quatro prefácios de *As Origens do Totalitarismo* podem ser descritos da seguinte forma: no primeiro, dedicado ao conjunto da obra, Arendt defende que o totalitarismo é um acontecimento histórico relacionado ao imperialismo e ao antissemitismo; no segundo, escrito para a primeira parte do livro, *Anti-semitismo*, a autora desvincula o antissemitismo moderno tanto da hipótese do ódio secular, quanto da teoria conspiratória dos “Protocolos dos sábios do Sião”⁶; no terceiro, dedicado a segunda parte de seu livro, *Imperialismo*, Arendt afirma que sem as políticas imperialistas, responsáveis pelo estabelecimento da sociedade burguesa, o totalitarismo não teria sido historicamente possível; no quarto prefácio, escrito para

⁵ Segundo Correia, Arendt “defende que os campos de concentração são a instituição central da dominação totalitária” (Correia, 2018, p.136).

⁶ Vide nota 3.

a última parte do livro, *Totalitarismo*, ela enfatiza os cuidados que devem ser adotados ao lidarmos com a noção de totalitarismo. Para ela, o totalitarismo só foi historicamente praticado pelos regimes nazista e bolchevista. Trata-se de uma forma de governo que objetiva o domínio total dos indivíduos. Arendt enfatiza os perigos das ideologias por serem ficções que produzem uma falsa compreensão da realidade, incluindo neste bojo o anticomunismo como um obstáculo à compreensão do totalitarismo enquanto fenômeno histórico⁷.

3 - TOTALITARISMO

Examinaremos, agora, a parte final d'*As Origens do Totalitarismo*, denominada *Totalitarismo: a sociedade sem classes*, composta por quatro capítulos: *A Sociedade Sem Classes* (p.355-389), *O Movimento Totalitário* (p.390-p.438), *O Totalitarismo no Poder* (p.439-p.511) e *Ideologia e Terror: uma Nova Forma de Governo* (p.512-p.531). O primeiro capítulo dessa parte divide-se, por sua vez, em dois tópicos: *As Massas* (p.355-376) e *A Aliança Temporária entre a Ralé e a Elite* (p.376-p.389), nos quais Arendt examina a formação dos movimentos totalitários a partir da massificação das classes e a ascensão dos regimes nazista e bolchevista como um vínculo político formado entre a elite e a “ralé”. Para Arendt, as massas são um recurso humano útil aos movimentos totalitários tanto por sua indiferença política quanto por sua quantidade: “As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (Arendt, 1989, p.361). Em sua linha de raciocínio, a função dos movimentos totalitários é a organização das massas em um único corpo político. Tanto a elite quanto a ralé (definida por Arendt como o conjunto de indivíduos caracterizados pelo “fracasso na vida profissional e social, perversão e desastre na vida privada” (Arendt, 1989, p.377) almejam liderar as massas em uma revolução social, fracassando em suas aspirações quando os movimentos totalitários foram instituídos como governos. A autora defende que as massas se tornaram a categoria social mais perigosa durante os regimes totalitários.

⁷ Em 1966, apesar de alertar sobre os perigos da ficção ideológica, Arendt não podia prever que o anticomunismo atingiria a força conspiratória que ele tem neste início do século XXI. Apesar de não ter sido comunista, ela defende que não houve comunismo durante o regime bolchevista: “A bolchevização dos países satélites começou com as táticas da frente popular e um falso sistema parlamentar; passou rapidamente ao franco estabelecimento de ditaduras unipartidárias nas quais os líderes e os membros dos partidos, que eram tolerados antes, foram liquidados; e depois atingiu o estágio final quando os líderes comunistas nativos, dos quais Moscou suspeitava com ou sem razão, foram brutalmente incriminados, humilhados em julgamentos ostensivos, torturados e mortos sob o domínio dos mais corruptos e desprezíveis elementos do partido, ou seja, aqueles que eram fundamentalmente, não comunistas, mas agentes de Moscou” (Arendt, 1989, p.351).

“A ralé – o submundo da classe burguesa – esperava que as massas impotentes a ajudassem a galgar o poder, a apoiassem quando tentasse promover os seus interesses privados, e que poderia simplesmente substituir as camadas mais antigas da sociedade burguesa, instilando nela o espírito mais dinâmico do submundo. Mas, uma vez no poder, o totalitarismo logo aprendeu que não eram só as camadas da ralé que tinham espírito de iniciativa e que, de qualquer forma, essa iniciativa só podia ameaçar o domínio total do homem. Por outro lado, a falta de escrúpulos também não era privilégio da ralé e, se necessário, podia ser ensinada em tempo relativamente curto. Para a máquina impiedosa do domínio e do extermínio, as massas coordenadas da burguesia constituíam material capaz de crimes ainda piores que os cometidos pelos chamados criminosos profissionais, contanto que esses crimes fossem bem organizados e assumissem a aparência de tarefas rotineiras” (Arendt, 1989, p.387).

No segundo capítulo, *O Movimento Totalitário*, também dividido em dois tópicos: *A Propaganda Totalitária* (p.390-p.413) e *A Organização Totalitária* (p.413-p.438), Arendt discute, em um primeiro momento, a propaganda como estratégia de cooptação das massas e, em seguida, o ordenamento interno do próprio movimento. Para ela, as massas organizadas pelos movimentos totalitários eram compostas por indivíduos comuns, interessados em sua carreira e segurança, contudo, poucos anos depois, sob o domínio de regimes totalitários, tais indivíduos encontravam-se desprovidos de toda sua individualidade. Tanto a ralé quanto a elite, mesmo tendo apoiado os movimentos totalitários durante a sua formação, foram tratadas como ameaças: “O domínio total não permite a livre iniciativa em qualquer campo de ação, nem qualquer atividade que não seja inteiramente previsível” (Arendt, 1989, p.389). Ao contrário da ralé e da elite, as massas foram disputadas pela propaganda totalitária, cuja função era agir sobre os indivíduos que não faziam parte do movimento totalitário.

A propaganda totalitária reproduziu enunciações pseudocientíficas e proféticas, pressupondo o bem-estar de cada indivíduo enquanto reforçava o caráter de infalibilidade da liderança totalitária. Segundo Arendt, a ideologia dos movimentos totalitários era uma ficção que pretendia forjar um argumento independente de “qualquer verificação, alegando que somente o futuro revelaria seus méritos” (Arendt, 1989, p.395). Se, por um lado, a falácia do bem-estar era apenas um artifício populista utilizado pelos movimentos totalitários, a infalibilidade da liderança, por outro, funcionou como alicerce da ficção ideológica, implicando uma ameaça velada, uma vez que objetivava a destruição da própria nação caso o regime totalitário fracasse em seus objetivos. A doutrinação, por sua vez, exercia a função de agir sobre os indivíduos que faziam parte do movimento totalitário, crescendo “na razão direta da força dos movimentos ou do isolamento dos governantes totalitários que os protegem da interferência externa” (Arendt, 1989, p.393). Para Arendt, a eficiência da doutrinação totalitária dependia de uma “coerência” que se sustentava apenas entre os membros fanáticos do movimento,

consequentemente, a fragilidade da propaganda e da doutrina totalitária tornou-se evidente na queda dos regimes, quando os indivíduos que compunham os movimentos, desprovidos de uma ideologia que continuasse a legitimar as suas ações, retornaram a sua condição de massa:

“Sem a força do movimento, seus membros cessam imediatamente de acreditar no dogma pelo qual ainda ontem estavam dispostos a sacrificar a vida. Logo que o movimento, isto é, o mundo fictício que as abrigou, é destruído, as massas reverterem ao seu antigo *status* de indivíduos isolados que aceitam de bom grado uma nova função num mundo novo ou mergulham novamente em sua antiga e desesperada superfluidade. Os membros dos movimentos totalitários, inteiramente fanáticos, enquanto o movimento existe, não seguem antes tão dispostos a morrer como robôs, mas abandonam calmamente o movimento como algo que não deu certo e procuram em torno de si outra ficção promissora, ou esperam até que a velha ficção recupere força suficiente para criar novo movimento de massa” (Arendt, 1989, p.413).

A organização totalitária complementa a propaganda dos movimentos. Arendt afirma que esta forma de organização visa constituir uma sociedade em que os membros tenham suas ações direcionadas pelas normas de um mundo ficcional. A diferenciação entre os membros dos partidos totalitários e os simpatizantes é definida pela organização das vanguardas que, por um lado, isolam os indivíduos que fazem parte do movimento e, por outro, “lhes empresta uma aparência de normalidade externa que amortece o impacto da verdadeira realidade de maneira mais eficaz que a simples doutrinação” (Arendt, 1989, p.416). Para Arendt, a ficção totalitária serviu para instilar a convicção de que o mundo se dividia entre os movimentos totalitários e quem não fazia parte deles, tendo sido decisiva para tais organizações adquirirem a condição de representantes das massas; a função do líder era representar todas as categorias sociais, concebendo todos os indivíduos como extensão de seu próprio domínio, de modo que se, por um lado, qualquer crítica feita aos oficiais do regime seria intolerável, uma vez que eles desempenham o papel de representar a figura do líder, por outro, erros da liderança poderiam ser sanados pela morte daqueles que os cometeram em seu nome: “Estando no centro do movimento, o Líder pode agir como se estivesse acima dele” (Arendt, 1989, p.425).

A organização totalitária empenha-se em legitimar seu discurso a partir de teorias conspiratórias, possuindo, de acordo com Arendt, características similares às das sociedades secretas, como a divisão social entre seus membros e indivíduos externos e a utilização de uma ritualística e de uma simbologia cuja finalidade é a doutrinação de seus membros. O uso que as organizações totalitárias fizeram dos “acessórios das sociedades secretas [...] esvaziavam-nas do único elemento que poderia justificar os seus métodos: a necessidade de manter segredo” (Arendt, 1989, p.428). A convicção de que havia uma conspiração mundial foi utilizada, por um lado, como justificativa para a implementação de uma polícia que examinasse cada ação de

cada indivíduo e, por outro, para que a vigilância dos membros ou simpatizantes dos movimentos, exercida entre eles próprios, garantisse a continuidade das organizações.

O terceiro capítulo, *O Totalitarismo no Poder*, é dividido em quatro partes: uma introdução (p.439-442), *O Chamado Estado Totalitário* (p.442-469), *A Polícia Secreta* (p.469-488) e *O Domínio Total* (p.488-p.511). Nele, Arendt discute a invenção da ficção que sustentou os regimes totalitários; a criação da polícia secreta e sua função de vigiar; o surgimento dos campos de concentração como experimento de domínio e modelo de organização social. Quando a propaganda, a doutrinação e o próprio movimento começam a ruir, o governo totalitário recorre ao terror para assegurar o seu domínio. Segundo Arendt, o totalitarismo utilizou todos os dispositivos de violência a seu alcance em um “confronto direto com a realidade [...] mantendo o seu desprezo pelos fatos e impondo a rígida observância das normas do mundo fictício que criou” (Arendt, 1989, p.442). A invenção de um inimigo objetivo, definido tanto por diferenças ideológicas quanto por circunstâncias políticas, serviu para sustentar a ficção de que o regime totalitário, assim como sua própria representatividade, estava sob constante ameaça. Inicialmente, o inimigo correspondia a uma categoria específica de indivíduos, concebida como ameaça aos regimes totalitários, posteriormente, contudo, qualquer categoria social que resistisse ao domínio totalitário poderia ser classificada como ameaça (Arendt, 1989, p.475).

Nos regimes totalitários, as populações foram reduzidas às condições de suspeito e vigilante. A instituição de uma polícia secreta permitiu que a mera “previsão lógica de fatos objetivos” fosse adotada como critério para o aprisionamento ou “desaparecimento” de um indivíduo, supondo a possibilidade de “cometer um crime que mais ou menos se ajusta à sua personalidade (ou ao que se suspeita corresponder à sua personalidade)” (Arendt, 1989, p.477). Arendt acredita que a polícia secreta foi o departamento mais eficiente e organizado dos regimes totalitários, estabelecendo e executando as normas e valores dos líderes por meio de suas redes de oficiais e eliminando a existência social dos infratores como uma simples tarefa cotidiana:

“Nos países totalitários, todos os locais de detenção administrados pela polícia constituem verdadeiros poços de esquecimento onde as pessoas caem por acidente, sem deixar atrás de si os vestígios tão naturais de uma existência anterior como um cadáver ou uma sepultura. Comparado a essa novíssima invenção de se fazer desaparecer até o rosto das pessoas, o antiquado método do homicídio, seja político ou criminoso, é realmente ineficaz. O assassino deixa atrás de si um cadáver e, embora tente apagar os traços da sua própria identidade, não pode apagar da memória dos que ficaram vivos a identidade da vítima. A operação da polícia secreta, ao contrário, faz com que a vítima simplesmente jamais tenha existido” (Arendt, 1989, p.485).

Arendt afirma que, quando a impossibilidade de realização da utopia totalitária tornou-se evidente, o cientificismo ideológico foi utilizado para justificar a pesquisa de formas que possibilitassem o domínio total. O surgimento dos “campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio total” (Arendt, 1989, p.442), legitimado pela doutrinação ideológica dos regimes totalitários, instituiu um espaço experimental que devia “fornecer a verificação ‘teórica’ da ideologia” (Arendt, 1989, p.488). Para Arendt, a desumanização dos indivíduos foi crucial para que o “experimento” fosse posto em prática. A eliminação do *status* jurídico e moral do indivíduo foi o meio utilizado pelos nazistas e bolchevistas para instituir os campos de concentração, submetendo os prisioneiros, por um lado, a uma condição jurídica “fora do sistema penal normal” (Arendt, 1989, p.498) e, por outro, ao esquecimento sistemático. Em sua crítica, a autora afirma que os Direitos do Homem nunca foram politicamente estabelecidos, de modo que, durante o início do século XX (Arendt, 1989, p.498), diferentes categorias sociais já se encontravam excluídas do sistema jurídico e, após o estabelecimento dos regimes totalitários, qualquer categoria ou indivíduo que resistisse ao domínio totalitário poderia ser eliminado (Arendt, 1989, p.506). Sob esta linha de raciocínio, a violência, exercida sobre os prisioneiros nos campos de concentração, manifesta-se como uma função cotidiana da administração institucional, que, devido a superfluidade atribuída à vida humana em nossa sociedade, pode ser novamente estabelecida com o apoio das massas.

“O perigo das fábricas de cadáveres e dos poços do esquecimento é que hoje, com o aumento universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos. O bom senso utilitário das massas, que, na maioria dos países, estão demasiado desesperadas para ter muito medo da morte, compreende muito bem a tentação a que isso pode levar. Os nazistas e bolchevistas podem estar certos de que as suas fábricas de extermínio, no que demonstram a solução mais rápida do problema do excesso de população, das massas economicamente supérfluas e socialmente sem raízes, são ao mesmo tempo uma atração e uma advertência. As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem” (Arendt, 1989, p.511).

O quarto capítulo, *Ideologia e Terror: Uma Nova Forma de Governo*, é composto por um único tópico que descreve, por um lado, a ideologia como norma para os movimentos totalitários e, por outro, o terror como estratégia de isolamento dos indivíduos tanto na esfera pública quanto na privada. Arendt defende que o nazismo e o bolchevismo foram os únicos dois exemplos históricos de aplicação do totalitarismo, contudo, também afirma que toda ideologia

possui três elementos totalitários: a pretensão de uma explicação total, a ruptura com a realidade empírica e uma lógica interna que produza a coerência ilusória (Arendt, 1989, p.520). O terror, por sua vez, é descrito por ela como uma resposta simplista e determinista, utilizada para justificar a “eliminação dos indivíduos pelo bem da espécie” (Arendt, 1989, p.517). Sua função é anular as possibilidades de resistência dos indivíduos, restringindo suas liberdades às normas dos regimes totalitários. Arendt descreve o isolamento e a solidão como duas características das massas modernas. Segundo ela, desde a Revolução Industrial, as massas tornaram-se politicamente supérfluas.

“O que chamamos de isolamento na esfera política é chamado de solidão na esfera dos contatos sociais. Isolamento e solidão não são a mesma coisa. Posso estar isolado – isto é, numa situação em que não posso agir porque não há ninguém para agir comigo – sem que esteja solitário; e posso estar solitário – isto é, numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonado por toda companhia humana – sem estar isolado. O isolamento é aquele impasse no qual os homens se vêem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída. E, no entanto, o isolamento, embora destrua o poder a capacidade de agir, não apenas deixa intactas todas as chamadas atividades produtivas do homem, mas lhe é necessário. O homem, como *homo faber*, tende a isolar-se com o seu trabalho, isto é, a deixar temporariamente o terreno da política. A fabricação (*poiesis*, o ato de fazer coisas), que se distingue, por um lado, da ação (*práxis*) e, por outro, do mero trabalho, sempre é levada a efeito quando o homem, de certa forma, se isola dos interesses comuns, não importa que o seu resultado seja um objeto de artesanato ou de arte. No isolamento, o homem permanece em contato com o mundo como obra humana; somente quando se destrói a forma mais elementar da criatividade humana, que é a capacidade de acrescentar algo de si mesmo ao mundo ao redor, o isolamento se torna inteiramente insuportável” (Arendt, 1989, p.527).

O totalitarismo, por meio do terror, afastou os indivíduos de sua realidade coletiva, subordinando-os à condição de parte substituível do aparato social. Em sua leitura da obra de Arendt, Correia afirma que “O terror trata a humanidade como se ela fosse um único indivíduo, de modo que cada indivíduo se converte em intercambiável, em uma peça de uma maquinaria e, também por isto, torna-se supérfluo enquanto indivíduo” (Correia, 2018, p.144). Neste sentido, a superfluidade das massas se dá tanto pela ausência da singularidade dos indivíduos que a compõem, quanto pela ausência de um interesse político comum. Para Arendt, o súdito dos governos totalitários é o indivíduo que não reconhece, por um lado, “a diferença entre o fato e a ficção” e, por outro, “a diferença entre o verdadeiro e o falso” (Arendt, 1989, p.526). A redução das possibilidades de resistência fez com que o terror fosse a ferramenta de manutenção dos regimes totalitários.

4 – CRÍTICA AO REGIME DE REPRESENTAÇÃO

Em *Arendt, a democracia e a desobediência civil* (2012), Helton Adverse examina a crítica arendtiana ao regime democrático de representação. Seu trabalho parte da análise de dois textos posteriores *As Origens do Totalitarismo: Sobre a Revolução* (2011), livro publicado em 1963, que analisa, prioritariamente, as revoluções dos EUA e da França; e *On The Civil Disobedience*, artigo publicado em 1970, pela revista *The New Yorker*, onde a autora defende a legitimidade da desobediência civil. A crítica de Arendt à democracia representativa afirma, por um lado, que o dispositivo de representação anula a participação direta dos indivíduos nas decisões políticas, fazendo, assim, do eleitorado uma massa letárgica e, devido a esta letargia em relação à vida pública, incapaz de reconhecer os impactos das decisões políticas sobre a gestão das suas vidas, por outro, que a prioridade dada pelo regime representativo ao senso comum e aos interesses privados impedem “o ressurgimento do espírito revolucionário, o qual entende como inegociáveis as liberdades de ação e expressão e preconiza a superioridade do interesse público sobre o privado” (Adverse, 2012, p.414). A análise de Adverse aponta que, para Arendt, a democracia representativa é um conceito contraditório onde a prática democrática, isto é, a participação dos indivíduos nas tomadas de decisões políticas sobre a vida em sua coletividade, é anulada pelo regime de representação e pela prioridade que este dá aos interesses individuais em detrimento dos coletivos. Assim, o regime de representação, aqui tomado como uma contraditória relação entre a sua definição e a sua pragmática, apresenta um dilema não resolvido na história das democracias modernas:

“A representação política está na origem de um dilema que nem mesmo os revolucionários norte-americanos – via de regra objetos da admiração de Arendt – foram capazes de resolver: ou essa representação significa um simples substituto para a ação política direta – nesse caso, o representante não detém verdadeiramente poder, estando obrigado a fazer o que seus eleitores desejam que ele faça; a atividade política transforma-se, então, em mera administração – ou a representação implica uma real transferência do poder do representado para o representante – nesse caso, restitui-se a relação de dominação, uma vez que o representado, abrindo mão de sua capacidade política em favor do representante, coloca-se em posição de submissão da mesma maneira que um súdito encontra-se diante de um monarca. Como podemos ver, o sistema representativo, na visão de Arendt, não parece atender ao desejo de genuíno ‘empoderamento’ popular típico das revoluções modernas. Frustrando esse desejo na forma de uma sociedade administrada ou pervertendo-o no momento da instituição do poder constituído, o sistema representativo aborta o potencial emancipatório da revolução ao atingir seu núcleo: a ação política” (Adverse, 2012, p.415).

Adverse aponta duas formas de organização política, nascidas das revoluções modernas, descritas por Arendt: os partidos, por um lado, que, atrelados ao funcionamento do Estado e do regime de representação, funcionam como facções produtoras de políticos profissionais, de ideologias e de direcionamento a uma unidade que busca aniquilar a pluralidade do campo político e, por outro, os conselhos que, como uma forma “espontânea” de organização política e social, atuam em função das demandas e das ações diretas dos indivíduos que os compõem, mantendo, assim, o “espírito revolucionário” (Adverse, 2012, p.418-419). Ele salienta que esta crítica a organização partidária se dá por conta do alerta que a autora difunde em *As Origens do Totalitarismo*: as possibilidades de retorno dos regimes totalitários e das ditaduras de partido único. Nesse sentido, a exclusão do povo das tomadas de decisão política, entregue ao regime de representação e, portanto, entregue tanto ao Estado quanto aos representantes institucionais eleitos, configura-se como novo elemento da crítica e do alerta arendtiano aos perigos de uma estatização ilimitada. Segundo Adverse, apesar de não defender os conselhos como um novo modelo de organização social, o que seria uma contradição em relação aos pressupostos teórico-metodológicos em que a autora defende “a primazia da ação sobre as ideias” (Adverse, 2012, p.421), Arendt alega que, mesmo em casos extremos como as revoluções, o exercício de uma organização social democrática havia, de fato, adotado esta forma de ação política.

Em *A tradição revolucionária e seu tesouro perdido* (Arendt, 2011, p.274-351), capítulo final de *Sobre a Revolução*, Arendt é categórica ao afirmar que a liberdade política dos indivíduos se encontra na participação direta das decisões políticas em torno de suas vidas: “a liberdade política, em termos gerais, significa o direito de ‘ser participante no governo’ – afora isso, não é nada” (Arendt, 2011, p.278). A autora retoma questões já abordadas n’*As Origens do Totalitarismo*, como a crítica à sociedade burguesa e sua cumplicidade com regimes ditatoriais e totalitários, e aponta que tanto as tradições revolucionárias do século XX quanto os próprios EUA, uma vez ocupando um lugar entre as potências imperialistas, pareciam ter esquecido da revolução americana.

Arendt analisa as experiências dos conselhos revolucionários durante a primeira e a segunda Comuna de Paris e durante a fundação dos EUA – a autora também comenta a experiência de democracia direta dos soviets antes destes serem fagocitados pelo partido bolchevique. Em ambos os casos, a autora defende, por um lado, que as experiências das democracias de conselho mantinham o cerne tanto da prática revolucionária quanto da própria democracia e, por outro, que os fracassos dos mesmos frente ao regime representativo estavam situados em disputas políticas onde o modelo vitorioso foi o Estado-nação. Ao analisar como se deu o domínio dos Jacobinos após a Revolução Francesa, Arendt descreve uma disputa entre

uma forma política horizontal – organizada a partir das sociedades populares e de suas deliberações – e uma forma política vertical – constituída pelas decisões dos partidos e de suas deliberações no parlamento – onde a segunda já apresentava aspectos rudimentares da vigilância e controle social que viriam a ser utilizados pelos regimes totalitários:

“Um fato bastante interessante é que, entre todos os pontos de atrito entre as sociedades populares e o governo, o único que acabou se demonstrando decisivo foi o caráter partidário delas. Os partidos, ou melhor, as facções, que tiveram um papel tão calamitoso na Revolução Francesa e depois se tornaram as raízes de todo o sistema partidário continental, nasceram na Assembleia, e as ambições e fanatismos que surgiram entre elas – ainda mais do que os motivos pré-revolucionários dos homens da revolução – eram coisas que o povo em geral não entendia nem compartilhava. Mas, como não existia nenhum campo de concordância entre as facções parlamentares, para cada uma tornou-se questão de vida ou morte dominar todas as demais, e a única maneira para isso era organizar as massas fora do Parlamento e aterrorizar a Assembleia com essa pressão externa a suas bancadas. Assim, a forma de dominar a Assembleia foi se infiltrarem e depois assumirem o controle nas sociedades populares, para declarar que apenas uma facção parlamentar, a dos jacobinos, era genuinamente revolucionária, que somente as sociedades filiadas a eles eram confiáveis e todas as outras eram ‘sociedades bastardas’. Aqui podemos ver, já desde o início do sistema partidário, como um sistema pluripartidário veio a dar origem a uma ditadura monopartidária. Pois o governo de terror de Robespierre não era, na verdade, senão a tentativa de organizar todo o povo francês dentro de uma única máquina partidária gigantesca - ‘a grande sociedade popular é o povo francês’ - por meio da qual o clube jacobino espalharia uma rede de células partidárias por toda a França; a tarefa dos associados não era mais discutir e trocar opiniões, propiciar a mútua instrução e partilhar informações sobre os assuntos públicos, mas se espionar uns aos outros e denunciar filiados e não filiados. [...] Essas coisas se tornaram muitos familiares no decorrer da Revolução Russa, em que o Partido Bolchevique castrou e deturpou o sistema de soviets revolucionários utilizando exatamente os mesmos métodos. Mas essa triste familiaridade não deve nos impedir de ver que, mesmo em plena Revolução Francesa, estamos diante do conflito entre o sistema partidário moderno e os novos órgãos revolucionários da autogestão. Esses dois sistemas, tão profundamente díspares e mesmo contraditórios entre si, nasceram no mesmo momento. O sucesso espetacular do sistema partidário e o fracasso não menos espetacular do sistema de conselhos se devem, ambos, ao surgimento do Estado nacional, que alçou o primeiro e esmagou o segundo, com o que os partidos esquerdistas e revolucionários se demonstraram tão avessos ao sistema de conselhos quanto a direita conservadora ou reacionária. Acostumamo-nos tanto a pensar na política interna em termos de política partidária que tendemos a esquecer que o conflito entre os dois sistemas sempre foi, na verdade, um conflito entre o Parlamento, fonte e sede do poder do sistema partidário, e o povo, que entregou o poder a seus representantes; por mais que um partido, ao decidir tomar o poder e instaurar uma ditadura monopartidária, possa se aliar às massas nas ruas e se volte contra o sistema parlamentar, ele nunca pode negar que sua origem está na luta de facções do Parlamento e, portanto, continua a ser um corpo que aborda o povo a partir de fora e de cima” (Arendt, 2011, p.310-312).

Em relação aos EUA, Arendt discorre prioritariamente a partir da discussão política de Thomas Jefferson, que rememorava nostálgicamente o “espírito revolucionário” e defendia em

seu discurso uma república onde “cada homem no estado” seria “um membro atuante do governo comum” (Jefferson *apud* Arendt, 2011, p.318). Arendt, como já vimos na análise de Adverse, admirava os revolucionários estadunidenses, por um lado, pelo próprio ato revolucionário e fundador de uma nova sociedade, inicialmente organizada em forma de democracia direta, e, por outro, pelo reconhecimento que estes tinham dos riscos que corria a liberdade política uma vez que a democracia saísse do regime direto para o regime de representação. Segundo Arendt, Jefferson, a quem dedica parte significativa de suas admirações, se mostrava favorável a revolta e a desobediência civil como formas de se manter vivo tanto o espírito cívico quanto o “espírito revolucionário”⁸. Adverse aponta que a convicção central de Jefferson, de um projeto político centrado em “repúblicas elementares”, se encontrava na defesa de que “a participação popular nos afazeres políticos é condição indispensável para manter saudável um estado republicano e, assim, assegurar a liberdade” (Adverse, 2011, p.421). Em sua leitura de *On The Civil Disobedience*, Adverse descreve o conceito de desobediência civil, assim como as similaridades e diferenças deste com a noção de revolução (Adverse, 2012, p.423-431). Se a revolução parte da recusa tanto do sistema legal quanto da forma de autoridade socialmente estabelecida, utilizandomeios violentos para romper com a relação de dominação e instaurar uma nova forma de sociedade, a desobediência civil, por sua vez, não tem por finalidade uma mudança que afete a raiz da organização social, mas ao contrário, procura renovar ou conservar o próprio domínio institucional (Adverse, 2012, p.424-426). Adverse aponta que a teoria da desobediência civil arendtiana vem acompanhada por uma teoria da obediência civil, fundamentada no liberalismo clássico de Locke, uma vez que a autora se ancora nas noções de “consentimento” e “mutualidade”. Para Arendt, a teoria contratualista de Locke não se organizava de forma vertical, na relação definida por um soberano a seus servos, mas de forma horizontal, priorizando as relações de “consentimento” e “mutualidade” que os indivíduos “guardam entre si na formação da comunidade política” (Adverse, 2012, p.426).

“Todos os contratos, pactos e acordos repousam sobre a mutualidade, e a grande vantagem da versão horizontal do contrato social é que ela vincula cada membro com seus concidadãos. Essa é a única forma de governo na qual o

⁸ O patriotismo defendido por Jefferson era naquele momento uma forma de resistência contra a dominação inglesa do território estadunidense: “Quando estava em Paris e soube da rebelião de Shay em Massachusetts, Jefferson não se mostrou nem um pouco alarmado, mesmo admitindo que os motivos da revolta eram ‘fundados na ignorância’, e, pelo contrário, acolheu a notícia com entusiasmo: ‘Deus não permita que tenhamos vinte anos sem uma rebelião dessas’. Bastava-lhe o simples fato de que o povo tivesse decidido se levantar e agir, independentemente dos erros ou acertos da causa. Pois a árvore da liberdade precisa ser regada de tempos em tempos, com o sangue de patriotas e tiranos. É seu adubo natural” (Arendt, 2011, p.295). Como já vimos na discussão sobre o totalitarismo, e como veremos no próximo capítulo, o patriotismo durante o século XX se transformou na forma mais violenta de tirania em nossa história recente.

povo está associado (*bound together*) não por meio de memórias históricas ou homogeneidade étnica, como no Estado-Nação, por exemplo, e não através do Leviatã de Hobbes, que ‘sobrepuja a todos’ e, assim, os une, mas por meio da força das promessas mútuas. Na visão de Locke, isso significa que a sociedade permanece intacta mesmo se ‘o governo é dissolvido’ ou quebra seu acordo com a sociedade, se transformando em tirania. Uma vez estabelecida a sociedade, enquanto existir ela jamais pode ser lançada na ilegalidade (*lawlessness*) e na anarquia do estado de natureza. Nas palavras de Locke, ‘o poder que cada indivíduo deu à sociedade quando nela entrou jamais pode reverter novamente para o indivíduo enquanto a sociedade durar, mas permanecerá sempre na comunidade’ (Segundo Tratado, § 220). Essa é, de fato, uma nova versão do *potestas in populo*, pois a consequência é que, em contraste com as teorias anteriores do direito de resistência, nas quais o povo apenas poderia agir ‘quando suas correntes estavam presas’, ele agora tem o direito, novamente nas palavras de Locke, de “impedir” o acorrentamento. Quando os signatários da Declaração de Independência ‘mutuamente comprometeram’ suas vidas, suas fortunas e sua honra sagrada, eles estavam pensando nesse veio da experiência especificamente norte-americana, assim como em termos da generalização e da conceitualização dessas experiências por parte de Locke” (Arendt *apud* Adverse, 2012, p.427).

A teoria da obediência e da desobediência civil arendtiana se alicerça numa concepção contratualista que defende “uma forma de resistência cuja origem não pode ser compreendida sem a referência a um poder comum estabelecido anteriormente a qualquer forma de governo” (Adverse, 2012, p.427). Esta concepção da obediência e da desobediência civil aponta que, para Arendt, a associação política que produz um poder que se configura como sociedade precede a emergência de uma forma de governo. Neste sentido, a percepção de que a política não se inicia e nem se finda com o Estado, mas, ao contrário, de uma forma de sociedade que o produza a partir de seu pacto de consentimento, leva Arendt a defender que a desobediência civil, como uma forma de proteção da liberdade civil no interior de uma instituição, foi um fenômeno político nascido na modernidade com a revolução estadunidense (Adverse, 2012, p.426-428). Esta desobediência civil, portanto, era um direito garantido aos cidadãos estadunidenses, senhores de escravos que lutaram por sua independência da coroa inglesa. Arendt descreve que entre os cidadãos estadunidenses havia o sentimento de que não haviam sido assolados pela pobreza e de que a fundação da liberdade havia sido posterior a eliminação da pobreza, enquanto na Europa ocorria o contrário, ou seja, a fundação da liberdade precedeu a eliminação da pobreza (2011, p.184-185). Como a autora pontua no segundo capítulo de *Sobre a Revolução, A Questão Social* (2011, p.92-157), tratava-se de um sentimento ilusório, uma vez que nos EUA “a miséria sórdida e degradante estava ubiquamente presente sob a forma da escravidão e do trabalho escravo” (Arendt, 2011, p.106). Arendt não aprofunda a discussão sobre a escravidão nos EUA, restringindo-se a afirmar que tanto revolucionários europeus quanto estadunidenses eram indiferentes a esta questão e, apesar de sua admiração, por vezes piegas, a Jefferson, ironiza a “encantadora igualdade” (2011, p.106) defendida por ele.

Em *Thomas Jefferson e o problema da escravidão* (2000), William Cohen analisa a contradição entre a convicção política de Jefferson, que tomava como ilegal “um homem apropriar-se para seu uso das faculdades de outro sem seu consentimento” (Jefferson *apud* Cohen, 2000, p.151), e sua condição prática como senhor de escravos. Cohen aponta que durante o período em que Jefferson ocupou a presidência dos EUA, a questão da escravidão, apesar de entendê-la como um problema ético e político, foi rigorosamente intensificada. Segundo Cohen, a escravidão constituía parte fundamental do capital do ex-presidente norte americano:

“Como outro empresário qualquer, Jefferson se preocupava com o problema de aumentar seus bens de capital – terras e negros. Pelo fato de sempre precisar de dinheiro vivo, era-lhe difícil aumentar seus investimentos em terras, e nunca o fez. Os escravos, porém, aumentavam naturalmente, e Jefferson se esforçou para garantir que sua fonte de lucros não se perdesse por falta de visão. [...] Em 1819 instruiu seu administrador nos seguintes termos: ‘Não tenho nenhum motivo para acreditar que algum feitor, desde a época de Griffin, os tenha sobrecarregado com trabalho. Assim, os óbitos entre os adultos parecem atribuíveis a causas naturais, mas a perda de cinco criancinhas em quatro anos me leva a temer que os feitores não permitem que as mulheres dediquem o tempo necessário ao cuidado de seus filhos: que eles vêem a mão-de-obra delas como o primeiro objetivo e a criação dos filhos apenas como algo secundário. Eu não considero a mão-de-obra de uma mulher procriadora como um objetivo, e vejo que um filho criado a cada dois anos dá mais lucro do que a produção agrícola do homem considerado o melhor trabalhador. Neste ponto, como em outros, a providência fez nossos interesses e deveres coincidir perfeitamente. ... Peço-lhe que ponha na cabeça dos feitores que não é a mão-de-obra delas que nos interessa em primeiro lugar, mas sim sua multiplicação’. [...] Jefferson foi um homem de muitas dimensões, e a explicação de seu comportamento contém logicamente inúmeras aparentes contradições. Era um sincero e dedicado inimigo do tráfico de escravos, mas comprou e vendeu homens sempre que achou necessário para o seu caso pessoal. Acreditava que todos os seres humanos tinham direito à vida e à liberdade independentemente de sua capacidade e, contudo, saiu no encalço dos escravos que ousaram assumir esses direitos empreendendo fuga. Acreditava que a escravidão fosse um erro do ponto vista moral e político, mas assim mesmo escreveu um código para os escravos de sua propriedade e em 1819 foi contra uma tentativa de limitar a expansão da instituição. Acreditava que uma hora de escravidão era pior do que séculos de opressão inglesa, mas era capaz de discutir a questão da procriação de escravos praticamente nos mesmos detalhes que consideraria se estivesse falando da propagação de cães ou cavalos” (Cohen, 2000, p.164-165; p.171-172).

A escravidão e a liberdade política são temas contraditórios no fundamento da democracia estadunidense. Apesar de seu discurso nostálgico e moralista sobre a revolução e a liberdade, para Jefferson, ambas as questões deveriam ser resolvidas pelas gerações futuras. Jefferson, por um lado, priorizou escrever a Declaração de Independência e a Constituição da democracia representativa estadunidense (Arendt, 2011, p. 297) e, por outro, defendeu de forma contraditória o “direito natural” que lhe assegurava a propriedade da vida de outros indivíduos

(Cohen, 2000, p.153). Enfim, nos EUA, se, por um lado, senhores de escravos tomaram a liberdade como valor para justificar a sua independência da coroa inglesa, por outro, estes mesmos senhores instituíram um regime de representação que deu fim à democracia direta existente durante o período revolucionário.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições defendidas por Arendt em sua análise do totalitarismo foram, por um lado, vincular o nascimento desta forma de governo ao funcionamento da sociedade burguesa e, por outro, situar suas condições de emergência durante o imperialismo europeu do século XIX e sua crise no início do século XX. A autora adverte que o totalitarismo é uma característica eminente da sociedade moderna, correspondendo às aspirações das massas que, incapazes de suportar o peso da vida cotidiana, podem aceitar “de bom grado uma ‘política populacional’ de eliminação regular do excesso de pessoas” (Arendt, 1989, p.488). Doze anos após a publicação d’*As Origens do Totalitarismo*, Arendt também contribuiu para a compreensão histórica do nascimento das democracias representativas e do “tesouro esquecido” dos revolucionários do século XVIII. Como vimos, Arendt aponta que tanto as experiências quanto o desaparecimento dos conselhos democráticos nos EUA, na França e na Rússia se deram por suas diferentes condições sociais. Nos países europeus a miséria e a tirania impulsionaram a revolta da população contra o domínio da aristocracia. A autora defende que os conselhos tiveram importância significativa nas experiências de autogestão produzidas pelo povo até terem sido massacrados pelo Estado-nação, na França, pelos Jacobinos durante o final do século XVIII e, na Rússia, pelos bolcheviques no início do século XX. Se a revolução faz parte da história fundadora dos EUA enquanto nação independente, no regime de representação, por sua vez, a desobediência civil, seja ela justificada por pautas coletivas renovadoras ou conservadoras, restringe a revolta popular ao ativismo e ao aprimoramento do próprio governo representativo sobre a população. A liberdade histórica se constituiu em sua emancipação da condição de colônia inglesa, no estabelecimento de uma identidade nacional e na ascensão do país à condição de potência imperialista. Os conselhos, presentes durante o período revolucionário e da fundação da democracia estadunidense, foram substituídos por representações institucionais. Arendt descreveu a cumplicidade liberal com as políticas imperialistas, antisemitas e

colonizadoras⁹, criticou a síntese destas políticas no terror dos regimes totalitários e advertiu que somos tentados a compreender esses acontecimentos por meio de racionalizações: “Em cada um de nós existe um liberal que procura persuadir-nos com à voz do bom senso” (Arendt, 1989, p.490). Apesar de também ter descrito, por um lado, a importância histórica dos conselhos autogestionários para a democracia e, por outro, a relação entre a representação institucional e o totalitarismo, permaneceu atrelada à democracia liberal. A autora não produziu uma análise aprofundada sobre a questão da escravidão durante o fundamento democracia estadunidense e, apesar de sua tese sobre o totalitarismo descrever os campos de concentração tanto como “laboratórios do domínio total” quanto como a instituição que caracteriza este tipo de regime, em nenhum momento examinou historicamente ou apontou a existência dos campos de concentração para japoneses¹⁰ no território dos EUA durante a segunda guerra mundial. Contraditoriamente a sua racionalização nostálgica da figura de Jefferson, sua tese vincula o totalitarismo à sociedade burguesa.

⁹ Nos capítulos *Anti-semitismo e Imperialismo*.

¹⁰ Trata-se de um tema pouco abordado na academia brasileira. Em uma pesquisa nas páginas em português do *Google Acadêmico*, conseguimos encontrar somente um trabalho que abordava os campos de concentração para japoneses instaurados nos Estados Unidos durante a Segunda Grande Guerra: *Fotografia contra vontade: As Fotografias de Dorothea Lange dos Campos de Concentração dos Estados Unidos*, de André Keiji Kunigami, publicado em 2020 no Dossiê Instabilidade e Conflitos das/nas Imagens pela revista Logos. Segundo Kunigami: “Tanto nos Estados Unidos quanto no Japão, durante a guerra, minorias racializadas foram ‘incluídas’ no estado-nação como força de trabalho explorada. Nos Estados Unidos, o paradigma de um nacionalismo multiétnico – como no discurso brasileiro da miscigenação – demandava a fantasia de liberdade de escolha por morrer pela nação como uma performance de autodeterminação sob o ideal da democracia liberal. [...] Claro, não se tratava somente da necessidade de corpos na guerra, mas também havia a demanda de demonstrar legitimidade na luta contra o fascismo em prol da democracia liberal. O fato de que esta manobra estratégica tenha sido feita através de encarceramento racial é uma evidência das aporias da democracia liberal” (Kunigami, 2020, p.223).

BIBLIOGRAFIA

- ADVERSE, Helton. *Arendt, a democracia e a desobediência civil*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, nº105, p.409-434, 2012.
- ARENDR, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- ARENDR, Hannah. *Sobre a Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- COHEN, William. *Thomas Jefferson e o problema da escravidão*. In: Estudos Avançados, 14 (38), p.151-180, 2000.
- CORREIA, Adriano. *Antissemitismo e totalitarismo em Hannah Arendt*. In: Quadranti: Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea, Vol. VI, nº2, 2018.
- KUNIGAMI, André Keiji. *Fotografia contra vontade: As Fotografias de Dorothea Lange dos Campos de Concentração dos Estados Unidos*. In: Dossiê Instabilidade e Conflitos das/nas Imagens, Logos, Vol 27, Nº 1, p. 221-241,2020.

BIOPODER E TANATOPOLÍTICA: MICROPODER E SOBERANIA EM FOUCAULT E

AGAMBEN

BIOPOWER AND TANATHOPOLITICS: MICROPOWER AND SOVEREIGNTY IN FOUCAULT AND

AGAMBEN

Resumo: No presente estudo, examinamos a noção de biopolítica, conceito elaborado por Michel Foucault, em fins dos anos setenta, a fim de analisar os vínculos entre as relações de poder e a vida, entre os processos políticos e a gestão demográfica das populações. Consideramos, ademais, a apropriação dessa reflexão efetuada por Giorgio Agamben em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (2002), obra que investiga as implicações da inserção “da vida nua na esfera política”, concebida, então, como “núcleo originário” do poder soberano.

Palavras-chave: Biopolítica; Racismo de Estado; Vida Nua; Foucault; Agamben.

Abstract: In this study, we examined the concept of biopolitics, a concept developed by Michel Foucault, in the late 1970s, in order to analyze the linkages between the relations of power and life, between the political processes and the demographic management of populations. Furthermore, we regard the appropriation of this reflection made by Giorgio Agamben in *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life* (2002), which investigates the implications of inserting "bare life in the political sphere", conceived as "originating" core of sovereign power.

KEYWORDS: Biopolitics; State Racism; Bare Life; Foucault; Agamben.

1- INTRODUÇÃO

A fim de descrever a noção de “biopolítica”, consideramos, inicialmente, o momento de sua emergência, no curso ministrado por Foucault, em 1976: *Em Defesa da Sociedade* (1999). As reflexões que haviam sido expostas no Collège de France são retomadas, sob distintas perspectivas, no final do primeiro volume da *História da sexualidade* (1988), o que nos leva a considerar também algumas posições explicitadas nessa obra. Na segunda parte do texto, examinamos a apropriação desse conceito efetuada por Agamben em *Homo Sacer: o poder soberano e vida nua* (2002), estudo que se propõe a elucidar um “ponto oculto de intersecção”

entre o biopoder e poder soberano, integrando a abordagem imanente das relações de força, proposta Foucault, a um modelo de análise jurídico-filosófico.

Ao focalizar os vínculos entre as relações de poder e a vida, o debate em questão aborda o surgimento, em fins do século XVIII, de novas tecnologias políticas que, empenhadas na gestão demográfica da população, articulavam-se, basicamente, a partir de variáveis econômicas, demográficas, clínicas e biológicas. No curso de 1976, Foucault retoma o exame das rupturas concernentes à emergência dos regimes democráticos de representação, considerando, desta vez, não apenas as descontinuidades relativas à supressão dos aparatos ostensivos de penalidade, substituídos paulatinamente por mecanismos disciplinares de sujeição¹¹, tema que havia sido o objeto do livro publicado no ano anterior, *Vigiar e Punir* (1987), mas tratando, prioritariamente, descontinuidades relativas à gestão demográfica da vida humana.

De acordo com Foucault, as estratégias políticas, naquele momento, passam a ser elaboradas sob a perspectiva de um princípio normalizador, ou seja, elas começam a ser tratadas como um processo de “regulamentação”, cuja finalidade deveria ser a preservação e a proliferação da vida humana. Tais estratégias são descritas, de forma lapidar, como reversão de um lema regularmente empregado na descrição do poder monárquico: não mais “fazer morrer e deixar viver”, mas “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 287).

Duas diretrizes, basicamente, a disciplina e a regulamentação, orientam o *poder* sobre a vida examinado em tais pesquisas: “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1988, p.131). Ambos os domínios, o da disciplina, sobre o corpo individual, e o da regulamentação, sobre a população, teriam favorecido a implementação de técnicas de governo que caracterizariam as, assim chamadas, “sociedades normativas”, promovendo, inicialmente, o ajuste dos corpos individuais aos aparelhos de produção e, posteriormente, a regulamentação dos fenômenos populacionais.

As formas rudimentares da “anátomo-política” e da “biopolítica”, na condição de técnicas de poder, não envolviam, nos termos propostos pelo autor, apenas os processos

¹¹ “Segundo Foucault, desde o século XVII o poder já não se manifesta como poder de morte nas mãos de um soberano semelhante a Deus, e sim como poder disciplinar. O poder soberano é o poder da espada, que ameaça com a morte. Toma para si ‘o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la’. A antiga potência de decidir sobre a morte cede lugar a uma cuidadosa «administração dos corpos e à ‘gestão calculista da vida’. A passagem do poder soberano ao poder disciplinar se deve à alteração das formas de produção; mais precisamente, da passagem da produção agrária à industrial. O avanço da industrialização torna necessário disciplinar o corpo e adaptá-lo à produção mecânica. Em vez de torturar o corpo, o poder disciplinar o insere em um sistema de normas. Uma coerção calculada perpassa todas as partes do corpo até a automação dos hábitos e a transformação do corpo em uma máquina de produção” (Han, 2017, p.33).

produtivos, uma vez que as forças que nelas atuam, e que as sustentam, afetariam globalmente as relações entre os indivíduos, promovendo relações moleculares de dominação, assim como efeitos estratégicos de grande escala. A emergência do “biopoder”, de seus mecanismos de gestão da vida, implicava, portanto, uma transformação radical nas premissas que haviam orientado, até então, as reflexões no campo da filosofia política, uma vez que o “humano” já não poderia ser tratado aristotelicamente como um “animal capaz de existência política”: mas como “um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (Foucault, 1988, p.134).

Nas condições estabelecidas pelo “biopoder”, regime de regulação das condutas sob o ponto de vista da proliferação da espécie, foram produzidos, contudo, mecanismos inauditos de supressão massiva da vida humana. Trata-se, pois, de um paradoxo entre dois limites: a capacidade de fazer a vida proliferar e capacidade de suprimi-la. A finalidade nuclear do *biopoder*, “fazer viver”, manifesta-se, pois, numa relação paradoxal com as práticas de extermínio que caracterizaram os regimes totalitários no século XX.

O “direito” de “deixar morrer” funcionou como um instrumento para intervir na configuração dos grupos populacionais a fim de promover o incremento de qualidades “biológicas” específicas. A antiga temática da “luta das raças¹²”, herdada de empreendimentos historiográficos situados, por Foucault, ainda no século XVII, transforma-se radicalmente. Já não se trata de confrontar as premissas greco-latinas que haviam fundamentado a legitimidade do poder monárquico, reivindicando o protagonismo da nobreza autóctone na gênese da “nação”, uma vez que, em fins do século XIX, a narrativa sobre a “luta das raças” singulariza-se e a reflexão sobre “a raça”, observada sob um prisma “biológico”, passa a subsidiar a prática do racismo de Estado: uma tática de “purificação permanente” da vida.

¹² Inés Dussel realiza um estudo perspicaz sobre a noção de genealogia em Foucault: “Seguindo o ponto de vista de Foucault, a noção de guerra perpétua foi atribuída erroneamente a Hobbes – quando, de fato, Hobbes foi o primeiro que tratou de colonizá-la e de domesticá-la em termos de soberania e, claro, para benefício da monarquia. Em troca, ter-se-ia que buscar a emergência dessa idéia ‘baixa’, revolucionária, em seu vínculo com os movimentos pequeno burgueses e populares da Inglaterra em 1630 – dentre os quais, menciona os niveladores, os *diggers* e os puritanos. Essa idéia apareceria novamente com os aristocratas franceses que enfrentaram Luís XIV, no final do mesmo século” (Dussel, 2004, p.52). Nessa perspectiva, o discurso da guerra perpétua entre as raças é um aspecto basilar na genealogia do racismo. Antes do século XIX, a noção de *raça* não fazia parte de um domínio *epistêmico* biológico: “pelo contrário, ela era uma categoria fluida, que abrangia diferentes origens de grupos, línguas, religiões, privilégios ou, inclusive, de diferenças em seus direitos ou maneiras de exercer poder” (Dussel, 2004, p.52). A luta de raças, portanto, emergia como um discurso de oposição à hegemonia monárquica. No entanto, o discurso sobre a guerra perpetua entre as raças “preparou o caminho, portanto, para o racismo de Estado, um racismo que a sociedade ia exercer sobre ela mesma. A permanente purificação da sociedade torna-se uma estratégia no interior das dimensões fundamentais da normalização social. O Estado não será o instrumento de uma raça sobre outra – o que evidenciaria claramente seu caráter particularista, parcial –, mas o protetor da integridade, superioridade e pureza de toda a raça. A idéia de uma raça única, abrangendo o monismo, o monopólio estatal e o determinismo biológico, irá substituir a idéia da guerra de raças” (Dussel, 2004, p.54).

Em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (2002), Agamben adota, como ponto de partida de sua reflexão, a ruptura biopolítica apontada por Foucault, analisando as implicações da relação entre *zoé* (a *vida nua* que consiste no “simples fato de viver, comum a todos os seres vivos”) e *bíos* (a vida política, que delimita “a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo”) (Agamben, 2002, p. 9). Relendo Aristóteles, Agamben observa que *zoé*, a vida natural, poderia ser compreendida como uma forma rudimentar de manifestação da vida, uma vida excluída da *pólis*, enquanto a vida política, *bíos*, presumia uma formação civil, garantindo, assim, uma conduta politicamente qualificada: “nascida em vista do viver, mas existente essencialmente em vista do viver bem” (Agamben, 2002, p.10). Viver bem, nesse sentido, implicaria a implementação de critérios de conduta que deveriam distinguir a comunidade humana dos outros seres vivos, superando, dessa forma, a simples condição do prazer e da dor, discernindo “o bem e o mal, o justo e o injusto” (Agamben, 2002, p.10).

Agamben observa que a posição de Aristóteles remete a uma definição do campo político que teve vigência milenar, contudo, o modelo proposto por Foucault teria provocado uma fissura nessa tradição, colocando em evidência o fato de que “a espécie e o indivíduo enquanto simples corpo vivente tornam-se a aposta que está em jogo nas estratégias políticas” (Agamben, 2002, p.11). Agamben lembra, ademais, que a morte precoce de Foucault o impediu de desenvolver plenamente as análises decorrentes dessa abordagem e, mais particularmente, de desdobrá-la em análises relativas ao “campo de concentração” e a “estrutura dos grandes estados totalitários” implementados no século XX (Agamben, 2002, p.12). Ele considera, ademais, a contribuição de Foucault decisiva para o deslocamento de algumas das principais categorias político-filosóficas que haviam balizado, até então, o pensamento político, considerando, nos termos de sua própria investigação, “a politização da *vida nua*” como um evento fulcral para a caracterização das relações de poder nas sociedades modernas.

Nesse ponto, Agamben propõe uma generalização da hipótese de Foucault, neutralizando a historicidade de sua análise a fim de integrá-la à uma “teoria geral” do poder, uma teoria sustentada por pressupostos metafísicos. A hipótese levantada, de que a implicação da “vida nua” no domínio político constitui, ainda que de forma encoberta, o “núcleo originário” do “poder soberano”, abre caminho para o exame das relações de poder sob a perspectiva de uma “secreta” intersecção entre a análise jurídico-filosófica e a abordagem “biopolítica”, ou seja, acredita-se que o Estado Moderno, ao colocar a vida biológica no cerne de seus cálculos, não faz mais do que “reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua” (Agamben, 2002, p.14).

A natureza do Estado-nação é, então, descrita como um processo de qualificação da *zôe* como *bíos*, da “vida nua” como vida política. Se a fundação da *pólis* dependia da exclusão da vida comum, a relação entre a vida nua e vida política, *zoé-bíos*, aparece como princípio de “exclusão e de inclusão”, de tal forma que a política constitui-se como aquilo que “separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva” (Agamben, 2002, p.16). O que definiria, porém, a “política moderna” não seria a inclusão da *zoé* na *pólis*, nem a vida como objeto dos cálculos e das estratégias do poder estatal, mas o processo que teria levado a exceção a se tornar regra: o espaço da “vida nua”, “situado originariamente à margem do ordenamento”, coincide progressivamente com o espaço político, de modo que as relações entre *zoé* e *bíos*, entre exclusão e inclusão, “entram em uma zona de irreduzível indistinção” (Agamben, 2002, p.16). Nesse ponto, o argumento de *Homo Sacer* recorre, como veremos adiante, a uma concepção de soberania que se deriva de Schmitt e que define o soberano como aquele que “decide sobre o estado de exceção” (Agamben, 2002, p.149).

A “vida nua”, tomada como sujeito e objeto do ordenamento político, de seus conflitos, de sua organização enquanto poder estatal e de suas possibilidades de emancipação, sustenta, pois, a hipótese de que a decadência da democracia moderna encontre sua raiz em uma cumplicidade com os estados totalitários. Numa política que tem a vida como cerne de suas ações, contradições como o nazismo e o fascismo permaneceriam, dessa forma, no horizonte dos desafios políticos atuais.

2- BIOPODER: FAZER VIVER

Como já apontamos, Foucault começa a esboçar a noção de *biopolítica* no curso ministrado em 1976, *Em Defesa da Sociedade* (1999), utilizando-a para descrever uma forma de *poder* pautada pela regulamentação da vida humana. Trata-se de uma estratégia que se articula com os mecanismos disciplinares, que herda deles a finalidade de aprimoramento técnico das capacidades produtivas do corpo individual, efetuando procedimentos sistemáticos de normalização. Trata-se, em síntese, de um *poder* exercido como uma função aplicável tanto “a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 1999, p.302).

O conceito de “biopolítica” foi tratado, prioritariamente, nas aulas de 21 de janeiro, 28 de janeiro e 17 de março, motivando-se, regularmente, pelo exame dos problemas relativos à

questão do *racismo de Estado*. O objetivo desse curso era empreender uma investigação sobre o poder como uma extensão da guerra, situando o conceito de “raça” como um problema nuclear. Sendo assim, o tema da “luta de raças” aparece como elemento que permite “situar o fenômeno da guerra e as relações de força dentro da sociedade” (Foucault, 1999, p.26).

Na aula de *7 de janeiro de 1976* (Foucault, 1999, p.3-26), duas hipóteses relativas à analítica do *poder* são levantadas: uma que concebe o *poder* a partir das formas de repressão, outra, que o concebe como guerra continuada. A aposta na segunda hipótese justifica-se, nesse momento, em função de uma resistência programática em relação ao “economicismo” que prevalecia, então, nas reflexões sobre o poder¹³. A hipótese repressiva é descartada por Foucault a partir, por exemplo, de uma crítica ao “postulado de propriedade”, pressuposto teórico que vinculava a noção de poder a um princípio de pertencimento, o que se opõe diametralmente à sua concepção de *poder* como relação de forças, como algo que se exerce, e que “só existe em ato” (Foucault, 1999, p.21).

O “economicismo”, neste sentido, encontra-se como ponto de convergência entre as concepções liberais e progressistas do poder, uma vez que, em ambas, o poder é concebido como algo que poderia ser transferido ou alienado. Se a economia política fundamenta a razão histórica do poder, sua “funcionalidade econômica” estaria ligada, por sua vez, à manutenção das “relações de produção” e, ao mesmo tempo, à recondução de “uma dominação de classe que o desenvolvimento e as modalidades próprias da apropriação das forças produtivas tornaram possíveis” (Foucault, 1999, p.20). Ao tratar, entretanto, o *poder* como uma relação de forças, Foucault procura examiná-lo como uma extensão da guerra “por outros meios” (Foucault, 1999, p.22), ou seja, como uma ordenação dos corpos nas instituições e na linguagem.

Na aula de *21 de janeiro de 1976* (Foucault, 1999, p. 49-73), a análise do biopoder é retomada em uma discussão sobre um “novo” tipo de racismo, identificado nas exposições precedentes: um racismo que não se dirigia mais a adversários externos, mas que operava na própria sociedade que o alimentava. Nessa linha de raciocínio, o “racismo de Estado” aparece como uma variante dos discursos históricos sobre a “luta das raças” e favorece a legitimação

¹³ “Para Foucault, o problema fundamental ao se estudar a emergência do Estado moderno é evitar a armadilha das análises do Estado ‘vistas de cima’, na qual caem as concepções liberais e marxistas de poder. O liberalismo (guiado pela metáfora jurídica do contrato) considera o poder da mesma forma que qualquer outra mercadoria: como algo que alguém possui, usa, entrega. O modelo de poder político é o do intercâmbio contratual. O marxismo, por sua vez, considera que o poder tem na economia uma fonte histórica, que é sua verdadeira *raison d’être*, e tem como modelo a guerra-dominação. Porém, para ambos, para além de suas diferenças, o Estado representa o núcleo de um sistema de poder, seu ponto maior de concentração, que age difundindo e distribuindo quantidades iguais (para o liberalismo) ou desiguais (para o marxismo) de poder aos diferentes setores sociais” (Dussel, 2004, p.51).

de táticas de governo que pretendiam garantir a proteção e a proliferação de um patrimônio “biológico” concebido como porção salutar no interior de um contingente mais amplo. Esse tema, a *luta de raças*, cujos usos se diversificam em distintos momentos históricos (usos aristocráticos contra o poder absoluto, usos revolucionários contra a aristocracia etc.), passa a funcionar como um discurso racial, justificando o emprego de mecanismos “de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (Foucault, 1999, p.73).

Foucault, na aula de *28 de janeiro de 1976* (Foucault, 1999, p.75- 98), fala sobre a “proteção da raça” como um imperativo do Estado iluminista. Nas narrativas míticas, forjadas pelo nazismo, é possível identificar variantes desse tema que foram utilizadas a fim de implementar e de legitimar formas totalitárias de exercício do poder: a retomada de uma guerra ancestral, a invenção de um império cabal, de um novo *Reich* “que deve[ria] garantir o triunfo milenar da raça” (Foucault, 1999, p.97). A transcrição soviética dessa mesma matriz, por sua vez, funciona, de acordo com Foucault, de uma forma difusamente cientificista, apropriando-se do discurso revolucionário das lutas sociais a fim de convertê-lo em fundamento para a “gestão de uma polícia que assegurava a higiene silenciosa de uma sociedade ordenada” (Foucault, 1999, p.97). Ambos os exemplos, nesse sentido, poderiam ser reduzidos à “prosa administrativa de um Estado que se protege em nome de um patrimônio social que deve ser guardado” (Foucault, 1999, p.98).

Dois semanas depois¹⁴, a discussão sobre a gestão da população volta a dominar a exposição de Foucault. Esquivando-se, por um momento, das questões relativas ao racismo de Estado e aos mecanismos de depuração da “raça”, a reflexão sobre o biopoder concentra-se, nesse momento, na descrição de tecnologias de fomento a vida, de tecnologias que visavam à sanidade e à longevidade da população, lidando, por um lado, com fenômenos aleatórios que poderiam colocá-la em risco, por outro, com fenômenos estatísticos que poderiam otimizar a sua gestão.

Essas novas tecnologias, como já apontamos, mobilizam os elementos de sujeição que haviam caracterizado a descrição do “poder disciplinar”. Se as disciplinas haviam promovido a ordenação das multiplicidades humanas por meio de técnicas extensivas de controle do tempo e do espaço e por meio da extração de saberes massivos sobre os padrões de comportamento individualmente examinados, o “biopoder” as integra e as modifica, abordando as multiplicidades vivas sob uma ótica populacional, abordando-as como “uma massa global,

¹⁴ Aula de *17 de março de 1976* (1999, p.285- 315).

afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são os processos como o nascimento, a morte a reprodução, a doença, etc.” (Foucault, 1999, p.289).

Os objetos do saber biopolítico envolvem, assim, conhecimentos relativos à proporção dos nascimentos e dos óbitos, às taxas de reprodução e fecundidade, às doenças endêmicas e epidêmicas, ao mapeamento dos contingentes demográficos. Nesse conjunto de fenômenos, duas táticas destacam-se: a saúde pública e a seguridade social. Ao promover a centralização e a normalização do saber médico, formando organismos sociais de vigilância sanitária e campanhas “de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (Foucault, 1999, p.291), os novos dispositivos clínicos procuram garantir a sanidade da população, enquanto a velhice, os acidentes de trabalho ou as enfermidades não epidêmicas transformam-se em objeto de novas formas de seguridade social.

Enfim, nessa aula, Foucault trata relações de poder que deveriam regulamentar e gerir a vida a fim de “fazer viver”:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a ‘população’ enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (Foucault, 1999, p.294).

Se o “poder soberano” implicava o direito sobre vida dos súditos, se a exemplaridade do castigo deveria espelhar a assimetria entre a posição hierárquica do Rei e a inferioridade da condição do condenado, derivando-se daí a desproporção entre a gravidade dos delitos e as penalidades impostas aos supliciados, a “biopolítica”, por sua vez, trata a morte como um problema de gestão da morbidez, promovendo sua quantificação e examinando suas causas. No lugar de uma ritualística que deveria colocar em evidencia a distância entre o corpo do Rei¹⁵ e o corpo ínfimo do condenado¹⁶, uma regulamentação que deveria, a princípio, permanecer à

¹⁵ Foucault considera a análise de Kantorowicz sobre o “corpo do rei” notável: “corpo duplo de acordo com a teologia jurídica formada na Idade Média, pois comporta além do elemento transitório que nasce e morre um outro que permanece através do tempo e se mantém como fundamento físico mas intangível do reino; em torno dessa dualidade que esteve, em sua origem, próxima do modelo cristológico, organizam-se uma iconografia, uma teoria política da monarquia, mecanismos jurídicos que ao mesmo tempo distinguem e ligam a pessoa do rei e as exigências da Coroa, e todo um ritual que encontra na coroação, nos funerais, nas cerimônias de submissão, seus tempos mais fortes” (Foucault, 1987, p.28).

¹⁶ Logo em seguida, Foucault cogita sobre a possibilidade de uma investigação, em homenagem a Kantorowicz, sobre o “mínimo corpo do condenado”: “Poderíamos imaginar no pólo oposto o corpo do condenado; ele também tem seu estatuto jurídico; reclama seu cerimonial e impõe todo um discurso teórico, não para fundamentar o “mais poder” que afeta a pessoa do soberano, mas para codificar o “menos poder” que marca os que são submetidos a

margem do exercício funcional da morte¹⁷: “é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico” (Foucault, 1999, p.296).

3- RACISMO DE ESTADO: *DEIXAR MORRER*

Há, contudo, um aspecto paradoxal que permeia o objeto dessa reflexão: o mesmo tipo de poder que deveria assegurar a vida da população cria as condições históricas para a implementação de procedimentos inauditos de extermínio. O “biopoder”, mesmo tendo tomado a proliferação da vida como finalidade essencial, exerceu, de forma inexorável, o direito de “deixar morrer”. A condição discursiva para o exercício dessa função supressiva, ou seja, o saber que opera na legitimação de tais práticas, é, de acordo com Foucault, o “racismo de Estado”: “o racismo é ligado ao funcionamento do Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (Foucault, 1999, p.309).

Esse novo tipo de racismo é descrito a partir de duas funções elementares: a primeira, de segregação, estabelece “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 1999, p.304), ou seja, fragmenta a população, classificando os contingentes humanos em função dos desvios em relação aos padrões convencionados de “normalidade”; a segunda, de supressão, emprega o sofisma racial como justificativa para operação de dispositivos de aniquilação de grupos ou de indivíduos considerados prejudiciais à prosperidade do segmento supostamente mais aptos: “a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia” (Foucault, 1999, p.305).

O totalitarismo institui dispositivos de segregação e de supressão que restringem drasticamente o direito à vida, impondo a certos grupos sociais um *status* de “anormalidade” que justifica sua eliminação. O racismo, numa sociedade de normalização, é, portanto, “a condição para que se possa exercer o direito de matar” (Foucault, 1999, p.306). Nelas, esse direito envolve não apenas as formas diretas de extermínio, mas também formas indiretas, maneiras de “deixar morrer”: “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de

uma punição. Na região mais sombria do campo político, o condenado desenha a figura simétrica e invertida do rei” (Foucault, 1987, p.28).

¹⁷ “O poder, organizado em termos de soberania, tornou-se inoperante para manejar o corpo econômico e político de uma sociedade em vias de explosão demográfica e, ao mesmo tempo, de industrialização. Por isso, de maneira intuitiva e ao nível local, apareceram instituições como a escola, o hospital, o quartel, a fábrica. Em seguida, no século XVIII, foi necessária uma nova adaptação do poder para enfrentar os fenômenos globais de população e os processos biológicos e sociológicos das massas humanas” (Castro, 2016, p.59).

morte” (Foucault, 1999, p.306). Um evolucionismo em sentido lato (não se trata propriamente da teoria de Darwin) é mobilizado politicamente a fim de legitimar “o genocídio colonizador, o combate à criminalidade, a delinquência e a loucura” (Foucault, 1999, p.307).

As sociedades que exerceram seu poder de normalização de forma mais radical, tanto no que concerne à disciplina quanto no que concerne à regulamentação, constituíram, concomitantemente, os Estados que mais exerceram o “direito de matar”, Estados que “são forçosamente os mais racistas” (Foucault, 1999, p.309). O nazismo é lembrado por Foucault como o exemplo mais nítido dessa estratégia de governo:

[...] o Estado nazista tornou absolutamente co-extensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja – não só os outros, mas os seus próprios [...] (Foucault, 1999, p.311).

No primeiro volume da *História da Sexualidade* (1988), Foucault retoma a discussão sobre a “biopolítica”. O quinto capítulo¹⁸ poderia ser descrito como uma versão aprimorada de suas aulas no *Collège de France*. Ali, ele volta a analisar questões sobre o *racismo de Estado*, sobre a gestão da vida e sua regulamentação, sobre a reprodução da vida e sua inserção nos processos de produção, sobre o direito de matar e sobre a prática de genocídios em estratégias políticas concebidas sob a finalidade de “fazer viver”.

A descrição desse poder sobre a vida configura-se, agora, sob uma dupla articulação: o corpo como máquina e o corpo como espécie. As “disciplinas”, corpo maquínico, haviam trabalhado o adestramento, a amplificação das capacidades produtivas, o crescimento conjunto da utilidade e da docilidade dos corpos individuais. O “biopoder”, por sua vez, corpo demográfico, regulamenta a proliferação da espécie, os nascimentos e a mortalidade, a sanidade e a longevidade: as “disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1988, p.131).

O racismo moderno aparece, então, como o elemento que protagoniza a exposição sobre as práticas do “biopoder”, articulando-se, por um lado, com “exaltação onírica de um sangue superior”, por outro, com a “extensão e intensificação dos micropoderes, a pretexto de uma estatização ilimitada”:

O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da

¹⁸ Direito de morte e poder sobre a vida (1988, p. 125-149).

educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça. Sem dúvida, o nazismo foi à combinação mais ingênua e mais ardilosa – ardilosa porque ingênua – dos fantasmas do sangue com os paroxismos de um poder disciplinar. Uma ordenação eugênica da sociedade, com o que ela podia comportar de extensão e intensificação dos micropoderes, a pretexto de uma estatização ilimitada, era acompanhada pela exaltação onírica de um sangue superior; esta implicava, ao mesmo tempo, o genocídio sistemático dos outros e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total (Foucault, 1988, p.140).

O corpo ínfimo do condenado, supliciado pela monarquia absoluta, “normatizado” pelo *poder* disciplinar e “regulamentado” pelo biopoder, é convertido, nos horizontes políticos do “racismo de Estado”, em um corpo marcado pelo estigma de uma ameaça a vitalidade social. Não mais uma ameaça ao corpo soberano do rei, mas, em seu lugar, uma ameaça à “sociedade”. Segundo Castro, devemos “ver o racismo, então, como algo muito mais profundo que uma velha tradição ou uma nova ideologia; ele está ancorado na tecnologia moderna do poder” (Castro, 2016, p.304).

O princípio de “matar para poder viver” (Foucault, 1988, p.129), deslocado do debate sobre os conflitos entre os Estados, funcionaliza a violência como forma de assegurar a sobrevivência de uma população. O “racismo de Estado” configura-se como condição para a gestão da morte na sociedade de normalização, de acordo com Duarte: “para produzir e incentivar de maneira calculada e administrada a vida de uma dada população, ele tem de impor o genocídio aos corpos populacionais considerados exógenos” (Duarte, 2008, p.9): as guerras não são mais travadas em nome do soberano, elas se empenham na tutela do corpo endógeno.

A análise desse fenômeno, a transformação das sociedades normativas em Estados totalitários, com a ressurgência de mecanismos “dedutivos”, ou seja, a esdrúxula intersecção entre o biopoder, o racismo de Estado e o poder soberano, ainda que tenha sido abordada de forma recorrente nos cursos ministrados por Foucault, permanece insipiente, visto que ela jamais foi abordada exclusiva e frontalmente. Agamben investe, justamente, nesse ponto, propondo, a princípio, algo que deveria funcionar como uma extensão das reflexões de Foucault sobre a biopoder.

4- TANATOPOLÍTICA: SOBERANIA E TOTALITARISMO

Em síntese, a crítica de Agamben às reflexões de Foucault articulam-se, basicamente, em três eixos: o primeiro deles pretende elucidar o “vínculo secreto” entre a soberania e o

biopoder, sob o prisma de uma análise jurídico-filosófica; o segundo empenha-se em demonstrar que o estado de exceção funciona como um elemento estruturante em relação ao ordenamento jurídico dos regimes democráticos de representação, evidenciando sua cumplicidade com formas totalitárias de dominação e, por fim, o terceiro visa a aprofundar as análises a propósito dos campos de concentração, concebidos como elementos paradigmáticos da “política ocidental”.

4.1- BIOPOLÍTICA E VIDA NUA

Em sua leitura dos capítulos finais d’*A História da Sexualidade*, Agamben reconhece que o conceito *biopolítica* foi elaborado por Foucault a fim de examinar uma descontinuidade histórica: a emergência de um regime político pautado pela gestão demográfica das populações, ou seja, um regime em que “a espécie e o indivíduo, enquanto simples corpo vivente, tornam-se a aposta que está em jogo nas suas estratégias políticas” (Agamben, 2002, p.11). Contudo, se Foucault recusa programaticamente as análises filosófico-jurídicas das relações de poder que, até então, haviam balizado a definição da soberania e a teoria do Estado, Agamben, por sua vez, concebe a articulação ente a disciplina dos corpos e a regulamentação das populações como um “ponto cego”, como um ponto que a abordagem de Foucault não teria sido capaz de elucidar adequadamente. Seria, portanto, necessário aprofundar a investigação sobre os vínculos potenciais entre a *biopolítica* e os modelos jurídico-institucionais de análise do poder, “corrigindo”, dessa forma, a hipótese de Foucault ou, pelo menos, “integrando-a”.

Trata-se de uma reversão radical em relação aos fundamentos metodológicos e aos conceitos elaborados em *Vigiar e Punir*, n’*A história da sexualidade* e nos cursos ministrados no *Collège de France*. As consequências, nesse caso, são relevantes não apenas sob o ponto de vista da análise histórica, mas também sob a perspectiva das posturas políticas implicadas em tais posições, como ressalta Heike:

“Portanto, se Foucault e Agamben adotam posições contra o totalitarismo, a compreensão desse termo e os métodos de investigação são muito diferentes, o que resulta em uma cumplicidade involuntária de Agamben com o totalitarismo que ele, contraditoriamente, procura rejeitar¹⁹” (Heike, 2015, p.155).

¹⁹ Tradução nossa: “Thus, while both Agamben and Foucault take positions “against” totalitarianism, their very different understandings of this term and method of investigating it unwittingly render Agamben complicit with the totalitarianism he otherwise seeks to reject”

Nos trabalhos dedicados ao estudo das relações de força, Foucault não apenas estabelece uma distinção elementar entre o aspecto “dedutivo” da soberania e o aspecto “produtivo” do biopoder, mas o faz sob uma perspectiva imanente, concebendo as instituições sociais e políticas como resultantes de relações de força moleculares. Em tais análises, a hipótese que está em jogo é a da permanência, mesmo depois do fim das Monarquias Absolutistas, de mecanismos de legitimação das relações de poder forjados sob modelos jurídico-filosóficos herdados do Antigo Regime, de tal forma que a eficácia de suas análises depende, justamente, de um deslocamento sistemático em relação a tais postulados. A instauração dos sistemas políticos de representação, formalmente concebidos sob a égide dos princípios iluministas de liberdade e de igualdade, implicaria, sob esse ponto de vista, a disseminação simultânea de tecnologias sub-reptícias de coerção social, garantindo, assim, as assimetrias sociais. Trata-se, pois, de tecnologias que permaneceram à margem da reflexão “teórica” e que se configuram como o objeto elementar das análises de Foucault sobre o poder disciplinar:

E se, de uma maneira formal, o regime representativo permite que direta ou indiretamente, com ou sem revezamento, a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas. O contrato podia muito bem ser imaginado como fundamento ideal do direito e do poder político; o panoptismo constituía o processo técnico, universalmente difundido, da coerção. Não parou de elaborar em profundidade as estruturas jurídicas da sociedade, para fazer funcionar os mecanismos efetivos do poder ao encontro dos quadros formais de que este dispunha. As ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas (Foucault, 2008, p. 209).

Ao subestimar a descontinuidade traçada por Foucault entre o poder soberano e o biopoder, tratando-a como uma oposição trivial²⁰, Agamben, ao presumir a existência de um “vínculo secreto” (Agamben, 2002, p.14) entre a soberania e a vida nua, não contraria um aspecto supérfluo da tese de Foucault, ele a ataca frontalmente em nome de uma “ressurreição” trans-histórica do conceito de soberania²¹. A biopolítica, subsumida à ideia de “vida nua”, passa

²⁰ “Mesmo que Agamben admita que as nossas sociedades são biopolíticas, ainda assim ele vê a oposição foucaultiana entre biopoder e poder soberano como algo supérfluo” (Ojakangas, 2015, p. 6). Tradução nossa: “Although Agamben admits that our societies are bio-political ones, he nevertheless sees the Foucauldian opposition between bio-power and sovereign power as superfluous”.

²¹ “Contudo, em última instância, Agamben vê a soberania como um fenômeno trans-histórico ou, pelo menos, como uma configuração política que tem resistido de forma relativamente estável e duradoura, desde os tempos de Aristóteles” (Schotten, 2005, p. 159). Tradução nossa: “Nevertheless, Agamben ultimately sees sovereignty as either a trans-historical phenomenon or, at the very least, a political configuration that has endured relatively stably and continuously since the days of Aristotle”.

a ser tratada, em divergência com as premissas conceituais e metodológicas adotadas por Foucault, como uma categoria transcendente:

A “politização” da vida nua é a tarefa metafísica por excelência, na qual se decide da humanidade do vivente homem, e, assumindo esta tarefa, a modernidade não faz mais do que declarar a própria fidelidade à estrutura essencial da tradição metafísica. A dupla categorial fundamental da política ocidental não é aquela amigo-inimigo, mas a vida nua-existência política, zoé-bíos, exclusão-inclusão (Agamben, 2002, p.15).

A estratégia discursiva adotada em *Homo Sacer*, ao apresentar-se como uma extensão das análises de Foucault sobre o biopoder, pode, portanto, ser caracterizada como uma filiação apenas aparente, uma vez que, para Foucault, o biopoder configura-se como uma estratégia de governo pautada pelo fomento a vida, não por sua “exposição incondicional ao risco de morte”. Como demonstra Ojakangas, o fino argumento de Agamben apoia-se, contudo, em uma premissa dúbia:

“Agamben trata a “vida nua”– a vida do *homo sacer* exposta incondicionalmente ao risco de morte – como um ponto secreto de intersecção entre o modelo soberano e modelo biopolítico de poder. Finas como são regularmente as análises de Agamben, este é precisamente o mais dubio argumento em *Homo Sacer*. Não é a vida nua, exposta incondicionalmente ao risco de morte, que fundamenta o biopoder, mas o *cuidado com “todo vivente”*²²” (Ojakangas, 2005, p. 6).

Como já apontamos, o modelo que fundamenta as análises de *Homo Sacer* a propósito da soberania deriva-se de Schmitt e, de acordo com a demonstração ali proposta, o biopoder deveria revelar-se como uma faceta secreta nele implicada, faceta que ter-se-ia manifestado, de forma mais incisiva, com a emergência das estratégias biopolíticas do Estado-nação. Contrapondo-se a essa hipótese, Ojakangas defende, ademais, que “A noção de vida nua [...] pertence exclusivamente à ordem da soberania, sendo incompatível com a noção biopolítica de vida, que é, em si, imanente e unívoca²³” (Ojakangas, 2005, p.5). Considerando essa objeção preliminar, a estratégia de “integração” da noção de biopoder em uma análise jurídico-filosófica da soberania, empregada em *Homo Sacer*, pode ser elucidada com maior precisão: trata-se de um deslocamento sistemático de sentido que se empenha em converter uma categoria analítica

²² Tradução nossa: “Agamben calls “bare life” – the life of *homo sacer* that is exposed to an unconditional threat of death – the hidden point of intersection between the sovereign and bio-political models of power. As fine as Agamben’s analysis is, however, it is precisely this argument that is most dubious in *Homo Sacer*. Not bare life that is exposed to an unconditional threat of death, but the *care of “all living”* is the foundation of bio-power”.

²³ “A noção de vida nua [...] pertence exclusivamente à ordem da soberania, sendo incompatível com a noção biopolítica de vida, que é, em si, imanente e unívoca.”

forjada sob o prisma da historicidade das instituições de saber e das relações de poder, em um conceito transcendente que deveria dar sustentação a uma teoria geral do poder, num gesto de totalização que pretendia englobar toda a “política ocidental”. Essa tática abre caminho para a composição de um segundo eixo argumentativo, dedicado, então, a demonstração da hipótese sobre a normalização do estado de exceção.

4.2- A EXCEÇÃO E A REGRA

Retomando as considerações de Schmitt²⁴ sobre o poder soberano, Agamben o concebe sob o prisma de um paradoxo elementar entre o ordenamento jurídico e o “estado de exceção”. De acordo com essa linha de raciocínio, a decisão soberana, ao suspender o ordenamento, instaura uma situação em que já não é possível distinguir a vida natural e a vida politicamente qualificada. Nos termos do autor, trata-se de uma “exclusão inclusiva”, ou seja, o estado de exceção, que não se identifica com o caos (ausência absoluta de norma), nem com ordenamento, é descrito como uma topologia de apropriação, como um dispositivo de “captura” do que está “fora”. Sob esse ponto de vista, a “exceção” já não pode ser definida como uma suspensão “temporária do ordenamento”, uma vez que ela se manifesta como uma regularidade, como um traço constitutivo da soberania: a exceção torna-se regra. A questão elementar, nesse caso, diz respeito a vigência do ordenamento, de tal forma que o quadro teórico que se pretende traçar focaliza a existência permanente de territórios e, conseqüentemente, de populações que permanecem à margem dos direitos elementares. Para essa descrição, o campo de concentração funciona como um caso emblemático: já não se trata de uma suspensão temporária do ordenamento, ou seja, de um “ordenamento sem localização”, mas de uma “localização sem ordenamento” (Agamben, 2002, p.182).

A vida em tais espaços, por sua vez, não se identifica com a vida meramente reprodutiva, *zoé*, nem com a vida politicamente qualificada, *bíos*, ela é a “vida nua”, “abandonada” pelo ordenamento, e, portanto, exposta ao risco de morte. Ao menos em certa medida, o “homem sacro”, figura exótica que o autor extrai do direito romano, aparece numa relação de simetria com o soberano, que, tendo direito de suspender a vitalidade da lei, coloca-se legalmente fora da lei” (Agamben, 2002, p.23), ou seja, ambos se encontram em uma zona de indiferenciação

²⁴ Primeira parte de *Homo Sacer: Lógica da Soberania* (2002, p. 23 - 75). Schmitt, Carl. *Politische Theologie, Vier Kapitel zue Lehre von der Souveranitat*. Munchen-Leipzig, 1922 (Tradução italiana. Schmitt. S. Le categorie del politico. Bologna, 1988).

entre a vida natural e a vida politicamente qualificada. De um lado, a monstrosidade do soberano, de outro, a vida desqualificada que se torna objeto de sua predação. A imagem é veemente e remonta a mais qualificada tradição contratualista, amplificada pela lente totalitária de Schmitt. Nesse aspecto, a incompatibilidade teórico-metodológica em relação a posição que se pretende desdobrar contrasta com a afinidade estilística, lembrando a minúcia e a vivacidade dos quadros descritivos que desencadeiam as análises de Foucault sobre a penalidade.

Tais análises resistem, contudo, até o limite de suas possibilidades, à mobilização de instâncias centralizadoras que poderiam funcionar como focos de emanção do poder, esquivando-se de postulados que haviam, então, se naturalizado nas reflexões sobre o Estado, sobre o mercado ou sobre a luta de classes, como o da localização ou o da propriedade. Concentrando-se em relações de força moleculares, infrajurídicas, em relações que operam em concomitância com a regularidade do ordenamento jurídico, tais estudos consideram, por um lado, um plano discursivo, delimitado por um feixe complexo de relações que balizam o exercício da função enunciativa em formações discursivas historicamente determinadas, por outro, um plano não discursivo, de relações de força infinitesimais, que efetuam a ordenação cotidiana dos corpos e que regulamentam a vida das populações.

Se, por um lado, o poder disciplinar e a biopolítica implementam um domínio de visibilidade que atinge a totalidade do corpo social, algo que a exemplaridade espetacular da penalidade soberana não poderia executar, por outro, as instituições de saber anátomo-políticas fundam-se na historicidade de uma “murmuração anônima”, algo incompatível com o fundamento teológico das formações discursivas monárquicas. Na instauração dos regimes políticos de representação, contudo, a resiliência de um fundamento jurídico, herdado, ainda, do Antigo Regime, representaria um óbice para a formulação de uma nova abordagem das relações de poder, de tal forma que seria imprescindível resistir à mobilização desse fundamento, considerando, alternativamente, mecanismos miúdos de coerção, mecanismos que operavam à margem das práticas discursivas convencionadas. São práticas de adestramento e de otimização das capacidades vitais que estão em jogo na caracterização disciplinar e regulatória do biopoder.

O direito de “deixar morrer” aparece, em tais discussões, como um fenômeno paradoxal, como reativação de um aspecto que havia, justamente, possibilitado a descrição da ruptura histórica entre o biopoder e a soberania. A condição para a reativação desse “direito”, de acordo com as reflexões formuladas nos cursos ministrados por Foucault, passava, como já apontamos, pela retomada de uma antiga tópica histórica, a luta das raças, que se combinava, então, com a apropriação política do evolucionismo, ou seja, trata-se de uma formação histórica peculiar que,

sob esse ponto de vista, não poderia ser generalizada como elemento categórico de uma teoria geral do poder. Sob o ponto de vista das análises efetuadas por Foucault, o fenômeno histórico que subsidia o regime nazista é a emergência do “racismo de estado”, uma estratégia endógena de segregação e de supressão que postulava a necessidade de promover a “purificação” permanente da raça. Não se trata, portanto, de uma cumplicidade “secreta” entre os regimes democráticos de representação e o totalitarismo, mas de uma convergência histórica entre o direito dedutivo do soberano sobre a vida e as estratégias biopolíticas de governo.

4.3 - A NAÇÃO E O CAMPO

O surgimento dos campos de concentração como “evento que marca de modo decisivo [...] o espaço político da modernidade” (Agamben, 2002, p. 181) caracteriza o último eixo que sustenta a tese defendida por Agamben. No que concerne a esse ponto, a constatação de uma “crise duradoura” no sistema político do Estado-nação aparece como fator que demanda a revisão dos fundamentos que haviam sustentado a implementação desse tipo de regime político. Três elementos, a princípio, integram essa análise: território, ordenamento e nação e sua articulação é descrita como um “nexo funcional” entre o território e o ordenamento jurídico, “mediados por regras automáticas de inscrição da vida (nascimento/nação)”. Esse arrazoado prepara o diagnóstico de uma ruptura decisiva:

Algo não pode mais funcionar nos mecanismos tradicionais que regulavam esta inscrição, e o campo é o novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento - ou, antes, o sinal da impossibilidade do sistema de funcionar sem transformar-se em uma máquina letal. [...] O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zones d'attente* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio a juntar-se, rompendo-a, a velha trindade Estado-nação (nascimento)-território (Agamben, 2002, p. 182).

A caducidade da “nação”, vincula-se, como se lê no excerto, à emergência dos campos de extermínio que passam, então, a ser tratados como quarto fundamento do Estado-nação, como um elemento inalienável. Se, em convergência com Schmitt, o estado de exceção poderia ser caracterizado como um mecanismo de “captura”, ou seja, como condição para a expansão territorial e populacional do Estado, o campo de concentração, por sua vez, só pode ser concebido como um dispositivo de segregação e de supressão da vida, ainda que se caracterize

pela vigência permanente do estado de exceção, logo, o argumento que atribui ao campo de extermínio o papel de “regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento” implica uma evidente contradição, uma vez que que ele, o campo, não regula a inscrição da vida no ordenamento, ele institui práticas genocidas sem precedentes históricos, isso, à revelia dos princípios fundamentais que haviam pautado a fundação dos regimes políticos de representação. O efeito imediato de tal atribuição, sob o ponto de vista teórico, é a normalização dos regimes totalitários, que, passam, então, a ser tratados como um fenômeno inerente ao sistema político do Estado-nação. Como aponta Schotten, trata-se, nesse caso, de uma “teoria totalitária” do poder que “demanda, ironicamente, o repúdio ao totalitarismo”:

“Ao ressuscitar a soberania e reafirmar que, teleologicamente, o poder do Estado fatalmente culmina no campo, Agamben produz uma teoria totalitária que demanda, ironicamente, o repúdio do totalitarismo. Esse é o efeito de sua fixação moralizante no Holocausto que, de forma sempre mais dolorosa e irônica, serve apenas para revitalizar o poder nazista como uma ocorrência histórica perene, como um contínuo legado político e como uma fatalidade catastrófica, mais que para resistir ou romper com ele por meio de uma crítica insurrecional²⁵” (Schotten, 2005, p. 179).

A “crítica insurrecional” de Foucault demandava uma ruptura radical com certa “cumplicidade em torno do Estado” (Deleuze, 2005, p. 40) e essa ruptura teórica tem consequências práticas imediatas, consequências políticas. Tanto do ponto de vista prático, quando do ponto de vista metodológico, as reflexões sobre biopoder, visceralmente atreladas às investigações sobre a historicidade das práticas discursivas, não são passíveis de compatibilização com uma teoria geral da soberania, nem admitem premissas metafísicas, elas são radicalmente pragmáticas e imanentes.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento de *Homo Sacer*, considerando os três eixos aqui examinados, empenha-se em situar-se em um lugar de enunciação pautado por uma tradição que remonta às matrizes greco-latinas, passando pela “razão de estado” absolutista, por suas atualizações contratualistas

²⁵ Tradução nossa: “In resuscitating sovereignty and re-affirming the inevitable, teleological power of the state to culminate in the camp, Agamben produces a totalitarian theory that demands, ironically, the repudiation of totalitarianism. This is the effect of his moralizing fixation on the Holocaust that, even more painfully and ironically, only serves to re-center Nazi power by perennially re-invigorating it as historical occurrence, ongoing political legacy, and catastrophic fatality, rather than resisting or disrupting it via insurrectionary critique”.

e atingindo, por fim, suas versões totalitárias. É nesse cenário que se propõe a “integração” da tese biopolítica de Foucault ou, mais precisamente, a sua “retificação”, desfigurando-a num quadro analítico que prioriza a análise jurídico-filosófica da soberania.

Os efeitos teóricos e políticos de tal estratégia, porém, tem sido alvo de críticas incisivas, como apontam alguns dos trabalhos aqui referidos. Se, por um lado, Schotten critica a perenização e a revitalização do holocausto, que assume, em *Homo Sacer*, o status de uma categoria política universal, por outro, Ojakangas nele identifica uma cumplicidade “involuntária com o totalitarismo²⁶”.

É verossímil que a enorme repercussão de uma tese como a defendida em *Homo Sacer* deva-se, justamente, à estratégia de domesticação da “crítica insurrecional” implicada na abordagem proposta por Foucault. Como sugere Schotten, a política da crítica, ou seja, as relações de força operantes nas instituições de saber tendem, ainda, a fomentar um vetor de resistência às posições metodológicas que se radicalizam na historicidade das práticas discursivas e na imanência das relações de força, o que, no caso examinado, poderia elucidar o alcance de uma investigação que se propõe a subsumir o corte histórico formulado por Foucault à universalidade das teorias do estado e do poder soberano.

O que se põe a perder, contudo, é a possibilidade de empreender um tipo de investigação que, ao esquivar-se do recurso aos mecanismos totalizantes de análise, focaliza as resultantes de interações ínfimas, relações de força difusas, e, portanto, irreduzíveis ao gesto teórico universalizante. Enfim, é possível que o estudo histórico e político do totalitarismo, sob prisma das relações moleculares entre as práticas discursivas e os dispositivos de poder, possa contribuir de forma significativa para compreensão de alguns fenômenos atuais, de suas técnicas ocultas, de suas táticas locais e de seus efeitos estratégicos de larga escala.

²⁶ Vide nota 11.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua 1*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUARTE, André de Macedo. *Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI*. 2008. Disponível em: < https://works.bepress.com/andre_duarte/17/ >. Acesso em: 05/10/2019.
- DUSSEL, Inês. *Foucault e a Escrita da História: reflexões sobre os usos da genealogia*. Revista Educação e Realidade, UFRGS, V.29, n.1 jan/jun, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- OJAKANGAS, Mika. "Agamben and Foucault Impossible Dialogue on Bio-power" in *Foucault studies*, No.20, pp. 155-179, December 2015.
- SCHOTTEN, C. Heike. "Against Totalitarianism: Agamben, Foucault, and the Politics of Critique" in *Foucault Studies*, nº.20, p.155-179, December 2015.

RELAÇÕES DE PODER EM V DE VINGANÇA

1- INTRODUÇÃO

Neste texto faremos uma análise narrativa do quadrinho *V de Vingança* (2012), produzido em conjunto por Alan Moore e David Lloyd durante a década de 1980. A narrativa do quadrinho é dividida em três partes: *Tomo Um: A Europa Depois do Reino*²⁷ (p.9 - 88), *Tomo Dois: Este Vil Cabaré*²⁸ (p.89 – 181) e *Tomo Três: A Terra do Faça-o-que-quiser*²⁹ (p.184 – 267). Para tanto, recorreremos as reflexões acerca das relações de poder elaboradas por Michel Foucault.

Em *A Europa Depois do Reino*, Moore e Lloyd apresentam o espaço ficcional da narrativa, seus personagens e o argumento que justifica a ascensão de um regime totalitário em *V de Vingança*. O arco narrativo central do primeiro tomo orbita em torno da vingança de V contra a Nórdica chama, atacando tanto os funcionários do campo de concentração onde foi utilizado como cobaia humana quanto os símbolos e instituições do regime totalitário.

N' *Este Vil Cabaré*, os autores aprofundam a perspectiva do espaço ficcional, abordando o funcionamento da sociedade em que os personagens estão inseridos, por um lado, com narrativas sobre o cotidiano estabelecido após a ascensão do regime totalitário e, por outro, a partir da autobiografia de Valérie (personagem morta no mesmo campo de concentração em que V foi prisioneiro) sobre o período anterior ao do governo vigente.

Em *A Terra do Faça-o-que-quiser*, Moore e Lloyd concluem a narrativa a partir de um conjunto de acontecimentos caóticos que levam ao desmoronamento interno sociedade totalitária. O arco se desenvolve a partir dos atentados de V contra o regime totalitário, das insurreições da população contra o governo e das disputas internas entre os membros da Nórdica Chama sobre o controle do partido.

²⁷ Capítulos do primeiro tomo de *V de Vingança*: *O Vilão* (p.11-18), *A Voz* (p.19-24), *Vítimas* (p.25-32), *Vaudeville* (p.33-38), *Versões* (p.39-46), *Visão* (p.47-50), *Virtude* (p.51-57), *O Vale* (p.57-65), *Violência* (p.66-72), *Veneno* (p.73-80) e *Vértice* (p.81-88).

²⁸ Capítulos do segundo tomo de *V de Vingança*: *Prelúdio* (p.91-95), *Vai-da-Valsa* (p.96-102), *O Véu* (p.103-109), *Vídeo* (p.110-14), *Vertente Vocacional* (p.115-120), *A Viagem* (p.121-127), *Variedade* (p.128-132), *Visitas* (p.133-140), *Vingança* (p.141-p.144), *Vicissitude* (p.145-p.149), *Vermes* (p.151-p.156), *Valerie* (p.157-p.162), *Verdicto* (p.163-168), *Valores* (p.169-174), *Vinhetas* (p.175-181).

²⁹ Capítulos do terceiro tomo de *V de Vingança*: *Prólogo* (p.184-189), *Vox Populi* (p.190-196), *Vwewirung* (p.197-203), *Vários Namorados* (p.204-211), *Vestígios* (p.212-218), *Véspera do Adeus* (p.219-225), *Vetores* (p.226-232), *Vingança* (p.233-239), *Víboras* (p.240-246), *Velório* (p.247-253), *Vulcão* (p.254-261), *Valhala* (p.262-267).

2- SUJEITO, PODER E VIOLÊNCIA

Em *O Sujeito e o Poder* (1995), Foucault descreve a trajetória e os objetivos de suas pesquisas. Segundo o autor, o objetivo central de seus trabalhos “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995, p.231). Em sua síntese, ele afirma ter examinado a objetivação do sujeito em três diferentes domínios: o do saber, o das práticas divisoras e o da subjetivação.

No lugar de uma discussão estritamente teórica ou metodológica, Foucault propõe uma discussão analítica acerca das relações de poder e das formas de sujeição, partindo da recusa dos modelos legais e institucionais como instrumentos de análise. Para tanto, o autor defende como “necessidades conceituais” que, por um lado, tenhamos consciência das condições históricas que permitem nossa conceituação e, por outro, verifiquemos “o tipo de realidade com a qual estamos lidando” (Foucault, 1995, p.232). Nesse texto, Foucault afirma ter se surpreendido com um escritor que se perguntava o motivo das pessoas estarem interessadas em discutir sobre as relações de poder:

“A surpresa deste escritor me surpreende. Não acredito que esta questão tenha sido levantada pela primeira vez no século XX. De qualquer maneira, não se trata, para nós, apenas de uma questão teórica, mas de uma parte de nossa experiência. Gostaria de mencionar duas ‘formas patológicas’ – aquelas das ‘doenças do poder’ – o fascismo e o estalinismo. Uma das numerosas razões pelas quais elas são, para nós, tão perturbadoras é que, apesar de sua singularidade histórica, elas não são originais. Elas utilizam e expandem mecanismos já presentes na maioria das sociedades. Mais do que isto: apesar de sua própria loucura interna, utilizaram amplamente as idéias e os artifícios de nossa racionalidade política (Foucault, 1995, p.232).

A sugestão de análise proposta por Foucault envolve o exame das relações de poder a partir, por um lado, das formas de resistência que emergem contra as formas de sujeição estabelecidas como norma e, por outro, pela descrição de como o poder é exercido nas relações entre os indivíduos: “para compreender o que são as relações e poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (Foucault, 1995, p.234). Nesse texto, Foucault, em um momento, denomina estas formas de resistência como lutas anárquicas (Foucault, 1995, p.234) e, em outro, as descreve como lutas transversais e que não se limitam a um único país, opondo-se ao exercício de poder em suas instâncias locais sem esperar uma solução utópica e teleológica para os seus problemas. Essas lutas questionam o estatuto dos indivíduos, enfatizando, por um lado, a diferença que os torna individuais e, por outro, se opondo as formas coercitivas que os sujeitam a uma identidade e os separam da vida

coletiva. Nesse sentido, tratam de de um embate contra a individualização, atacando, por um lado, os privilégios atrelados a um regime de saber e, por outro, “às representações mistificadoras impostas às pessoas” (Foucault, 1995, p.235). Assim, opondo-se ao exercício do poder em uma forma historicamente estabelecida, elas recusam as delimitações de uma nova norma de sujeição. Em síntese, a forma de poder combatida nestas lutas:

“aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995, p.235).

A discussão feita por Foucault acerca da noção de poder parte de sua condição pragmática. Ao se interrogar sobre os efeitos do poder, o que interessa ao autor é encontrar o modo como ele é exercido (Foucault, 1995, p.240). Nesse texto, ele se empenha em sintetizar uma descrição da noção de poder que havia sido mobilizada ao longo de toda a sua obra, caracterizando-a, por um lado, como uma forma de ação de uns sobre os outros e, por outro, como algo que “só existe em ato” (Foucault, 1995, p.242). Assim, o exercício das relações de poder corresponde a:

“um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis a agir. Uma ação sobre ações” (Foucault, 1995, p.243).

Sob esta chave analítica, o funcionamento das relações de poder se aplica sobre indivíduos livres e não pode ser examinado “fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação” (Foucault, 1995, p.236). Neste sentido, a liberdade e a submissão se inscrevem em um campo de batalha, onde as possibilidades e as restrições das ações dos indivíduos estão sujeitas a circunstâncias historicamente estabelecidas. Se as relações de poder dispõem possibilidades de ações aos indivíduos que lhe estão sujeitos, as relações de violência, por sua vez, restringem e destroem aqueles que lhe foram submetidos:

“Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra

uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (Foucault, 1995, p.243).

Como vimos em *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*, Foucault, durante a *Aula de 7 de janeiro de 1976*, compilada no livro denominado *Em Defesa da Sociedade*³⁰, elaborou a hipótese de que a política é “a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 1999, p.22). Em *O que é poder?* (2019), Han descreve a analítica do poder pensada por Foucault como um modelo de luta que, por um lado, parte de uma recusa em se aceitar o exercício do poder somente como uma forma de opressão e, por outro, como uma relação de sujeição estabelecida pelo poder e pela dominação. Han afirma que a opressão, pelo contrário, é “uma forma determinada de poder, a saber, uma [forma] *pobre de mediação* ou mesmo uma [forma] *sem mediação*” (Han, 2019, p.63); e que a dominação, por sua vez, é o produto da estabilidade social das relações de poder (Han, 2019, p.183).

As análises de Foucault sobre as relações de poder constituem, segundo Han, em *Topologia da Violência* (2017), a seguinte tese: no final do século XVII o poder deixa de se manifestar como poder soberano, passando a se exercer como um poder que disciplina e regula a vida. Ao poder soberano faltavam “aquelas investidas finas do poder disciplinar que penetram até as últimas fimbrias do corpo e da alma” (Han, 2017, p.172). No lugar do sangue e da morte, o poder passa a produzir normas e costumes, subordinando os corpos dos indivíduos à sociedade por meio de qualificações, medições, exames e classificações. A partir do século XVIII, as tecnologias disciplinares possibilitaram que a população fosse tomada como objeto dos controles reguladores e medidas operacionais por meio do biopoder. Foucault, ao examinar as práticas sociais posteriores ao Antigo Regime, “não descreve qualquer nova *forma de poder*, mas uma nova *forma de sociedade*” (Han, 2017, p.174).

3.1- O MUNDO DO QUADRINHO DE V DE VINGANÇA

A história do mundo de *V de Vingança* é relatada por Evey Hammond em *A Europa Depois do Reino*. Após um conflito nuclear que destruiu uma parte significativa da Europa, erradicou o continente africano e produziu um caos climático no planeta, uma coalizão entre

³⁰ Foucault, 1999, p.3-26.

corporações e grupos fascistas aplicou um golpe de Estado na Inglaterra. Ao assumir o governo, a Nórdica Chama, partido político que governa a sociedade inglesa em *V de Vingança*, estabeleceu um corte entre quem deveria viver e quem deveria morrer³¹: em um primeiro momento este corte foi definido por critérios raciais e, posteriormente, por sexualidade e posicionamento político.

3.2- A NÓRDICA CHAMA

Em *V de Vingança*, a Nórdica Chama governa a Inglaterra a partir das diretrizes de sete dispositivos de manutenção da ordem social ligados ao partido: seis instituições nomeadas de forma análoga a partes do corpo humano e um computador, Destino, que calcula e traça os planos de ordenamento social do regime totalitário. Entre estas instituições, nos são apresentados, durante a narrativa quatro tipos especializados de policiamento: o Dedo, polícia comum; o Nariz, polícia investigativa; o Ouvido, polícia encarregada pelas escutas telefônicas; o Olho, polícia encarregada pelo videomonitoramento e arquivamento de informações da população. A Cabeça é a posição de liderança do governo, lugar institucional ocupado por Adam Susam até a sua morte no sétimo capítulo d'*A Terra do Faça-o-que-quiser*. A Boca corresponde ao conjunto de instituições públicas e privadas dos setores de comunicação.

Em *Vertigem* (Moore; Lloyd, 2012, p.282-286), um interlúdio publicado pela revista *Warrior* e retirado das publicações feitas pela *DC Comics*, um agente do Dedo afirma que o Estado policial é o que caracteriza a forma de governo da sociedade de *V de Vingança* (Moore; Lloyd, 2012, p.282). Do primeiro ao terceiro tomo de *V de Vingança*, o Dedo passa por modificações em sua direção e em sua organização. Durante *A Europa Depois do Reino*, o Dedo é dirigido por Derek Almond até a sua morte em *Veneno*, passando a ser dirigido por Peter Creedy durante *Este Vil Cabaré* e *A Terra do Faça-o-que-quiser*. No terceiro tomo, após baixas ocasionadas pelas insurreições da população, o Dedo, por meio de Peter Creedy, traça uma aliança com membros do crime organizado. A aliança, em um primeiro momento, é formada no segundo capítulo d'*A Terra do Faça-o-que-quiser* entre Creedy e Ally (Moore; Lloyd, 2012, p.200) e, posteriormente, rompida quando Creedy é assassinado por Ally em *Víboras* (Moore; Lloyd, 2012, p.245).

³¹ Vide o tópico *Racismo de Estado: deixar morrer* do capítulo: *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*.

O Nariz é dirigido por Eric Finch, investigador encarregado, pela Cabeça, dea descobrir o paradeiro do terrorista, durante os três tomos da narrativa. O *Ouvidos* envolve um papel mais relevante durante o capítulo oito d' *Europa Depois do Reino*. Em nenhum dos três tomos se fala sobre quem ocupa a posição de diretor desta instituição. O Olho é dirigido pelo mesmo personagem, Conrad Heyer, durante os três tomos da narrativa.

A Boca é administrada por Roger Dascombe até o quarto episódio, *Vertente Vocional*, d' *Este Vil Cabaré*. Em *V de Vingança* são apresentados dois programas produzidos pela Boca: *A Voz do Destino* e *Storm Saxon*. Em *A Voz*, a Boca é responsável por falsear o atentado que resultou na destruição das casas do parlamento no primeiro capítulo do quadrinho. Com uma estratégia traçada por *Destino*, Roger Dascombe informa a Derek Almond, diretor do *Dedo*, que o atentado será noticiado como uma demolição. Nesse capítulo, também é mostrada a farsa por trás do programa *A Voz do Destino*, apresentado à população como um programa de rádio no qual o *Destino* fala as pessoas sobre os objetivos traçados para a nação. O computador é representado no programa de rádio por Lewis Prothero, ex-militar responsável pelo campo de concentração de Larkhill, até este ser sequestrado por V e, posteriormente, levado a loucura em *Vaudeville*. Segundo o Líder, no terceiro capítulo, ao ser questionado pelo Sr. Finch sobre a possibilidade de se arranjar um substituto para Lewis Prothero: “A crença dos ingleses na integridade de Destino é a pedra angular da nova ordem. A menor alteração na voz e nada mais será o mesmo” (Moore; Lloyd, 2012, p.32). Tanto a moralidade religiosa quanto a crença no progresso técnico estão misturadas na organização política da Nórdica Chama.

Storm Saxon aparece em *O Véu e Vídeo*, capítulos dois e três d' *Este Vil Cabaré*. Trata-se de uma distopia³² situada na Inglaterra no ano de 2501, nela, seu protagonista, *Storm Saxon*,

³² Segundo Manuel da Costa Pinto, em seu *Prefácio* escrito para *Fahrenheit 451* (2012), escreveu acerca das utopias e das distopias: “As utopias surgiram como uma imagem invertida do real, como uma espécie de contrapartida positiva da razão crítica: se uma das atitudes filosóficas mais persistentes ao longo do tempo é o antidogmatismo e a denúncia de uma sociedade construída sobre um sistema de mistificações (o mito, a religião, a ideologia), a utopia seria o mundo possível a partir do momento em que todas essas crenças tivessem sido superadas” (Pinto, 2012, p.13). No parágrafo seguinte: “Ressalta daí uma das características das utopias: elas parecem irreais porque são racionais em excesso, porque contrastam com a irracionalidade reinante nas relações sociais. A cidade do sol de Campanella, o Eldorado de Thomas More (autor de *Utopia ou sobre o ótimo estado da república e sobre a nova Ilha Utopia*) e o ‘falanstério’ de Fourier criam em termos meramente hipotéticos uma idade de ouro do racionalismo. As utopias são constituídas por nações idílicas, em que homens solidários e justos mantêm relações de cordialidade em meio a uma natureza dadivosa e domesticada, que serve de celeiro e jardim da humanidade. As utopias são, por assim dizer, o sonho da razão, além de uma vulgarização do humanismo – por isso as grandes utopias ocidentais estão compreendidas entre o renascimento e o fim do século XIX (Pinto, 2012, p.13). Por fim: “Num século anti-humanista como o que acabamos de atravessar, porém, a razão deixou de ser o antípoda da desrazão, da mitologia e da religião, para se tornar, ela mesma, um desdobramento dessa fúria dominadora. ‘O esclarecimento, ou seja, a razão instrumental é a radicalização da angústia mítica’, escreveram Adorno e Horkheimer – e a imaginação literária do século XX foi pródiga em criar sociedades fictícias em que a racionalidade se transforma num fim em si mesma: abstrata, mecanicista, reduzindo o existente a um utensílio, alienando a consciência na linha de montagem e produzindo massacres com planejamento industrial. No século

luta pela liberdade dos brancos num mundo dominado por negros. O discurso da série tem um argumento similar ao de *O Nascimento de Uma Nação*, filme dirigido por David Llewelyn Wark Griffith e lançado em 1915, no qual, após a Guerra da Secessão (1861-1865), o sul dos EUA havia sido dominado por negros que oprimiam os brancos³³. Na narrativa dirigida por Griffith, a Ku Klux Klan ocupa o papel fundamental para a salvação dos brancos “oprimidos”. Em ambos os casos, trata-se de ficções políticas que, por um lado, normatizam os negros como inimigos sociais e, por outro, se empenham em ratificar a falácia da supremacia racial caucasiana. No mundo de *V de Vingança* os negros foram massacrados pela Nórdica Chama – o mesmo ocorreu com outras minorias sociais e políticas durante a ascensão do regime totalitário que governa a Inglaterra no quadrinho. Moore, como veremos em *Sobre V de Vingança*, critica as narrativas de super-heróis, vinculando-as em *Watchmen* (2011), a Ku Klux Klan e, posteriormente, no documentário *A Cabeça de Alan Moore*, a “sonhos supremacistas sobre uma raça superior” (2020).

3.3- O COTIDIANO

A vida da população em *V de Vingança* é vigiada dia e noite. Câmeras de videomonitoramento, escutas telefônicas e policiais autorizados a usar força letal contra as transgressões da moral vigente. O regime da Nórdica Chama conduz a Inglaterra como uma sociedade de segurança. Em *O Vilão*, primeiro capítulo de *V de Vingança*, Evey Hammond, uma adolescente órfã que trabalha numa fábrica de fósforos, sai para se prostituir após o toque de recolher e é condenada à morte pelos Homens-Dedo. A prostituição, afirmam os policiais do Dedo, é categorizada “como crime classe-H” (Moore; Lloyd, 2012, p.13), o que lhes concede totais prerrogativas de punição. A personagem é salva por um terrorista trajado de Guy Fawkes que a levará para assistir a explosão das casas do parlamento. Nos dois quadros abaixo a segurança, “para sua proteção” (Moore; Lloyd, 2012, p.11), e a moralidade religiosa, “força através da pureza” e “pureza através da fé” (Moore; Lloyd, 2012, p.13), são enunciadas como ferramentas de controle social.

XX, como a famosa gravura de Goya, o sonho da razão produz monstros. Ou, em outras palavras, distopias” (Pinto, 2012, p.13-14).

³³ Segundo Moço, em *O discurso histórico na análise de Robert Rosenstone: o exemplo do filme O Nascimento de Uma Nação*: “Durante o filme, o argumento de que os negros abusaram do poder atribuído a eles e se tomaram pessoas arrogantes e ambiciosas é construído continuamente. Como consequência desses abusos, Ben Cameron cria a organização terrorista inspirada nos (pseudo)conceitos da supremacia branca (e no caso dos Estados Unidos, protestante)” (Moço, 2009, p.316).



Nos dois quadros abaixo, Moore e Lloyd rememoram a Conspiração da Pólvora, onde o fanático católico Guy Fawkes foi preso em 5 de novembro de 1605 e sentenciado ao suplício no ano seguinte (2012, p.16). Em *V de Vingança*, devido a um *insight* de Lloyd, a tentativa fracassada de atentado feita por Fawkes, um fanático religioso, é convertida em sucessivos atentados bem-sucedidos de V, um anarquista em guerra contra um regime totalitário.



A seletividade das infrações e dos infratores é um aspecto cotidiano do espaço ficcional de *V de Vingança*, aplicando-se de forma condicionada à posição e ao *status* que os personagens ocupam na narrativa. Em *A Visão*, o bispo Lilliman profere um sermão que, por um lado,

vincula o discurso religioso ao “racismo de Estado”³⁴ exercido pela Nórdica Chama e, por outro, alerta sobre os perigos de um inimigo que ameaça o regime instaurado. Após o sermão dirigido a alta hierarquia do partido, o bispo recebe de seu assistente a notícia de que a agência de prostituição enviou uma garota mais velha que o de costume: “Ela tem quinze anos, sua graça. Uma jovem muito bem recomendada, se me permite dizer...” (Moore; Lloyd, 2012, p.49). A abadia de *Westminster* é protegida por soldados e policiais do Ouvido, os quais veem a “hora das crianças” (Moore; Lloyd, 2012, p.57) como entretenimento das noites de domingo.

No mundo de *V de Vingança* diferentes formas de arte, tomadas pela Nórdica Chama como uma ameaça a sua moralidade nacionalista e religiosa, foram categorizadas como infrações. Em *A Voz*, Evey se surpreende com a quantidade de material subversivo que V tem na “Galeria das Sombras”:

“Evey: É inacreditável! Todos estes quadros, os livros... eu nem imaginava que existissem coisas assim.

V: Não me surpreendo... eles erradicaram a cultura... jogaram fora como um ramo de rosas mortas... todos os livros... os filmes... e a música...” (Moore; Lloyd, 2012, p.20).

Ainda neste capítulo, Prothero se vangloria para seus seguranças de sua coleção de bonecas. A proibição de obras de arte não impediu que estas fossem, por um lado, traficadas e, por outro, possuídas por membros do partido. Em *Visitas*, sétimo capítulo d’*Este Vil Cabaré*, Gordon, homem de meia idade com que Evey se relaciona após deixar a “Galeria das Sombras”, é assassinado por Ally em uma disputa envolvendo tráfico de literatura e bebida.

A seletividade dos infratores também se estende entre as transgressões dos membros do partido e do corpo civil. Em *Variedade*, sexto capítulo d’*Este Vil Cabaré*, Evey e Gordon vão ao *Kitty-Kat-Keller*, bar onde se reúnem tanto as polícias da Nórdica Chama quanto os criminosos de Londres. Peter Creedy discute com Robert, um *gangster* decadente próximo a Gordon, sobre a perda de seus privilégios. Segundo o novo chefe do Dedo, o acordo que Robert havia feito com Derek Almond havia acabado. Sob o regime da Nórdica Chama, os indivíduos improdutivos – como no caso da mãe idosa de Robert – seriam executados:

“Robert: Sr. Creedy, por favor, eu e o Sr. Almond tínhamos um acordo sobre minha mãe! Ela era isenta...”

Creedy: O Sr. Almond está morto, Robert! As coisas são diferentes agora. Você não tem mais *status* especial, e sua mãe deveria ter sido enviada pra um asilo faz tempo.

³⁴ Vide o tópico *Racismo de Estado: deixar morrer* do capítulo: *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*.

Robert: ‘Asilo’? Mas são câmaras de gás!

Creedy: Gás, nada! Se quer mesmo saber, são apenas três caras bombadões com barras de ferro” (Moore;Lloyd, 2012, p.129).

N’A *Terra do Faça-o-que-quiser*, após a série de atentados de V e de seus assassinatos a membros da Nórdica Chama, o cotidiano da sociedade totalitária de *V de Vingança* desmorona. Do primeiro ao terceiro tomo do quadrinho, V destrói as Casas do Parlamento e o *Old Bailey*, invade os estúdios televisivos da Boca e convoca a população a uma revolução, explode as sedes do Olho e do Ouvido e invade o computador Destino. Durante o caos gerado pelas insurreições, a Nórdica Chama inicia um processo de implosão com disputas internas por seu lugar de liderança, Adam Susam é assassinado por Rosemary Almond e o regime totalitário de *V de Vingança* é destruído pela população.

3.4- VALERIE

No mundo de *V de Vingança*, Valerie foi uma atriz homossexual aprisionada no campo de concentração de Larkhill. Sua autobiografia foi encontrada por V quando este passou a ocupar a cela antes por ela ocupada e, posteriormente, entregue a Evey durante os capítulos em que é torturada pelo personagem em sua encenação das prisões do Dedo – *Vermes, Valerie e Verdicto*. O relato escrito por Valerie em papel higiênico descreve sua vida antes e depois da ascensão da Nórdica Chama, apontando, por um lado, características reacionárias da sociedade pré-totalitária e, por outro, o extermínio de minorias durante a consolidação do regime totalitário. O discurso da personagem acerca da integridade³⁵ é tomado por V e Evey como princípio valorativo de sua luta contra a Nórdica Chama.

3.5- ROSEMARY, HELEN E ALLY

Três personagens foram excluídas da adaptação cinematográfica de *V de Vingança*: Rosemary Almond, Helen Heyer e Alistair “Ally” Harper. As duas primeiras, introduzidas no quadrinho em *A Visão*, o sexto capítulo d’A *Europa Depois do Reino*, tem suas narrativas subordinadas ao domínio estabelecido pelos homens na sociedade governada pela Nórdica

³⁵ Autobiografia de Valerie no Anexo 1.

Chama. Rosemary, por um lado, é apresentada como a esposa submissa de Derek Almond e, Helen, como a esposa dominante por trás do sucesso do marido.

O arco narrativo de Rosemary se inicia com a relação abusiva que tem com Derek Almond. Durante o nono capítulo do primeiro tomo, *Violência*, ela é socada e ameaçada por seu marido com uma arma de fogo. Após o diretor do Dedo ser morto por V durante o décimo capítulo d'*A Europa Depois do Reino*, Rosemary tem sua pensão negada pelo governo, passando a depender de Roger Dascombe. Em *Vídeo*, o diretor da Boca também é assassinado por V e Rosemary, então, passa a trabalhar como dançarina no *Kitty-Kat-Keller – Vingança*, *Verwirrung* e *Vários Namorados* – e a se prostituir para sobreviver – *Vinhetas*. Meses após comprar uma arma com Ally, alegando que seria para sua segurança, Rosemary é presa e torturada em uma reunião dos membros Nórdica Chama pelo assassinato de Adam Susam.

O arco narrativo de Helen é desenvolvido em *A Terra do Faça-o-que-quiser*. Em *Vários Namorados*, Helen faz um acordo com Ally para garantir que Conrad Heyer, diretor do Olho e seu marido, seja o próximo na linha de sucessão do partido. Em *Vetores*, enquanto o sistema de videomonitoramento não está sob o controle da Nórdica Chama, Helen firma sua aliança com Ally por meio de relações sexuais. Sua estratégia consiste, por um lado, em conduzir Conrad quando este for líder do partido e, por outro, manter o controle social com a quadrilha de Ally ocupando o Dedo. Em *Vulcão*, décimo capítulo d'*A Terra do Faça-o-que-quiser*, Conrad assassina Ally após assistir uma gravação das relações sexuais entre este e Helen. Esfaqueado, Conrad é deixado para morrer por sua esposa enquanto assiste sua própria morte. O arco narrativo de Helen se encerra no capítulo seguinte, quando é encontrada por Eric Finch sob o domínio de um grupo de mendigos. Ao reconhecer o diretor do Nariz, a personagem afirma que juntos podem reconstruir a Nórdica Chama e é abandonada por ele.

4.1- O MONSTRO

Por mais que as teses de Foucault e Agamben sobre as políticas da sociedade posterior ao Antigo Regime sejam incompatíveis, ambos traçaram uma breve discussão acerca da monstruosidade que é pertinente a este tópico. Em *O Bando e o Lobo*³⁶, Agamben relaciona a vida nua a duas figuras advindas da antiguidade germânica para designar o bandido: *wargus*, o

³⁶ Agamben, 2002, p.111-117.

homem-lobo; e *friedlos*, o “sem paz”. Após breve explanação sobre a *friedlos*³⁷ seu exame concentra-se na alegoria do lobisomem, tomando-a como aquele que foi banido da comunidade por se tratar de “um híbrido monstro entre humano e ferino, dividido entre a selva e a cidade” (Agamben, 2002, p.112).

A vida do *wargus* é traçada no vínculo que o faz habitar sem pertencimento entre os mundos dos homens e das feras. O estado de natureza hobbesiano não é pensado por Agamben como uma condição indiferente ao direito social, mas como “a exceção e o limiar que o constitui e habita” (Agamben, 2002, p.112). O fundamento do poder soberano, segundo o filósofo, deveria ser buscado na conservação que o poder soberano faz de seu direito de agir sobre qualquer um da maneira que quiser:

“A violência soberana não é, na verdade, fundada sobre um pacto, mas sobre a inclusão exclusiva da vida nua no Estado. E, como o referente primeiro e imediato do soberano é, neste sentido, aquela vida matável e insuscetível que tem no *homo sacer* seu paradigma, assim também, na pessoa do soberano, o lobisomem, o homem lobo do homem, habita estavelmente na cidade” (Agamben, 2002, p.113).

Em sua análise, o bando é descrito como o vínculo entre a vida nua e o poder soberano: seu princípio de formação é o poder de matar a vida que não é subordinada a seu ordenamento. Concebendo-o desta maneira, Agamben defende que pensar a formação da sociedade em termos de contrato impossibilita a elaboração de uma política para além do Estado. Em sua análise, o bando, com o poder de submeter algo a si mesmo, constitui-se na forma de sociedade e sua configuração é o “*nómos* soberano que condiciona todas as outras normas, a espacialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização” (Agamben, 2002, p.113).

Agamben defende que hipótese elaborada por Foucault sobre as sociedades modernas, com a vida como centro de seus cálculos, só foi “possível porque a relação de *bando* constituía desde a origem a estrutura própria do poder soberano” (Agamben, 2002, p.117). Em sua leitura, o poder soberano é fundamentado na vida que o bando designa como vida matável;. O poder de exercício da violência era antes da modernidade o privilégio do soberano sobre seus súditos que, por sua vez, também o podiam exercer sobre aqueles que foram abandonados. A partir da modernidade, quando o bando desnuda a vida do soberano, o poder de exercício da violência

³⁷ “[...] o antigo direito germânico fundava-se sobre o conceito de paz (*Fried*) e sobre a correspondente exclusão da comunidade do malfeitor, que tornava-se *friedlos*, sem paz, e, como tal, podia ser morto por qualquer um sem que se cometesse homicídio. Até mesmo o *bando* medieval apresenta características análogas: o bandido podia ser morto” (Agamben, 2002, p.111).

se encontra no ordenamento tanatopolítico. Neste sentido, Agamben, ao contrário de Foucault, não difere poder de violência. Segundo Han:

“O poder sempre *se organiza* como articulação de poder. Ao contrário, a articulação de violência sempre é uma contradição. O que caracteriza o poder são as articulações e as disposições; ruptura e delito, ao contrário, definem a violência. Tanto o poder quanto a violência servem-se de uma técnica de subjugação, de ‘dobrar o outro’. O poder faz uso desse expediente até que o outro se submeta; a violência o faz de tal modo que o outro ‘quebra’ (Han, 2017, p.139).

As posições tomadas por Foucault e Agamben acerca das sociedades modernas se contradizem, no entanto, elas confluem em relação à descrição do poder soberano durante o Antigo Regime. O *wargus*, tomado por Agamben como uma figura correlata ao *homo sacer* na antiguidade germânica, é similar ao monstro descrito por Foucault em *Os Anormais*³⁸. Por não pertencer nem ao mundo dos homens e nem ao das feras, o monstro era uma subversão das leis do soberano. Paradoxalmente, uma “forma natural da contranatureza” (Foucault, 2001, p.70) cuja simples existência se inscrevia no ordenamento como “um pequeno fragmento de regicídio” (Foucault, 2001, p.102). O monstro, segundo Foucault, foi o princípio de inteligibilidade tomado para a concepção da noção de anormalidade. Seu domínio de aparecimento foi o jurídico-biológico e, como a mistura entre o impossível e o proibido, o monstro era o ponto extremo de infração das leis jurídicas e naturais: encontrar a “monstruosidade que existe por trás das pequenas anomalias, dos pequenos desvios, das pequenas irregularidades é o problema que vamos encontrar ao longo de todo o século XIX” (Foucault, 2001, p.70).

O monstro pensado por Foucault também é similar à extremidade simétrica do *homo sacer* vinculada ao soberano por Agamben. Foucault afirma que a existência do déspota, por um lado, estava vinculada ao crime e, por outro, a imposição de sua violência continua sobre a sociedade (Foucault, 2001, p.117). Em sua análise, com a decadência do Antigo Regime, o déspota foi o “primeiro monstro jurídico que vemos surgir, delinear-se no novo regime da economia do poder de punir” (Foucault, 2001, p.118). Para Foucault, o poder soberano foi exercido pela violência perpétua e despótica do rei durante o Antigo Regime. Neste sentido, o soberano foi o primeiro inimigo político da recém-nascida sociedade normativa (Foucault, 2001, p.118).

³⁸ Curso ministrado por Foucault no ano anterior ao lançamento de *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* e das aulas posteriormente publicadas sob o nome de *Em Defesa da Sociedade*: 1975.

Foucault defende que no desfecho do século XVIII surgiu um discurso caricatural sobre a monstruosidade do soberano que se perpetuou até o século XIX. Em leitura que Foucault faz de Lavesseur³⁹, os primeiros lobos da espécie humana foram caçadores que deveriam proteger os agricultores dos animais selvagens, com sua eficiência, as feras desapareceram e eles perderam sua utilidade: “preocupados com essa inutilidade que ia privá-los dos privilégios que exerciam como caçadores, eles próprios se transformaram em animais selvagens, voltando-se contra aqueles a quem protegiam” (Foucault, 2001, p.121). No mesmo período, o monstro é associado pelo discurso contrarrevolucionário à figura do povo. O revolucionário é tratado nesse discurso como uma figura inversa a do déspota e é produzida uma “literatura de terror” que o vincula ao “monstro que volta à natureza selvagem, o bandido” (Foucault, 2001, p.125).



Moore e Lloyd utilizam descrições de monstruosidade e anormalidade nas falas dos personagens de *V de Vingança*. Em *A Visão*, o bispo Lilliman alerta sobre os perigos de um “avatar de danação, que anseia macular a verdade com seu veneno de mentiras e sofisticções vazias” (Moore;Lloyd, 2012, p.47). O próprio V também assume esta posição, para Evey, de forma caricata e, para a Nórdica Chama, como uma figura de horror. No primeiro quadro V se apresenta a Evey como a personificação do medo, o “bicho-papão” (Moore; Lloyd, 2012, p.15). Ao final da narrativa ela irá descrever a vingança de V como um esquarteramento do regime

³⁹ Esta referência utilizada por Foucault está situada na 19ª nota da aula de 29 de janeiro de 1975 do curso *Os Anormais: Lavesseur, Les tigres couronnés ou Petiti abrégé des crimes de France*, Paris [s.d.: 4ª ed., 1794] (Foucault, 2001, p.133).

totalitário. Durante o assassinato do bispo Lilliman, usando uma máscara com chifres de demônio, segundo quadro (Moore; Lloyd, 2012, p.56), e o tormento do ex-comandante Prothero, terceiro quadro (Moore; Lloyd, 2012, p.36), V teatraliza e encena os acontecimentos como cenas de terror.

4.2- VINGANÇA

Após o atendado de V durante o primeiro capítulo d'A *Europa Depois do Reino, O Vilão*, Eric Finch foi incumbido por Adam Susam em descobrir o paradeiro do homem com a máscara de Guy Fawkes. Em sua investigação, o diretor do Nariz encontra evidencias que o levam a concluir que o terrorista é um ex-prisioneiro do campo de concentração de Larkhill. Sua hipótese é confirmada no décimo primeiro capítulo do primeiro tomo, *O Vértice*, após ter acesso ao diário de sua amante.

Délia Surridge, legista do Nariz, fez parte da equipe de funcionários do campo de concentração de Larkhill entre 1992 e 1993. Durante este período V e mais outros quarenta e sete prisioneiros foram utilizados como cobaias humanas em uma pesquisa hormonal. Segundo a personagem em seu diário, o paciente da cela cinco foi o único sobrevivente de uma série de procedimentos que afetaram sua condição psicológica: “São seus padrões de comportamento que me interessam. Eles se mostram irracionais, mas parecem obedecer a uma lógica tresloucada” (Moore;Lloyd, 2012, p.83). Após ter acesso a um conjunto de produtos químicos, o prisioneiro da cela cinco explode parte do campo de concentração de Larkhill e consegue escapar.

Segundo Finch⁴⁰, V, entre o período em que escapou e fez o seu primeiro ato terrorista, eliminou quase todos os funcionários do campo de concentração. Parte da narrativa do primeiro tomo, inclusive, gira em torno de sua vingança contra os três últimos sobreviventes da instituição: Lewis Prothero, enlouquecido em *Vaudeville*; Anthony Lilliman, assassinado em *O Vale*; e Délia Surridge, também assassinada em *veneno*.

Em *Vaudeville*, V faz uma encenação no campo de concentração de Larkhill, utilizando a coleção ilegal de bonecas de Prothero como suas prisioneiras. O ex-comandante do campo de concentração⁴¹ acorda com as roupas do tempo em que dirigia a instituição e, ao ver seu captor

⁴⁰ Capítulo dez d'A *Europa Depois do Reino, Veneno*: vide nota 3

⁴¹ Vide os tópicos *As Origens do Totalitarismo*, do capítulo *Totalitarismo*, e *A exceção e a regra*, do capítulo *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*.

um breve diálogo com seu assassino, a personagem tenta explicar o que a levou a exercer os procedimentos de sua pesquisa com cobaias humanas citando o experimento de Milgran⁴²:

“O que... o que eu fiz em Larkhill... A terrível verdade está sempre comigo, há tanto tempo. Eu... aquelas atrocidades... ouvi falar de um experimento dos americanos... de voluntários trabalhando num gerador de choque que pensavam estar conectado a um paciente na sala ao lado. Era mentira. Havia apenas um ator cuja voz podia ser ouvida num alto-falante. Os voluntários foram instruídos por um médico a administrar choques elétricos. Deviam gradualmente aumentar a voltagem. A ‘vítima’ começava a implorar que parassem. Eles recebiam ordens pra continuar. Aí, a ‘vítima’ começava a gritar. Depois de um tempo, os gritos cessavam. Os voluntários eram ordenados a aumentar a tensão ainda mais... Quase 80% dos testados continuaram a administrar choques depois da ‘vítima’ implorar que parassem. Cerca de 60% prosseguiram mesmo depois de pensar que ela tinha sido morta. Todas eram pessoas comuns, mas estavam prontos para torturar um estranho até a morte, bastando apenas que uma autoridade ordenasse. Alguns até disseram que gostaram. Acho que eu também gostei do que fiz naquela época” (Moore;Lloyd, 2012, p.75)

No quinto tópico de *Homo sacer* (2002), VP (p.161-166), Agamben examina a noção de *Versuchpersonen* – cobaias humanas. Dentre os experimentos feitos com seres humanos durante o regime nazista, Agamben descreve:

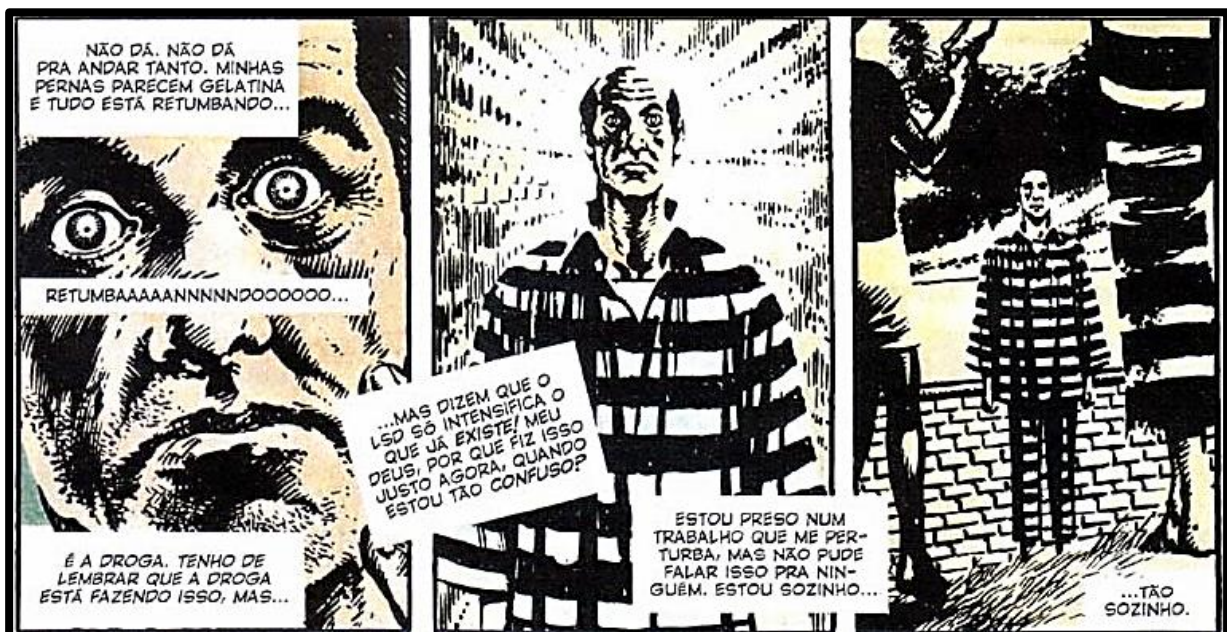
“as VP foram mantidas imersas em banheiras de água fria até a perda da consciência, enquanto os pesquisadores analisavam com atenção as variações da temperatura corpórea e as possibilidades de reanimação (particular grotesco, entre outras foi experimentada até mesmo a reanimação dita ‘a calor animal’, na qual as VP foram colocadas em um catre entre duas mulheres nuas, também estas detentas hebreias provenientes dos campos; atestou-se que, em um dos casos, a VP conseguiu ter uma relação sexual, o que facilitou o processo de recuperação). Os experimentos sobre a potabilidade da água marinha foram em vez disso conduzidos em VP escolhidas entre os detentos com triângulo preto (ou sejam ciganos; é justo recordar, ao lado da estrela amarela, também este símbolo do genocídio de um povo inerme). Estes foram divididos em três grupos: um que simplesmente devia abster-se de beber, um outro que bebia somente água do mar e um terceiro que bebia água marinha adicionada de *Berkazustz*, uma substância química que deveria, segundo os pesquisadores, diminuir os danos da água do mar” (Agamben, 2002, p.161).

Como vimos no tópico *Totalitarismo*, Arendt afirmou que os indivíduos comuns são capazes das aceitar as ações mais violentas, desde que elas sejam bem organizadas e assumam “a aparência de tarefas rotineiras” (Arendt, 1989, p.387). A investigação de Finch faz com que ele chegue a esta conclusão e, em *Vestígios*, o personagem viaja até Larkhill para continuá-las.

⁴²Nota da edição de *V de Vingança* que utilizamos como parte da bibliografia deste texto, *Panini Books*: “Diferentemente do que Moore descreve, os voluntários não chegaram a acreditar que estavam matando as ‘vítimas’, mas 65% deles (26 de 40) continuaram a administrar o que julgavam ser choques perigosos” (2012, p.303).

Como os prisioneiros da instituição eram constantemente drogados, Finch ingere LSD com o objetivo de, por um lado, colocar-se no lugar de V e, por outro, visualizar por meio de sua *trip* o cotidiano do lugar.

Após observar os fornos onde os prisioneiros eram incinerados, o personagem questiona se teria se filiado ao partido caso soubesse que isso aconteceria. Antes de sua *trip* iniciar conclui que: “Talvez. Não havia alternativa melhor” (Moore; Lloyd, 2012, p.213). Nos quadros abaixo (Moore; Lloyd, 2012, p.213-215), Finch entra em estado de onirismo e, por um lado, enxerga corpos mutilados e indivíduos que foram presos e, por outro, vivencia o que imagina ter sido o cotidiano da instituição.



Após superar sua *bad trip*, na qual é submetido a condição de prisioneiro do campo de concentração pelas ilusões de Délia, Lilliman e Prothero, Finch chega à conclusão de que ele próprio é o responsável pelo aprisionamento de sua vida. Depois de se libertar de Larkhill, o personagem encontra o esconderijo de V em *Vetores* e o mata em *Vingança*; em *Víboras* abandona o partido e, em *Valhalla*, faz o mesmo com Helen Heyer após ela lhe propor que juntos restituíssem a Nórdica Chama.

4.3- EVEY

Evey é a personagem com que narrativa de *V de Vingança* se inicia e termina. A narrativa de Evey acompanha as mudanças decisivas das narrativas que formam os três tomos do quadrinho. Durante o primeiro tomo ela é uma garota que foi salva por um terrorista e que se torna sua cúmplice em um assassinato. No segundo tomo, após ser abandonada por V e deixar a “Galeria das Sombras”, ela retorna ao cotidiano inglês governado pela Nórdica Chama, se envolve com um homem mais velho que é assassinado e, após uma tentativa fracassada de vingança, é presa numa encenação que V faz das prisões do Dedo.

No primeiro tomo, após sua cumplicidade no assassinato do bispo Lilliman, a personagem tem seu primeiro conflito com V: “Matar é errado. Não é?” (Moore; Lloyd, 2012, p.66). V responde: “Por que está perguntando? Quanto a seu envolvimento. Ainda me lembro de que estava muito ansiosa para fazer um *pacto*” (Moore; Lloyd, 2012, p.66). O segundo conflito entre os personagens ocorre no primeiro capítulo d’*Este Vil Cabaré*. Evey pergunta a V porque ele nunca teve interesse em transar com ela durante o tempo que estavam juntos na “Galeria das Sombras”. A personagem deduz que ele seja seu pai, o qual também havia sido preso e enviado a um campo de concentração, e afirma que tem de ajudar de alguma forma, afinal “esse é o *pacto*, não é?” (Moore; Lloyd, 2012, p.100). Ela obtém duas repostas de V: “Nada de pactos, Evey. A não ser que você queira” (Moore; Lloyd, 2012, p.100) e “Eu não sou seu pai, Evey” (Moore; Lloyd, 2012, p.101). Após ser deixada por V, ela vive na rua até ser encontrada por Gordon enquanto procurava comida no lixo. Vivem juntos por alguns meses e tornam-se amantes. Gordon é assassinado por Ally, Evey tenta se vingar e é presa.

Em *Vermes* e *Valérie*, capítulos dez e onze d’*Este Vil Cabaré*, Evey é torturada e acredita estar em uma prisão do Dedo, por um lado, pela tentativa de assassinato de Peter Creedy e, por outro, como cúmplice do terrorista V. Na instalação ela encontra a autobiografia

de Valérie, toma seu discurso acerca da integridade⁴³ como princípio valorativo de sua vida e, em *Verdicto*, se recusa a entregar V para o Dedo, aceita a própria morte e é solta. Em *Valores* Evey descobre que tudo não passava de uma encenação de V, arquitetada, segundo o personagem, com a finalidade de libertá-la da percepção de que o regime totalitário da Nórdica Chama era o único possível.

O argumento utilizado pelo personagem, por um lado, parte do princípio de que a sociedade em que vivem é correlata a uma prisão a que todos os indivíduos estão submetidos e, por outro, de que a liberdade só é possível mediante a resistência ao medo da morte. Pouco antes de morrer, V afirma que não haveria lugar para os “destruidores”⁴⁴ no mundo que seria construído após a queda da Nórdica Chama. Aos “criadores” caberia o papel de fazer dos destroços daquela sociedade uma nova. Durante o terceiro tomo, após a morte do personagem e a concretização de sua vingança, ela assume seu lugar como uma “criadora” e não como “destruidora”.

4.4- FASCISMO E ANARQUISMO EM V DE VINGANÇA

O quinto capítulo d’*A Europa Depois do Reino, Versões*, apresenta as perspectivas políticas de Adam Susam e V por meio de dois monólogos. O capítulo se inicia com uma reflexão de Susam acerca de sua posição política, de seu dever como líder da nação, de sua convicção em estar ordenando um mundo caótico e garantindo a sobrevivência e a vitória para “raça nórdica” (Moore;Lloyd, 2012, p.39). Segundo o personagem, o fascismo, posicionamento político com o qual se define, é uma invenção romana simbolizada por um feixe de gravetos: “Os romanos inventaram o fascismo. Um feixe de gravetos era seu símbolo. Um graveto sozinho podia ser partido. O feixe resistiria. Fascismo... força da união” (Moore; Lloyd, 2012, p.39).

Para o ex-chefe de polícia durante o período que antecedeu a guerra⁴⁵, a força e a união necessitam que os indivíduos estejam sujeitos a uniformidade de pensamento, de discurso e de ação⁴⁶. Neste sentido, a liberdade e os direitos civis são descritos pelo personagem, por um

⁴³ Vide tópico 3.4 e Anexo 1.

⁴⁴ *Véspera do Adeus*, capítulo cinco d’*A Terra do Faça-o-que-quiser*.

⁴⁵ A informação é apresentada no sexto capítulo d’*A Terra do Faça-o-que-quiser, Vetores* (vide nota 5), quando Helen Heyer planeja um golpe em que Conrad ocuparia a Cabeça (Moore;Lloyd, 2012, p.227).

⁴⁶ Sobre a instauração das relações de dominação, segundo Han em *O que é poder?* (2019): “A nacionalização de uma massa ou a formação de uma cultura nacional, que ocorrem por símbolos ou narrativas, produz uma

lado, como um luxo e, por outro, como um risco a vida da própria população. O líder da Nórdica Chama é categórico ao afirmar que a única liberdade que resta a população é a morte: “A única liberdade que resta ao povo é passar fome. A liberdade de morrer... de viver num mundo caótico. Devo conceder a eles tal liberdade? Claro que não” (Moore; Lloyd, 2012, p.40). O posicionamento do líder é restrito a seu *status*. Na reflexão feita pelo personagem, ele próprio é prisioneiro de seu dever, não tendo acesso à liberdade que o domínio da Nórdica Chama nega a população (Moore; Lloyd, 2012, p.40).

A conclusão do personagem relaciona aspectos da sua sexualidade ao valor de justiça. Susam, que afirma nunca ter sentido “a paz que reside por entre as coxas de uma mulher” (Moore; Lloyd, 2012, p.40), contenta-se com o temor que instaura por meio de seu governo. A justiça é descrita por ele como uma mulher que transcende a vida por meio de sua neutralidade e ausência de emoções. Para Susam, Destino é o meio que o permite alcançá-la:

“Ela não tem olhos para flertar ou prometer, mas a tudo enxerga. A tudo vê e compreende com divina sabedoria. Diante dos portais de seu intelecto, eu me deixo cegar pela luz interior. Quão ignóbil devo parecer a seus olhos, quão pueril e primitivo. Sua alma é limpa, imaculada pelas armadilhas da emoção. Ela não odeia, não anseia. Jamais foi tocada pela alegria ou tristeza. Eu a venero, mas não a mereço. Eu idolatro a pureza de seu desprezo. Ela não me respeita nem me teme. Ela não me ama. Quem não a conhece pensa que é dura e fria. Uma criatura sem vida e sem paixão. Eles não a conhecem, não receberam seu toque. Ela me toca e eu encontro com Deus, pelo destino. Sou tocado por toda a existência que flui através dela. Eu a idolatro. Sou seu escravo. Liberdade alguma jamais foi tão doce. Minha amada, deixe-me ficar ao seu lado para sempre. Passar minha vida em seu interior. Eu anseio por todos os seus desígnios sem jamais suplicar a menor centelha de afeição. Destino. Destino... eu te amo” (MOORE;LLOYD, 2012, p.40-41).

A relação entre a sexualidade de Susam e o fascismo⁴⁷ é abordada em *Verwirrung*, segundo capítulo d’*A Terra do Faça-o-que-quiser*. Moore e Lloyd figuram o líder da Nórdica

continuidade de sentido das quais o poder se utiliza. A fragmentação não é eficaz ao poder. O estabelecimento de uma estrutura nacional homogênea de sentido garante a lealdade da massa e, com isso, o domínio” (Han, 2019, p.85).

⁴⁷ A crítica de Moore e Lloyd a relação entre misticismo, sexualidade e fascismo parece estar de acordo com as análises feitas por Wilhelm Reich em *A Psicologia de Massas do Fascismo* (1988). A analítica de Reich tinha por objetivo “desmascarar a atitude religiosa como força anti-sexual e de canalizar em outras direções as forças que a alimentam. O homem cuja ideologia é exageradamente moralista, mas que é perverso, lascivo e neurótico na vida real, está livre dessa contradição. Mas, junto com o moralismo, ele também perde o caráter antissocial e a imoralidade da sua sexualidade, no sentido da economia sexual. A inibição moralista e religiosa inadequada é substituída pela regulação das necessidades sexuais, segundo o princípio da economia sexual” (Reich, 1988, p.149). No parágrafo seguinte, “Portanto, o misticismo tem razão, do seu ponto de vista, em combater tão violentamente a sexualidade, com o intuito de se preservar e de se reproduzir entre os homens. Mas engana-se num dos seus pressupostos e na sua principal justificação: é a sua ‘moralidade’ que cria aquele tipo de sensualidade cujo controle moral ele considera ser sua tarefa. A abolição dessa ‘moralidade’ é a condição prévia para a abolição da imoralidade que ele se esforça, em vão, por eliminar. É essa a tragédia fatal de toda a forma de moralidade e

Chama com um misto de comicidade e sadismo. Nos quadros abaixo (Moore;Lloyd, 2012, p.198), o personagem se masturba enquanto assiste – em Destino – imagens de acontecimentos similares ao holocausto nazista e aos linchamentos ocorridos nos EUA durante a primeira metade do século XX.



O monólogo de V em *Versões*, por sua vez, é uma dramatização que o personagem faz entre ele próprio e a estátua da justiça. Apresentando-se a “Madame Justiça” como um ex-admirador, V afirma que, por mais que a enxergasse como um ideal quando era criança, havia perdido sua admiração por ela quando descobriu que “flertava com homens de uniforme” (Moore; Lloyd, 2012, p.42). A noção de anarquia⁴⁸ é introduzida na narrativa durante este

misticismo. A revelação dos processos econômico-sexuais que alimentam o misticismo religioso leva, mais cedo ou mais tarde, ao seu fim, por mais que os místicos se esforcem para evitá-lo” (Reich, 1988, p.149).

⁴⁸ Eduardo Colombo, em *Anarquia e Anarquismo* (2004), examina as definições históricas das noções que nomeiam seu texto. Ambas as noções são heterogêneas, sendo atribuídas a elas, portanto, diferentes significados determinados pela sua localização e pela luta política dos indivíduos. A análise de Colombo, apegado à concepção anarcocomunista elaborada por Kropotkin, situa “anarquia” e “anarquismo” como dois elementos separados: a primeira como o objetivo de formação de uma sociedade onde a liberdade e a igualdade sejam estabelecidas; a segunda como o ato de revolta contra as instituições públicas e privadas de governo. Segundo ele, “O anarquismo, como teoria da sociedade e da revolução ou como método de ação, pertence à *épistémè* de sua época e depende do clima social onde ele se desenvolve. A anarquia, como valor, é mais ligada à negação do presente e à aspiração, que gostaríamos de acreditar universal, a um mundo de livres e iguais” (Colombo, 2005, p.198). Edson Passetti, em *Poder e anarquia: apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado* (2007), critica o aspecto positivista do pensamento de Kropotkin, afirmando que “se a vida libertária depender de uma organização geral, de uma revolução e de intelectuais iluminadores dos verdadeiros caminhos, ela se tornará uma tediosa espera embalada por uma utopia em grande parte devorada pelo socialismo autoritário do século 20, e até por certos liberais estadunidenses amantes do que chamaram, no pós 2º Guerra Mundial, de *anarcocapitalismo*” (Passetti, 2007, p.23). Neste sentido, não produzir formas de autogestão, esperando o momento de uma revolução social que instaure o comunismo como propõe Colombo ao seguir os passos de Kropotkin (2004, p.203, p.204, p.205), sujeita os indivíduos – anarquistas ou não – cada vez mais a uma sociedade penal e de controle: “Permanece o inacabado,

capítulo e desenvolvida no decorrer quadrinho: antes de explodir o *Old Bailey*, V diz a “Madame Justiça” ter aprendido com a “Anarquia” que “não há sentido na justiça sem liberdade” (Moore; Lloyd, 2012, p.43).

Em *Vertente Vocacional*, quarto capítulo d’*Este Vil Cabaré*, após invadir os estúdios de televisão da *Boca* e interromper a exibição de *Storm Saxon*, V transmite um vídeo em que critica, por um lado, a predisposição da população a sujeição e, por outro, a responsabilidade da mesma em construir uma sociedade totalitária. Em seu discurso, o personagem dramatiza a sociedade como o funcionário de uma corporação sendo julgado por sua conduta, utilizando-se de anacronismo humorístico, recursos audiovisuais e exemplos históricos para, por um lado, descrever a sociedade como um conjunto de relações historicamente estabelecidas entre os indivíduos e, por outro, incitar revolta da população contra o governo. Nos quadros abaixo (Moore;Lloyd, 2018, p.118-119), V aponta a relação de cumplicidade das massas com os movimentos fascistas e regimes totalitários.



Nove meses após o ataque a emissora de televisão da *Boca*, V, durante o *Prólogo* d’*A Terra do Faça-o-que-quiser*, explode as sedes do Olho e do Ouvido e sabota o sistema de comunicações da cidade de Londres, possibilitando que a população tenha três dias sem monitoramento. No primeiro capítulo do terceiro tomo, *Vox Populi*, a *Nórdica Chama* exige

como a anarquia e os anarquismos. Eles são fluxos de resistências na sociedade de controle. Mais do que isso, são linhas de fuga, máquinas de guerra que não podem temer que é preciso deixar esta sociedade morrer” (Passetti, 2007, p.40).

que a população fique em casa até reverterem a sabotagem. Um homem reclama do quanto paga pelos serviços de televisão e rádio até se dar conta de que não está sendo monitorado, um casal comenta já ter se acostumado ao “progresso” das monitorações, uma mulher lembra que fez sexo em espaço público e uma garota picha as ruas.

Após o Dedo matar uma mulher pelo roubo de uma lata de feijão a população inicia uma série de insurreições. Em *Verwirrung*, capítulo posterior, Evey questiona a V se a série de tumultos iniciadas após o seu atentado é a anarquia. O capítulo se desenvolve com uma teorização de V sobre anarquismo e sociedades autoritárias; Susan se masturbando com imagens da violência exercida pela Nórdica Chama; Ally, em um primeiro momento, vendendo a Rosemary a arma que ela utilizará para matar o Líder e, em um segundo, sendo convocado por Creedy para o Dedo; e delineando a relação abusiva entre Helen Heyer e Conrad Heyer. Segundo V, o caos instaurado não é anarquia, mas, pelo contrário, o desmoronamento inerente as sociedades autoritárias:

“Anarquia significa sem líderes, não sem ordem. Com anarquia, vem uma era de *ordnung*, de verdadeira ordem, ou seja, ordem voluntária. Esta era de *ordnung* terá início quando o insano ciclo de *verwirrung*, que estes boletins revelam, tiver se exaurido. Isto não é anarquia, Eve. Isto é caos. A ordem involuntária gera insatisfação, mãe da desordem, prima da guilhotina. Sociedades autoritárias são como a formação de crostas de gelo. Intrincadas, mecanicamente precisas e, acima de tudo, precárias. Sob a frágil superfície da civilidade, o caos se convulsiona... e há locais onde o gelo é traiçoeiramente fino. A autoridade admite dois papéis: o torturador e o torturado. Ela transforma as pessoas em manequins amorfos que temem e odeiam, enquanto a cultura mergulha no abismo. A autoridade deforma completamente a educação das crianças, tornando seu amor um arremedo... O colapso da autoridade permeia o leito, as diretorias, a igreja e a escola. Tudo é mal gerido. A igualdade e a liberdade não são luxos a serem levemente desprezados. Sem elas, a ordem não pode persistir antes de alcançar grandes profundezas” (Moore;Lloyd, 2012, p.197-201).

Em *Véspera do Adeus*, V se despede de Evey, deixando para ela a “Galeria das Sombras”. Durante a conversa, Evey deixa claro que não irá ajudá-lo em seus assassinatos e ele, por sua vez, afirma que a anarquia tem dois lados, um que corresponde a criação e outro a destruição: “Destruidores derrubam impérios, fazem telas com os destroços, onde os criadores erguem mundos melhores”⁴⁹ (Moore; Lloyd, 2012, p.224). Segundo o personagem, os destruidores não são necessários no mundo dos criadores.

⁴⁹ Este aspecto da prática política de V está de acordo com as reflexões de Mikhail Bakunin: “A vontade – ou a paixão – de destruir é ao mesmo tempo uma vontade criadora” (Bakunin *apud* Colombo, 2005, p.198). Acácio Augusto, em seu estudo *Revolta e antipolítica em Bakunin* (2014), afirma que: “Deslocada das disputas teóricas e colocada em termos de busca por hegemonia ideológica, destaca-se o primeiro traço de atitude que interessa em Bakunin: a revolta. Em seu escrito mais difundido, *Deus e o Estado*, situa o que nos constitui como humanos, ou,

V é morto por Eric Finch em *Vingança*, sétimo capítulo d'A *Terra do Faça-o-que-quiser*, e a notícia de sua morte é espalhada pela Nórdica Chama. Evey, em *Vulcão*, assume o lugar do personagem e incita a população contra o governo e, em *Valhalla*, realiza o funeral viking que ele a havia pedido antes de morrer. Durante o processo, ela reflete sobre suas ações e as de V⁵⁰. Segundo a personagem, a vendeta de V “esquartejou” a ideologia da Nórdica Chama e fez com que o regime totalitário fosse transformado em ruínas; a ela, por sua vez, estaria incumbido o papel de ajudar na criação de uma sociedade autogestionária caso este fosse o caminho que as pessoas escolhessem.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade descrita em *V de Vingança* estabelece um domínio total sobre a vida e as ações da população. Em um tipo de *panóptico* aprimorado com sistemas de monitoramento imagético e sonoro, os indivíduos são examinados onde quer que estejam. O argumento utilizado para justificar o estabelecimento de uma sociedade totalitária, no qual o fascismo seria instaurado na Inglaterra após um holocausto nuclear, é, como se sabe nos dias de hoje, impreciso – a adaptação cinematográfica, inclusive, o substitui por um atentado biológico

mais precisamente, o que nos distingue dos outros animais – afirmação contundente para a compreensão de sua concepção de ação e de política. Se é possível afirmar que, para um liberal, o uso da razão, seja em sua dimensão pública ou privada, diferencia o Homem dos outros animais; e que a revolta deve ser entendida como uma manifestação de irracionalidade ou expressão de contestação a quem exercita a soberania a ser equacionada por uma racionalidade política, também é verdade que, para um marxista, o Homem se diferencia de outros animais pela sua capacidade de transformação, pelo trabalho e pelos recursos dispostos na natureza; e que a continuidade da exploração dessa capacidade de produção humana engendra uma necessidade de revolta a ser elevada à uma consciência revolucionária organizada para uma transformação efetiva da sociedade. Entre ambos situa-se a reforma e a transformação do Estado. Para um anarquista, entretanto, a revolta é a forma primeira e última de afirmação da existência de cada um e condição de estar em liberdade. Há uma razão que não se governa pela política ou pelo efeito da exploração econômica, mas que se funda na liberdade, e na vida livre de hierarquias, comandos e explorações – inversamente a liberais e radicalizando marxistas” (Augusto, 2014, p.163). Ainda neste texto Augusto defende que: “Num campo estritamente histórico-político, é possível localizar as lutas colocadas e praticadas por Bakunin em meio ao que Michel Foucault chamou de um novo direito, que se constitui em detrimento do poder soberano para conquistar, em luta, a vida de cada um e dos grupos aos quais pertencem. Essa luta os coloca enquanto existência ativa e afirmativa em meio às forças no campo político e social. Como assinala o filósofo francês: ‘pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que essas últimas se formulem através de afirmações de direito. O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional de soberania’. Bakunin é, nessa chave de análise, um lutador ainda dos espaços de contraposicionamento, tendo a vida como objeto de luta e a luta como afirmação da existência” (Augusto, 2014, p.166).

⁵⁰ Reflexão de Evey em sua íntegra no anexo 3.

executado pela própria Nórdica Chama, culpabilizando terroristas com a finalidade de ascender ao governo inglês. No entanto, o argumento de que a posição da população seja favorável a possibilidade de instauração de políticas autoritárias é, como se vê nos dias atuais, um alerta bastante pertinente.

Em *Valores* e em *Vertente Vocacional*, V afirma que a sociedade onde vivem é correlata a uma prisão construída e administrada pelos próprios indivíduos que a produzem. Nesta prisão, instituída por suas próprias ações, os indivíduos são ao mesmo tempo detentos e carcereiros. As normas que estabelecem como procedimentos de sua própria gestão configuram-se, por um lado, como princípios valorativos utilizados para justificar a instauração de uma sociedade autoritária e, por outro, pela subordinação da população aos setores públicos e privados. Em troca da integridade de suas vidas os indivíduos resignam-se de bom grado a sujeição, desde que ela seja dotada de uma ordem superficial. Uma sociedade onde a gestão de suas vidas e a das gerações futuras são entregues a um líder, um povo e uma moral em nome da segurança individual. A instauração de uma sociedade em que qualquer desvio do contrato de normalidade precisa ser eliminado.

Como vimos em *Biopolítica e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*, Foucault defendeu que o nazismo e o stalinismo foram acontecimentos que evidenciaram os paroxismos da sociedade normativa. A sujeição dos indivíduos a administração minuciosa de seus corpos, poder disciplinar, e a regulação rigorosa de sua sanidade social, biopoder, entraram em colapso quando estes governos exerceram ao limite a normalização social. Nestas sociedades, o racismo de Estado era utilizado para justificar a asseguarção da normalidade por meio da eliminação dos indivíduos tomados como anomalias. A narrativa do quadrinho, enunciada a partir de uma posição anárquica, se inscreve na história de uma discursividade que propõe, por um lado, a ruptura dos modelos iluministas de sociedade e, por outro, a autogestão como tática de combate.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AUGUSTO, Acácio. *Revolta e antipolítica em Bakunin*. In: Verve, N°26, 2014, p.157-173.
- COLOMBO, Eduardo. *Anarquia e Anarquismo*. Tradução Martha Gambini. In: Verve, n°7, 2005, p.194-207.
- HAN, Byung-Chul. *O que é poder?*. Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Trad. Eduardo Brandão. 1° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MOORE, Alan. *A Cabeça de Alan Moore – Legendado (Português Brasileiro)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YJ3QWnWENNY>. Data de acesso: 16/09/2020.
- MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012.
- MOORE, Alan; GIBBONS, Dave. *Watchmen*. Trad. Jotapê Martins e Helcio de Carvalho. 2° Ed. São Paulo: Panini Books, 2011.
- MOÇO, Aline Campos Paiva. *O discurso histórico na análise de Robert Rosenstone: o exemplo do filme O Nascimento de Uma Nação*. Unicamp, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2009/MOCO,%20Aline%20Campos%20Paiva%20-%20VEHA.pdf>> Data de Acesso: 27/12/2020.
- PASSETTI, Edson. *Poder e anarquia: apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado*. In: Verve, n°12, 2007, p.11-43.
- PINTO, Manuel da Costa. *Prefácio*. In: *Fahrenheit 451*, Editora Globo, São Paulo, 2012, p.11-18.
- REICH, Wilhelm. *A Psicologia de Massas do Fascismo*. Trad. Maria da Graça M. Macedo. 2° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SOBRE V DE VINGANÇA

1 - INTRODUÇÃO

V de Vingança (2012b) é uma série de narrativas em quadrinhos roteirizada por Alan Moore e ilustrada por David Lloyd. Seus capítulos iniciais foram publicados em preto e branco pela revista *Warrior* entre 1982 e 1983. Em 1988, a narrativa de *V de Vingança* foi concluída por Moore e Lloyd, tendo sido publicada em cores pelo selo *Vertigo* da *DC Comics* nos EUA e *Titan Books* no Reino Unido. No Brasil, foi publicada pela *Editora Globo* (em 1989 com cinco volumes coloridos), pela *Via Lettera* (entre 1998 e 1999 em dois volumes em preto e branco) e pela *Panini Books* (em 2006 e 2012 em um único volume colorido).

A narrativa de *V de Vingança* é situada em um Reino Unido governado por um regime totalitário durante a década de 1990. No dia 5 de novembro de 1997, um anarquista, V, põe em prática um plano arquitetado com a finalidade de destruição do Estado. A data escolhida para dar início a seu ataque rememora a Conspiração da Pólvora, quando um grupo de terroristas fracassou em explodir o parlamento inglês em 1605. Após a destruição do *Old Bailey*, um dos tribunais onde funciona a Corte da Coroa da inglesa, V convida a população para uma revolução que será marcada pela destruição do parlamento no dia 5 de novembro do ano seguinte.

2 - POR TRÁS DO SORRISO PINTADO

No artigo *Por Trás do Sorriso Pintado* (2012a), originalmente publicado em 1983 pela revista *Warrior*, número 17, Moore descreve o processo de concepção e realização de *V de Vingança*. A narrativa do quadrinho, encomendada por Dez Skinn⁵¹, começou a ser elaborada em 1981, inspirada, por um lado, nas revistas *pulp* da década de 1930 e, por outro, num argumento de Moore que havia sido rejeitado pelo *Concurso de Roteiros da D.C Thomson*, na década de 1970.

Inicialmente, o trabalho de Moore e Lloyd havia sido concebido como uma narrativa de mistério, situada em uma ambientação similar a das *pulp fictions*. No entanto, o ilustrador, por

⁵¹ Então diretor do *Studio System* e da revista *Warrior*.

questões pessoais⁵², foi contra a ideia de uma ambientação que necessitasse de uma rigorosa pesquisa histórica. Eles optaram por transpor a atmosfera das revistas *pulp*, que descrevia o contraste entre a marginalidade e o elitismo social, para um futuro próximo, elaborado a partir de um pessimismo político partilhado: “o futuro nos parecia sombrio, desolador e solitário, o que nos garantia um conveniente antagonista político contra o qual nosso herói se bateria” (Moore, 2012a, p.272).

O argumento de Moore, inspirado em obras como *Fahrenheit 451* e *Blade Runner*, tinha como protagonista um terrorista, Boneco, que se opunha a um regime totalitário no final da década de 1980. Apesar de terem encontrado uma possível ambientação, Moore considerava que a ideia era genérica, o que, possivelmente, resultaria num quadrinho previsível (Moore, 2012a). Segundo o roteirista, a escolha de um futuro próximo foi utilizada a fim de produzir uma impressão de verossimilhança no espaço ficcional. Moore construiu um cenário em que o Partido Trabalhista vencias as eleições de 1983 e, após um golpe de Estado durante a década de 1990, a Grã-Bretanha passava a ser governada por um regime fascista:

“Partindo da suposição que os conservadores obviamente perderiam as eleições de 1983, comecei a elaborar um futuro em que o Partido Trabalhista houvesse chegado ao poder e removido todos os mísseis do solo britânico, impedindo, assim, que a Grã-Bretanha se tornasse um alvo importante no caso de uma guerra nuclear. Com perturbadora facilidade, bolei o curso dos acontecimentos a partir desse ponto até a tomada de poder por fascistas na Grã-Bretanha pós-holocausto dos anos 90” (Moore, 2012a, p.274)

Na linha de acontecimentos descritas por Moore, Dez Skinn e Graham Marsh⁵³ encontraram o nome da narrativa que estava sendo construída: *V for Vendetta*. O título da série foi utilizado por Moore e Lloyd para elaborar sua continuidade e, nela, o protagonista da narrativa, V, começou a ser trabalhado. Moore definiu que V seria um foragido de um dos campos de concentração⁵⁴ instaurados pelo regime totalitário. Uma das propostas descartadas, por se tratar de um clichê das narrativas de super-heróis, foi a de que o protagonista fosse um policial que tentasse subverter o sistema por dentro (Moore, 2012a). Segundo Moore, Lloyd propôs em uma carta que V rememorasse Guy Fawkes:

⁵² Segundo Moore: “Ele me respondeu que estava cheio de realizar pesquisas sólidas e de qualidade, e que, se tivesse de desenhar mais um Dusenberger modelo 28, arrancaria o próprio braço. Isso seria deveras problemático” (Moore, 2012a, p.272).

⁵³ Um dos donos do *Studio System*.

⁵⁴ Segundo Moore: “Por razões pessoais, decidi estabelecer o campo em Larkhill, na região de Wiltshire, área de um campo militar real e de um dos mais aterradores feriados que já tive na minha vida inteira” (Moore, 2012a, p.276).

“[...] por que não retratamos o cara como um Guy Fawkes ressuscitado, no qual não faltaria nada, desde aquelas máscaras de papel machê, capa e chapéu cônico? Ele pareceria muito bizarro e isso daria a Guy Fawkes a imagem que merece. Nós não deveríamos queimar o sujeito todo 5 de novembro, mas celebrar seu atentado ao parlamento” (Lloyd *apud* Moore, 2012a, p.276).

A carta de Lloyd também tratava de aspectos técnicos e estilísticos. Conjuntamente, eles decidiram que não usariam balões de pensamentos e efeitos sonoros, utilizando apenas imagens, diálogos e textos internos para a composição da narrativa. A elaboração imagética dos personagens foi feita a partir das descrições de Moore e de imagens de atores: “Sob muitos aspectos, foi como escolher o elenco de um filme” (Moore, 2012a, p.277). Segundo o roteirista, o momento mais importante do processo de elaboração de *V de Vingança* foi quando se afastaram da proposta inicial de um indivíduo contra o mundo. Por um lado, os personagens coadjuvantes passaram a ter linhas narrativas independentes que complementaram a trama central e, por outro, os antagonistas começaram a ter uma descrição mais elaborada e menos estereotipadas.

Na parte restante do texto, o roteirista descreve o processo de elaboração dos episódios do quadrinho. O planejamento inicial previa que a narrativa fosse contada em três partes. A primeira, *A Europa Depois do Reino*, foi pensada como introdução ao mundo fictício e as suas personagens. A segunda, *Este Vil Cabaré*, “aprofunda a abordagem dos coadjuvantes e gira em torno de Evey Hammond” (Moore, 2012a, p.279). A terceira, *A Terra do Faça-o-que-quiser*, conclui as linhas narrativas secundárias e a trama central. A partir desta estrutura, Moore e Lloyd definiam o que seria narrado em cada episódio, o conjunto de elementos a serem descritos e, após relacionarem o novo episódio com o anterior, elaboravam a coerência interna e a fluidez da narrativa.

3 - CRÍTICA À SOCIEDADE CAPITALISTA

Na *introdução* de 1988, escrita para a versão completa de *V de Vingança*, Moore afirma que tanto ele quanto Lloyd erraram em suas previsões políticas. Segundo ele, havia “uma dose de ingenuidade na nossa suposição de que seria necessário algo tão dramático quanto um conflito nuclear para lançar a Inglaterra no fascismo” (Moore, 2012, p.8). O argumento central da narrativa, um golpe de Estado executado pelos fascistas alguns anos depois da vitória do

Partido Trabalhista nas eleições gerais de 1983, caiu por terra quando Margaret Thatcher venceu o sufrágio:

“Estamos em 1988 agora. Margaret Thatcher está entrando em seu terceiro mandato e fala confiante de uma liderança ininterrupta dos Conservadores no próximo século. Minha filha caçula tem sete anos, e um jornal tablóide acalenta a idéia de campos de concentração para pessoas com AIDS. Os soldados da tropa de choque usam visores negros, bem como seus cavalos; e suas unidades móveis têm câmeras de vídeo rotativas instaladas no teto. O governo expressou o desejo de erradicar a homossexualidade até mesmo como conceito abstrato. Só posso especular sobre qual minoria será alvo dos próximos ataques” (Moore, 2012, p.8).

Nildo Viana, em *V de Vingança: Quadrinhos e Sociedade no Capitalismo Neoliberal* (2014), examina o contexto histórico em que *V de Vingança* foi produzido. Em sua análise, o regime neoliberal, como uma política que propunha a resolução da crise econômica que se iniciou durante a década de 1960, aumentou tanto a pobreza e o desemprego quanto a repressão: “O governo neoliberal inglês se caracterizou por seu forte caráter repressivo aos movimentos sociais” (Viana, 2014, p.28). Partindo da leitura que faz da obra de Loic Wacquant, Viana afirma que, por um lado, a diminuição das políticas sociais e, por outro, o fortalecimento das políticas de segurança configuram o Estado neoliberal como um “Estado penal”. Viana defende que a instauração das políticas neoliberais, iniciada na Inglaterra governada por Thatcher, era uma tendência da sociedade capitalista que se consolidou como norma das políticas econômicas e sociais (Viana, 2014).

Em sua análise, Viana afirma que o regime totalitário de *V de vingança* possui “diversas semelhanças com o capitalismo neoliberal inglês” (Viana, 2014, p.28). A *Nórdica Chama*, partido que governa a Inglaterra no espaço ficcional de *V de Vingança*, é uma aliança entre grupos fascistas e grandes corporações que chega ao domínio do Estado por meio do Partido Trabalhista. Em uma nota, Viana lembra que, por um lado, Thatcher era filiada ao Partido Conservador e, por outro, que Moore não acreditava que haveria mudanças emancipatórias mesmo que o Partido Trabalhista tivesse vencido a eleição (Viana, 2014). No espaço ficcional do quadrinho, a *Nórdica Chama*:

“[...] instaurou um regime ditatorial marcado pelo controle quase total da sociedade, através do controle dos meios oligopolistas de comunicação e vídeo vigilância (monitoramento por câmeras), criação de sistema repressivo, repressão aos movimentos sociais e diversos setores da sociedade” (Viana, 2014, p.29).

Para Viana, as semelhanças decisivas entre o espaço ficcional de *V de Vingança* e a Inglaterra da década de 1980 são: a repressão, o controle social e a intervenção do regime de governo nas relações de trabalho (Viana, 2014). A narrativa descreve estas características por meio de “*excesso ficcional quadrinístico*, que é o efeito da forma e do objetivo das histórias em quadrinhos que precisam exagerar para atrair os leitores” (Viana, 2014, p.30). Em entrevista ao *Omelete*, David Lloyd afirma que o mundo de *V de Vingança* relaciona elementos da Alemanha nazista e da política de Thatcher: “V foi baseado por nós na Alemanha nazista - ela foi o modelo para a história e jogamos ali a política ultraconservadora de Margareth Thatcher, que na época da criação da HQ era quase fascista em alguns pontos⁵⁵” (Lloyd, 2020). Neste sentido, *V de Vingança* é uma crítica tanto das políticas neoliberais, estabelecidas no Reino Unido a partir do governo Thatcher, quanto das tendências fascistas da sociedade capitalista:

“[...] V de Vingança assume um caráter crítico e manifesta valores autênticos e fragmentos de teoria. Valores como liberdade, igualdade, entre outros, estão manifestos na história, assim como o teorema do papel do Estado no sentido de ser uma instituição voltada para a reprodução do capitalismo, também está presente. O caráter crítico de V de Vingança lhe proporciona a manifestação de valores autênticos, por isso é uma obra axionômica e teorêmica. Sem dúvida, os valores e concepções dos criadores são fundamentais para assumir essa posição crítica e fazem parte de um todo, de um conjunto, que aponta para uma determinada perspectiva de classe, para a necessidade da transformação social, a emancipação humana” (Viana, 2014, p.31).

Em nota, Viana defende que, convencionalmente, as narrativas em quadrinhos apresentam excertos de ideologia. Segundo sua posição teórica, vinculada ao pensamento marxista, a ideologia “é um sistema de pensamento ilusório, ou seja, uma consciência falsa e sistemática, ao contrário das representações cotidianas ilusórias, que são falsas, mas não sistemáticas” (Viana, 2014, p.31). Para Viana, as narrativas em quadrinhos podem produzir tanto um discurso axiológico, “uma determinada configuração assumida pelos valores dominantes” (Viana, 2014, p.27), quanto um discurso axionômico, correspondente “aos interesses da emancipação humana” (Viana, 2014, p.27). Em sua análise, *V de Vingança* não reproduz um discurso convencional, encontrado em quadrinhos como *Capitão América* e *Super Homem*, propondo uma contraposição política ao modelo social vigente.

Viana critica tanto a ação individualista encontrada em *V de Vingança* quanto a eficiência dos métodos utilizados pelo protagonista: “A destruição do parlamento em nada mudaria a situação social” (Viana, 2014, p.32). Em sua análise, defende que a ação individual

⁵⁵ Disponível em: <https://www.omelete.com.br/v-de-vinganca/omelete-entrevista-david-lloyd-de-v-de-vinganca>. Data de acesso: 15/09/2020.

de V, por um lado, não possibilitaria uma revolução e, por outro, sua aposta em destruir instituições provavelmente produziria um “efeito contrário ao desejado” (Viana, 2014, p.32). Contudo, Viana afirma que a ação individual do protagonista é necessária no espaço ficcional de *V de Vingança*, argumentando que dificilmente o quadrinho atrairia público caso a narrativa mostrasse V escrevendo panfletos, organizando greves e se reunindo com outros revolucionários para debater propostas teóricas (Viana, 2014).

4 - FILME E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

Em 2005 *V de Vingança* foi adaptado para o cinema, sob a direção de James McTeigue e roteirizado pelos então irmãos Wachowskis⁵⁶. No elenco do filme constam entre os personagens centrais Hugo Weaving como V, Natalie Portman como *Evey Hammond*, Stephen Rea como *Finch*, Stephen Fry como *Gordon Deitrich* e John Hurt como o *Primeiro Ministro Adam Sutler*. Segundo consta no site sobre entretenimento *IMDB*, o orçamento do filme foi de 54 milhões de dólares e sua bilheteria atingiu 132,5 milhões⁵⁷. Ao contrário de Moore, como veremos no tópico seguinte, Lloyd considerou que a adaptação manteve “a filosofia e o espírito da obra” (Lloyd, 2014). Para Lloyd, a característica central da narrativa de *V de Vingança* é a luta contra o fascismo, contudo, o filme foi criticado por seu caráter liberal⁵⁸.

Em 17 de abril de 2006, houve um protesto organizado por anarquistas em frente ao *Time Warner Center*, sede da *DC Comics* em Nova York. Para os anarquistas do movimento *A for Anarchy*, o filme havia esvaziado *V de Vingança* de seu caráter subversivo, descartando seu conteúdo em favor da violência cinematográfica e dos efeitos especiais⁵⁹. De acordo com eles, o filme de *V de Vingança* não discutia uma revolução social, mas o restabelecimento da sociedade liberal. O posicionamento do movimento *A for Anarchy* não foi unânime entre os anarquistas. Segundo o antropólogo e anarquista David Graeber, apesar da deturpação *hollywoodiana* e de sua defesa dos valores liberais, o pensamento anarquista havia-se disseminado após o lançamento do filme. Contudo, a adaptação cinematográfica não abordava o aspecto decisivo da discussão: “Anarquia é sobre criar comunidades e tomar decisões

⁵⁶ Hoje irmãs Wachowskis após suas transições de gênero.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0434409/>. Data de acesso: 25/09/2020.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.omelete.com.br/v-de-vinganca/v-de-vinganca-anarquistas-protestam-contr-o-filme-nos-eua-hq-sai-hoje-nas-bancas-brasileiras>. Data de acesso: 17/09/2020.

⁵⁹ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080313183358/http://jscms.jrn.columbia.edu/cns/2006-05-02/laundry-anarchistfight>. Data de acesso: 17/09/2020.

democráticas. Isto é o que está ausente da interpretação de Hollywood” (Graeber, 2020). A manifestação foi marcada por um confronto entre o movimento *A for Anarchy* e *D for Diplomacy*. O argumento do segundo grupo defendia que o capitalismo e as indústrias do cinema e dos quadrinhos eram forças libertárias. Tanto a *Warner Brothers*, distribuidora do filme, quanto a *DC Comics*, proprietária dos direitos autorais do quadrinho, não fizeram comentários sobre o protesto.

A partir de 2006, após o lançamento do filme, *V de Vingança* foi utilizado como símbolo em diversas manifestações pelo mundo. O grupo mais conhecido pelo uso da máscara de *Guy Fawkes*, utilizada por *V*, é o *Anonymous* – um coletivo internacional de ativistas e *hackers* responsável por protestos e ataques cibernéticos contra instituições públicas e privadas. O *Anonymous* é conhecido por diversas manifestações entre os anos de 2008 e 2016. Entre seus protestos mais conhecidos estão uma manifestação contra a Igreja da Cientologia⁶⁰, a Operação *Payback*⁶¹ e o movimento *Occupy Wall Street*⁶².

As máscaras de *Guy Fawkes* também estiveram presentes no Brasil. Durante as manifestações de 2013, o *Anonymous*, diferentemente de grupos que empregam táticas anarquistas, foram bem recebidos pela mídia. Segundo Ivan Capeller, em *A dupla máscara da anarquia: Block blocs, Anonymous e outros fenômenos* (2014), as manifestações de 2013 foram marcadas, por um lado, pelo recuo dos setores políticos progressistas e pseudoradicais da política brasileira e, por outro, pela aceitação de políticas como “a orwelliana tentativa de

⁶⁰ A primeira manifestação pública do *Anonymous* foi em um protesto contra a Igreja da Cientologia, após uma série de tentativas de censura feitas pela instituição para impedir a circulação de um vídeo em que um de seus membros, Tom Cruise, defendia a superioridade da seita sobre a sociedade. Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/as-origens-e-as-guerras-do-anonymous-o-grupo-hacker-mais-poderoso-do-mundo/>. Data de acesso: 18/09/2020.

⁶¹ Ocorrida em 2010 quando os serviços de pagamento online da *Amazon*, do *PayPal* e da *Mastercard* barraram doações ao projeto *WikiLeaks*. O *Anonymous* denunciou o envolvimento destas empresas com grupos neonazistas. Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/as-origens-e-as-guerras-do-anonymous-o-grupo-hacker-mais-poderoso-do-mundo/>. Data de acesso: 18/09/2020.

⁶² Segundo Catherine Sauviot, em *Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos* (2012), o movimento “Occupy Wall Street (OWS) não surgiu num lugar qualquer, nem em um momento qualquer da história estadunidense, embora seu impacto tenha alcançado rapidamente uma dimensão mundial. Os Estados Unidos foram o epicentro da crise dos **subprimes** desencadeada em 2007 e ligada mais profundamente à asfixia de um modelo de crescimento no qual o consumo é puxado pelo endividamento. Essa crise se espalhou quase de imediato para o conjunto do planeta, num universo financeiro totalmente liberalizado e desregulado. Por essa razão, o OWS certamente não teria nascido sem as revoltas da primavera árabe (em particular as que irromperam no Egito), que deram o tom da contestação em 2011, nem sem o recrudescimento da mobilização ocorrida no estado de Wisconsin na última primavera, depois que o governador republicano decidiu questionar os direitos sindicais dos empregados do setor público e reduzir drasticamente seus salários e vantagens sociais etc. Dezenas de milhares de cidadãos do estado, jovens e menos jovens, manifestaram-se diante do edifício do Congresso em Madison, sua capital, por iniciativa dos sindicatos e de vários grupos progressistas². Certamente isso nunca teria acontecido sem todos os movimentos de resistência e de rebelião que há mais de um século marcaram a história social dos Estados Unidos, país de imigração, como se sabe, e cujos grandes centros urbanos serviram de caixa de ressonância” (Sauviot, 2012, p.145).

equiparação entre ato de terrorismo e ato de protesto” (Capeller, 2014, p.132). Ao contrário dos *Black Blocs*⁶³, regularmente descritos como vândalos, o caráter inofensivo do *Anonymous* não lhe rendeu um tratamento midiático pejorativo.

A última manifestação do *Anonymous* antes de seu retorno em 2020 ocorreu em 2016, em circunstâncias que envolviam uma declaração de guerra às campanhas de Donald Trump⁶⁴ e de Hilary Clinton⁶⁵. Em 2020, o retorno do *Anonymous* é marcado por seu apoio ao movimento *Black Lives Matter*⁶⁶, ao ataque a Donald Trump⁶⁷ e, aqui no Brasil, ao ataque a Jair Bolsonaro⁶⁸.

5 - A CABEÇA DE ALAN MOORE

Em 2017, o canal ARTE HD produziu, em parceria com a União Europeia, um documentário intitulado *A Cabeça de Alan Moore*⁶⁹. Neste documentário, composto por oito entrevistas, Moore fala sobre sua trajetória como quadrinista e escritor, sua cidade, suas posições políticas e sobre a repercussão de sua obra. Analisaremos a versão disponibilizada pelo canal do *youtube Lux Risan*. Segundo consta na descrição do material, as oito entrevistas foram editadas em um único vídeo pelo próprio canal. Analisaremos somente as entrevistas relacionadas a *V de Vingança*, a posição política do autor e a sua discussão sobre cultura.

⁶³Segundo Capeller: “a experiência brasileira do fenômeno dos *Black Blocs*, longe de representar algum tipo real de ameaça ao Estado ou à democracia representativa por parte de um suposto movimento anarquista internacional, é um sintoma muito claro não de um novo poder constituinte em germe, mas sim da impotência constitutiva às séries de manifestações e protestos que tomaram conta do país ano passado: diante da perspectiva de um vácuo no poder político provocado pela presença massiva da multidão nas ruas, todas as forças políticas reputadas radicais do país recuaram instintivamente de suas posições pseudo-esquerdistas e populistas ‘de oposição’ e partiram para a defesa encarniçada da lei e da ordem vigentes, ao lado do PT e da direita tradicional” (Capeller, 2014, p.134).

⁶⁴Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/ywna4w/anonymous-declared-war-on-trump-and-then-disappeared. Data de acesso: 21/09/2020.

⁶⁵Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161221204006/http://constitution.com/hackers-anonymous-declare-war-hillary-clinton-campaign/>. Data de acesso: 21/09/2020.

⁶⁶Disponível em: https://www.bbc.com/news/technology-52879000?xtor=AL-72-%5Bpartner%5D-%5Bbbc.news.twitter%5D-%5Bheadline%5D-%5Bnews%5D-%5Bbizdev%5D-%5Bisapi%5D&at_custom4=A943B9D6-A41F-11EA-BE40-537196E8478F&at_custom2=twitter&at_custom3=%40BBCWorld&at_medium=custom7&at_campaign=64&at_custom1=%5Bpost+type%5D. Data de acesso: 21/09/2020.

⁶⁷Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/anonymous-diz-ter-provas-que-ligam-trump-a-traffic-e-exploracao-de-criancas-165781/>. Data de acesso: 21/09/2020.

⁶⁸Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/02/perfil-hacker-divulga-dados-pessoais-que-seriam-de-bolsonaro-familia-e-aliados>. Data de acesso: 21/09/2020.

⁶⁹*A Cabeça de Alan Moore – Legendado (Português Brasileiro)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YJ3QWnWENNY>. Data de acesso: 16/09/2020.

Na primeira entrevista, Moore lembra que a adoção da máscara de *Guy Fawkes* pelo *Anonymous*, assim como por outros grupos e em outras manifestações sociais, ocorreu depois do lançamento do filme de *V de Vingança* – afirmando categoricamente que pediu para que seu nome fosse retirado dos créditos⁷⁰. Segundo ele:

“[...] a adoção em massa da máscara do V de Vingança só aconteceu depois do filme... O qual eu nunca assisti e não quis nada com ele, porque ele é uma distorção do espírito da minha obra... No qual menções às palavras fascismo e anarquia jamais aconteceram⁷¹” (Moore, 2020).

Sobre o *Anonymous*, Moore afirma que a imagem de *V de Vingança* adicionou uma caracterização dramática aos protestos. Contudo, ele lembra que a venda das máscaras oficiais de *V de Vingança* produziu lucro para as corporações atacadas pelos manifestantes que as compravam⁷². Segundo uma matéria do *The Guardian* publicada em 2011, *The irony of the Anonymous mask*⁷³, de 2008 a 2011 foram vendidas cerca de cem mil máscaras oficiais do filme por ano.

Na segunda entrevista, o autor defende a importância da contracultura para a renovação cultural. Em sua análise, após a Segunda Guerra Mundial ocorreram diversos movimentos de contracultura, os quais, a partir da década de 1990, foram substituídos por reconfigurações da cultura do século XX⁷⁴ (Moore, 2020). Segundo Moore:

“[...] o atual tsunami de filmes de super-heróis americanos não está fazendo nenhum bem à cultura. E quero salientar que, no ano de 2016, quando a Grã-Bretanha votou pelo Brexit e os Estados Unidos elegeram, o que parece ser, um tremendo idiota nazista, seis de cada doze filmes *mainstream*, são filmes de super-heróis. [...] nós nos abrigamos dentro dessas fantasias de empoderamento. As quais eu já não tinha muito apreço logo depois da minha infância. Mas agora... tenho uma espécie de aversão tóxica a isso, porque acho que isso está realmente danificando a cultura, acho que está danificando a imaginação humana, e acho que, no fim das contas, elas podem ser justamente descritas como os sonhos supremacistas sobre uma raça superior⁷⁵” (Moore, 2020).

Esta conclusão já havia aparecido em outro de seus quadrinhos, *Watchmen* (2011), quando Moore critica os protagonistas das narrativas de super-heróis, afirmando na ficção que

⁷⁰ Tempo do vídeo: 0:13 – 0:31.

⁷¹ Tempo do vídeo: 1:31 – 1:50.

⁷² Tempo do vídeo: 4:00 – 4:16.

⁷³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2011/aug/30/irony-of-anonymous-mask>. Data de acesso: 21/09/2020.

⁷⁴ Tempo do vídeo: 4:58 – 5:55.

⁷⁵ Tempo do vídeo: 7:08 – 8:38.

os heróis fantasiados (vigilantes) são “descendentes diretos Ku Klux Klan” (Moore;Gibbons, 2011, p.274). Um dos personagens da obra, o primeiro Coruja, escreve um livro biográfico sobre os *Homens-Minuto*, grupo de vigilantes que protagonizam a narrativa de *Watchmen*, em que afirma: “éramos loucos, éramos pervertidos, éramos nazistas, tudo aquilo que as pessoas comentam” (Moore;Gibbons, 2011, p.70). A construção dos personagens de Moore, tanto em *Watchmen* quanto em *V de Vingança*, consideram sua formação política, sua cultura e as condições de possibilidade que os produziram em seu espaço ficcional (Moore; Gibbons, 2011).

Na quarta entrevista, Moore critica tanto a trajetória política de Margaret Thatcher quanto a de Tony Blair. Ele afirma, por um lado, que as políticas do governo Thatcher transformaram a Inglaterra, fazendo com que uma parte significativa da população fosse submetida às condições de moradores de rua ou moradores dos condomínios de aluguel da classe média⁷⁶ (Moore, 2020) e, por outro, que o Partido Trabalhista, ao chegar no governo com Tony Blair, tornou-se “uma versão alternativa do Partido Conservador⁷⁷” (Moore, 2020), mantendo a convicção de que as políticas públicas de seguridade social não devem ser prioridade. Para Moore, após a Segunda Guerra Mundial, foram as políticas públicas de educação e saúde que garantiram condições mínimas para a sobrevivência da classe trabalhadora inglesa: “[...] isso regrediu por culpa de Margaret Thatcher e continua regredindo nos dias de hoje... por essa nova geração de políticos de postura inepta⁷⁸” (Moore, 2020). No final desta entrevista, Moore defende uma organização política e social autogestionária:

“Da maneira que eu vejo, o que poderia funcionar é: primeiro nos livramos dos limites nacionais, porque não precisamos deles, e eles estão gerando muitos problemas. No lugar disso, temos meios para pensar em comunidades locais, onde elas entendem quais são os seus problemas... onde elas sabem como consertá-los. Ao invés de termos um governo centralizado, acredito que uma solução muito melhor seria termos comunidades (no mundo inteiro) que existiriam de forma independente, e ainda assim estariam conectadas da maneira que podemos nos conectar nesses dias modernos⁷⁹” (Moore, 2020).

Na sexta entrevista, Moore discute o retorno de movimentos políticos populistas e fascistas no início do século XXI. Em sua análise, a internet e a aceleração na produção de informação fizeram com que as noções de fronteiras nacionais e identitárias perdessem o sentido. Para ele, tanto a nostalgia de uma “idade de ouro” quanto o ressentimento de

⁷⁶ Tempo do vídeo: 13:49 – 14:25.

⁷⁷ Tempo do vídeo: 14:36 – 14:56.

⁷⁸ Tempo do vídeo: 15:31 – 15:46.

⁷⁹ Tempo do vídeo: 16:02 – 16:43.

fundamentalistas religiosos e políticos, são tentativas de manutenção de tradições sociais em dissolução⁸⁰ (Moore, 2020).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

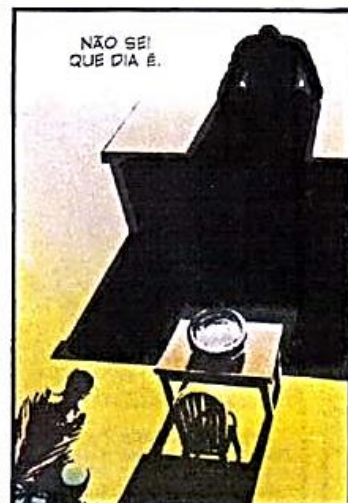
A narrativa de *V de Vingança* foi produzida durante a década de 1980 em um nicho, então, marginalizado da cultura popular como uma ficção política com a finalidade de criticar a cultura e a política emergentes durante seu momento de composição: as políticas neoliberais e as tendências fascistas emergentes durante a penúltima década do século passado. As posições de seus autores são divididas em relação a adaptação cinematográfica. Para Lloyd, o filme contribuiu para se pensar a defesa da democracia, e Moore, por sua vez, critica a supressão dos temas centrais do quadrinho: anarquismo e fascismo. No início deste século, *V de Vingança* foi, após o lançamento do filme, vinculado a diferentes protestos pelo mundo, sendo o *Anonymous* o mais conhecido dos grupos que adotaram a máscara utilizada pelo protagonista, como um símbolo antifascista. Contraditoriamente, a venda das máscaras oficiais do filme produziu lucro às corporações criticadas pelos militantes que as trajavam. Neste sentido, a análise de Moore sobre as apropriações da contracultura pelo mercado se aplica a sua própria obra.

⁸⁰ Tempo do vídeo: 23:04 – 24:57.

BIBLIOGRAFIA

- CAPELLER, Ivan. *A dupla máscara da anarquia: Black Blocs, Anonymous e outros fenômenos*. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.124-137: 2014.
- GRAEBBER, David. “V” stands very bad anarchist movie. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080313183358/http://jscms.jrn.columbia.edu/cns/2006-05-02/lauder-anarchistfight>. Data de acesso: 17/09/2020.
- LLOYD, David. *Omelete entrevista: David Lloyd, de V de Vingança*. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/v-de-vinganca/omelete-entrevista-david-lloyd-de-v-de-vinganca>. Data de acesso: 15/09/2020.
- MOORE, Alan. *Por Trás do Sorriso Pintado*. In: *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012a, p.269-280.
- MOORE, Alan. *A Cabeça de Alan Moore – Legendado (Português Brasileiro)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YJ3QWnWENNY>. Data de acesso: 16/09/2020.
- MOORE, Alan/ GIBBONS, Dave. *Watchmen*. Trad. Jotapê Martins e Helcio de Carvalho. 2ªEd. São Paulo: Panini Books, 2011.
- MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012n.
- SAUVIOT, Catherine. *Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos*. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, V.7, n.11, p.145-159, 2012.
- VIANA, Nildo. *V de Vingança: Quadrinhos e Sociedade no Capitalismo Neoliberal*. In: *Poéticus – Revista de Poesias, Artes e Reflexões*, v.1, n.2: 2014.

ANEXO 1



EU NÃO SEI QUEM VOCÊ
CREDITE. NÃO HÁ COMO CO
E ISTO NÃO É MAIS UM T
S NÃO IMPORTA. EU SOU E
EM VOCÊ É, MAS TE AMO.
BEM PEQUENININHO, QU
TRARAM. SOU UMA MULHER
RO DE MIM. TALVEZ NÃO
ER DE NOVO, POR ISSO, ES
TA MUITO LONGA SOBRE
ÍNICA AUTOBIOGRAFIA Q
OH, DEUS, ESTOU ESCRE
1 PAPEL HIGIÊNICO.

"EU NASCI EM NOTTINGHAM,
EM 1957. CHOVIA UM BOCADO.
PASSEI NO TESTE DE AVALIAÇÃO
E FUI PRA UMA ESCOLA FEMININA.
EU QUERIA SER ATRIZ."

"CONHECI MINHA
PRIMEIRA NAMORA-
DA NA ESCOLA."

"SEU NOME ERA
SARA. TINHA QUATORZE
ANOS E EU, QUINZE.
NÓS DUAS ESTÁ-
VAMOS NA CLASSE
DA SRTA. WATSON."

"SUAS MÃOS... ELAS
ERAM LINDAS."

"NA AULA DE BIOLOGIA,
CONTEMPLANDO O
FETO DE COELHO NO
JARRO DE PICKLES,
FIQUEI OUVINDO A SRA.
HIRO DIZER QUE ISSO
ERA UMA FASE DA
ADOLESCÊNCIA QUE AS
PESSOAS SUPERAM."

"SARA
SUPEROU.
EU, NÃO."

"EM 1976, PAREI DE
FINGIR E LEVEI UMA NAMO-
RADA, CHRISTINE, PRA
CONHECER MEUS PAIS."

"UMA SEMANA DEPOIS, FUI
PRA LONDRES E ME MARI-
TULEI NA ESCOLA DRAMÁTICA.
MAMÃE DISSE QUE PARTI
O CORAÇÃO DELA..."

"...MAS MINHA INTEGRIDADE
ERA MAIS IMPORTANTE.
ISSO É EGOÍSMO PODE NÃO
SER MUITO, MAS É TUDO
O QUE NOS RESTA AQUI."

"SÃO NOSSOS ÚLTI-
MOS CENTÍMETROS..."

"...MAS, NELES, NÓS
SOMOS LIVRES."



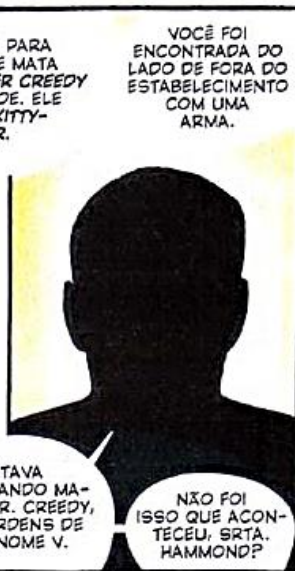
CERTO.



AGORA, SRTA. HAMMOND, VAMOS REVER OS FATOS.



VOCÊ TRABALHA PARA CODINOME V. ELE MATA AUTORIDADES. PETER CREEDEY É UMA AUTORIDADE. ELE FREQUENTA O KITTY-KAT-KELLER.



VOCÊ FOI ENCONTRADA DO LADO DE FORA DO ESTABELECIMENTO COM UMA ARMA.



NÃO! POR FAVOR, NÃO É VERDADE...

POR FAVOR, ROSSISTER!

SIM.

NÃO! ESPERE! POR FAVOR, NÃO!



"LONDRES."

"EU ERA FELIZ EM LONDRES."

MAS MINHA INTEGRIDADE ERA MAIS IMPORTANTE. ISSO É EGOÍSMO? PODE NÃO SER MUITO, MAS É TUDO O QUE NOS RESTA AQUI. SÃO NOSSOS ÚLTIMOS CENTÍMETROS, MAS, NELES, NÓS SOMOS LIVRES. LONDRES. EU ERA FELIZ EM LONDRES. EM 1981, INTERPRETEI DANDINI EM CINDERELA. MEU PRIMEIRO TRABALHO PROFISSIONAL. O MUNDO ERA ESTRANHO, FARFALHANTE E CONTURBADO, COM PLATÉIAS INVISÍVEIS POR TRÁS DAS LUZES QUENTES E OFEGANTE GLAMOUR. ERA EXCITANTE E, AO MESMO TEMPO, SOLITÁRIO. À NOITE, EU IA AO GATEWAYS OU OUTRAS CASAS NOTURNAS, MAS EU ERA BEM RETRAÍDA E NÃO ME MISTURAVA FACILMENTE. EU VIA DE TUDO, MAS NUNCA ME SENTI CONFORTÁVEL. LÁ, HAVIA MUITOS QUE SÓ QUERIAM SER GAYS. ERA A VIDA DELES. SUA AMBIÇÃO. ERA SÓ DISSO QUE ALAVAM E EU QUERIA MAIS DO QUE AQUILO.

"...MAIS DO QUE AQUILO."

"O TRABALHO EVOLUIU. CONSEGUI PEQUENOS PAPEIS EM ALGUNS FILMES. DEPOIS MAIORES."

"EM 1986, PARTICIPEI DO AS DUNAS DE SAL. GANHOU TODOS OS PRÊMIOS, MAS NÃO O PÚBLICO."

"CONHECI RUTH TRABALHANDO NELE."

"NÓS NOS AMÁVAMOS."

"FOMOS MORAR JUNTAS. NO DIA DOS NAMORADOS, ELA ME MANDAVA ROSAS. E DEUS, TINHAMOS TANTO."

"FORAM OS TRÊS MELHORES ANOS DA MINHA VIDA."

"EM 1988, HOVE A GUERRA..."

"DEPOIS DISSO, NÃO HOUVE MAIS ROSAS."

"PRA NINGUEM."



"EM 1992, DEPOIS QUE TOMARAM O PODER, COMEÇARAM A PRENDER OS HOMOSSEXUAIS. LEVARAM RUTH ENQUANTO ELA PROCURAVA COMIDA."

"POR QUE ELLES TÊM TANTO MEDO DE NÓS?"

"QUEIMARAM RUTH COM PONTAS DE CIGARRO E FORÇARAM A COITADINHA A DAR NOMES. ELA ASSINOU UMA DECLARAÇÃO DE QUE FOI SEDUZIDA POR MIM."

"EU NÃO A CULPEI."

"EU AMAVA RUTH, NÃO PODIA CULPÁ-LA."



"MAS ELA SIM."

"RUTH SE MATOU EM SUA CELA. ELA NÃO PÔDE VIVER DEPOIS DE ME TRAIR. APÓS CEDER AQUELES ÚLTIMOS CENTÍMETROS."

"OH, RUTH..."

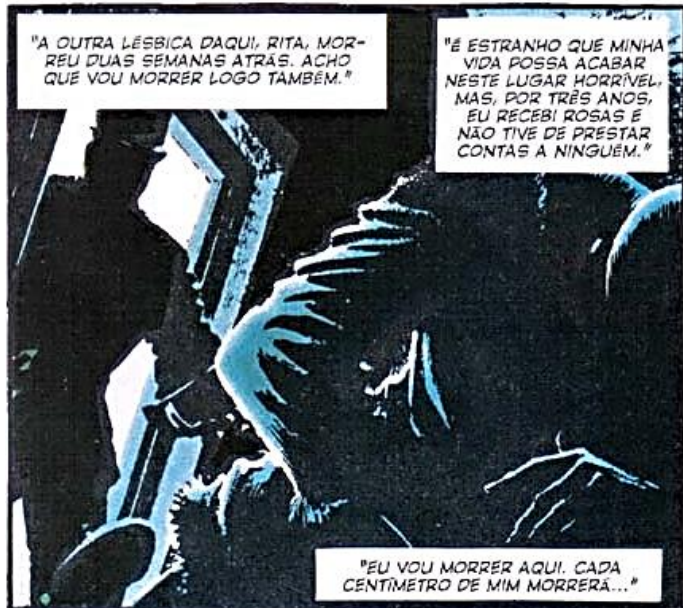


"ELLES VIERAM ME BUSCAR. DISSERAM QUE TODOS OS MEUS FILMES SERIAM QUEIMADOS."

"RASPARAM MEU CABELO. METERAM MINHA CABECA NUMA PRIVADA E FIZERAM PIADAS SOBRE LÉSBICAS."



"FUI TRAZIDA PRA CÁ E DROGADA. NÃO SINTO MAIS MINHA LÍNGUA E NEM POSSO FALAR."



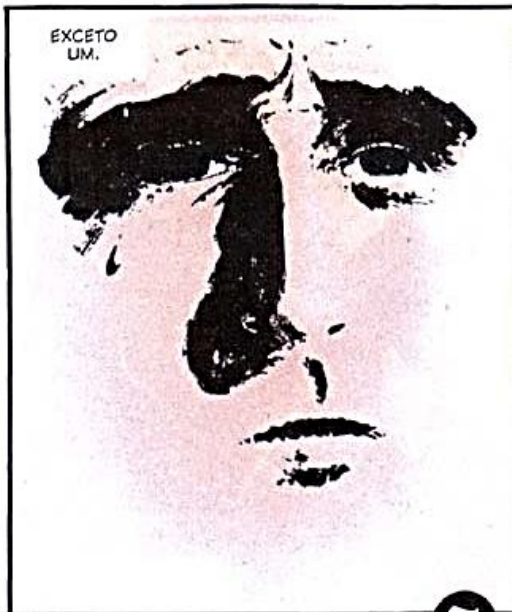
"A OUTRA LÉSBICA DAQUI, RITA, MORREU DUAS SEMANAS ATRÁS. ACHO QUE VOU MORRER LOGO TAMBÉM."

"É ESTRANHO QUE MINHA VIDA POSSA ACABAR NESTE LUGAR HORRÍVEL, MAS, POR TRÊS ANOS, EU RECEBI ROSAS E NÃO TIVE DE PRESTAR CONTAS A NINGUÉM."

"EU VOU MORRER AQUI. CADA CENTÍMETRO DE MIM MORRERÁ..."

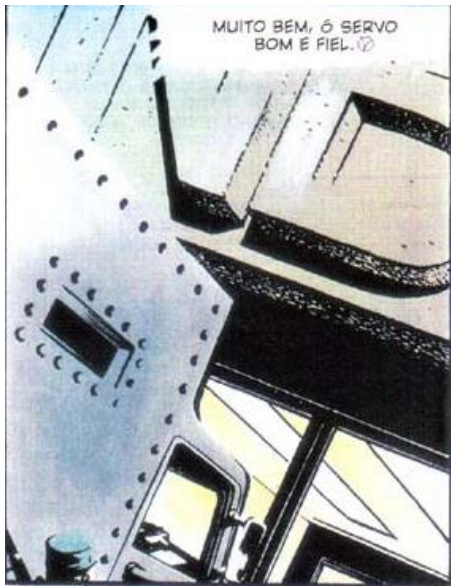


"...EXCETO UM."



ANEXO 2





MUITO BEM, O SERVO BOM E FIEL.



POR FAVOR, NÃO PENSE QUE ME ESQUECI DA SUA ADMIRÁVEL FOLHA DE SERVIÇOS, OU DAS VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES QUE PRESTOU À EMPRESA.

O FOGO, A RODA, A AGRICULTURA... UMA LISTA RESPEITÁVEL, MEU VELHO. REALMENTE MUITO RESPEITÁVEL.



MAS... BEM, PARA SER FRANCO, NÓS ANDAMOS TENDO PROBLEMAS. NÃO SE PODE FECHAR OS OLHOS PARA ISSO.

E SABE ONDE EU ACHO QUE A MAIORIA DELES SE ORIGINA?



NA SUA INDISPOSIÇÃO NATURAL PARA SUBIR DENTRO DA EMPRESA, VOCÊ NÃO QUER ENCARAR RESPONSABILIDADES VERDADEIRAS, NEM SER SEU PRÓPRIO CHEFE.

DEUS SABE QUANTAS OPORTUNIDADES JÁ TEVE.



VÁRIAS VEZES, NÓS LHE OFERECEMOS PROMOÇÕES, E VOCÊ SEMPRE RECUSOU.

"ISSO É MUITO PRA MIM, CHEFIA. EU CONHEÇO MEU LUGAR."



PARA SER FRANCO, VOCÊ NUNCA NEM TENTOU.



SABE... COMO NÃO PROGRIDE HÁ MUITO TEMPO, ISSO JÁ COMEÇA A AFETAR SEU TRABALHO...



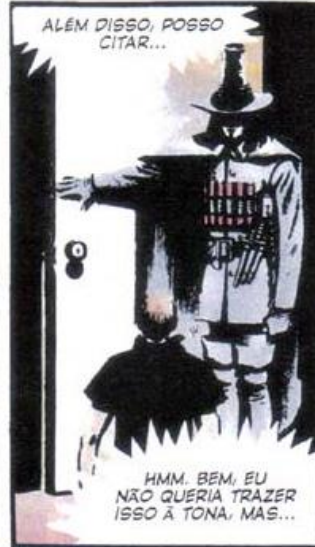
...E, DEVO ACRESCENTAR, SEU PADRÃO DE COMPORTAMENTO TAMBÉM.



OS CONSTANTES DESENTENDIMENTOS NA FÁBRICA NÃO ESCAPARAM À MINHA ATENÇÃO...



...NEM OS SURTOS DE DESORDEM NA CANTINA DOS FUNCIONÁRIOS.



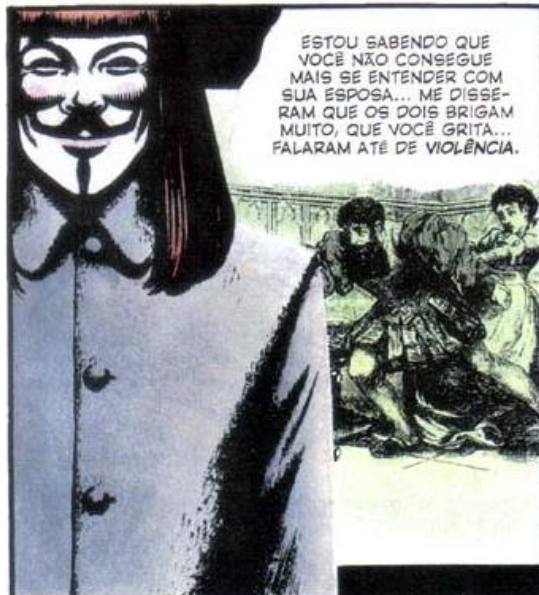
ALÉM DISSO, POSSO CITAR...

HMM. BEM, EU NÃO QUERIA TRAZER ISSO À TONA. MAS...



...SABE, ANDEI OUVINDO COISAS DESAGRADÁVEIS SOBRE SUA VIDA PESSOAL.

NÃO. NADA DE NOMES. QUEM ME CONTOU, NÃO IMPORTA.



ESTOU SABENDO QUE VOCÊ NÃO CONSEGUE MAIS SE ENTENDER COM SUA ESPOSA... ME DISSERAM QUE OS DOIS BRIGAM MUITO, QUE VOCÊ GRITA... FALARAM ATÉ DE VIOLÊNCIA.



FUI INFORMADO QUE VOCÊ SEMPRE MAGOA AQUELA QUE AMA...

...AQUELA QUE JÁMAIS DEVERIA MAGOAR.





VOCÊ! VOCÊ INDICOU ESSAS PESSOAS. VOCÊ DEU A ELAS O PODER PARA TOMAREM DECISÕES EM SEU LUGAR!



CLARO QUE QUALQUER UM ESTÁ SUJEITO A SE EQUIVOCAR. MAS COMETER OS MESMOS ERROS FATAIS, SÉCULO APÓS SÉCULO, PARECE UMA ATITUDE DELIBERADA.



VOCÊ ENCORAJOU ESSES INCOMPETENTES, QUE TRANSFORMARAM SUA VIDA PROFISSIONAL NUM INFERNO.



ACEITOU SUAS ORDENS INSENSATAS SEM QUESTIONAR.



SEMPRE PERMITIU QUE ENCHESSEM SEU ESPAÇO DE TRABALHO COM MÁQUINAS PERIGOSAS.

VOCÊ PODIA TER DETIDO ESSA GENTE.



BASTAVA DIZER "NÃO".

VOCÊ NÃO TEVE ORGULHO PRÓPRIO.

PERDEU O VALOR QUE TINHA NA COMPANHIA.

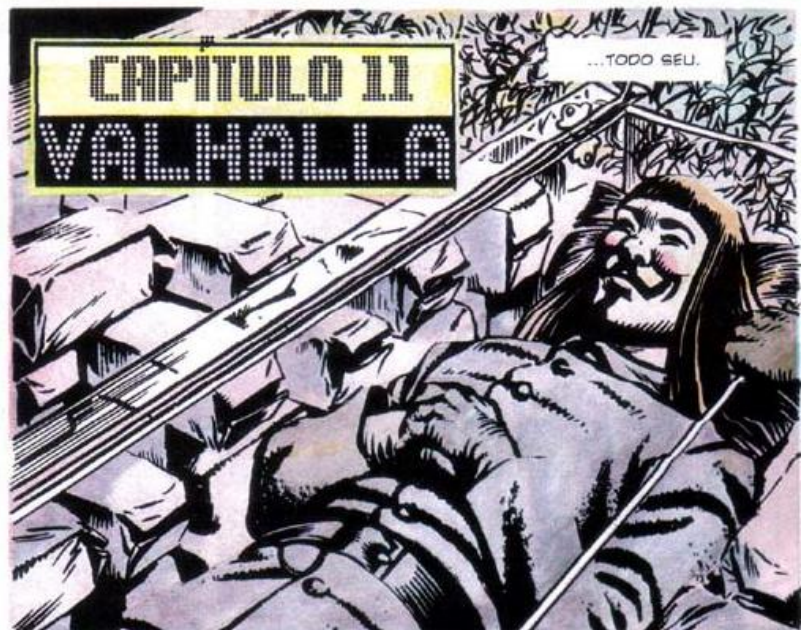


NO ENTANTO, EU SEREI GENEROSO.

VOCÊ TERÁ DOIS ANOS PARA APRIMORAR SEU TRABALHO. SE, AO FIM DESSE PERÍODO, NÃO APRESENTAR RESULTADOS SATISFATÓRIOS...



ANEXO 3





VÁ.

VÁ! COM TODO O SEU GELIGNITE E LÍRIOS.



QUANTO EXPLOSIVO HAVIA NAQUELE TREMP EU NÃO ME PREOCUPEI EM CONTAR OS PACOTES.

O BASTANTE, IMAGINO.

TALVEZ UM POUCO MAIS.



VOCÊ DISSE QUE A LINHA VICTORIA ESTAVA BLOQUEADA ENTRE WHITEHALL E ST. JAMES. EU CHEQUEI E É VERDADE. HÁ DESTROÇOS NO CAMINHO.

"ME DÊ UM FUNERAL VIKING". VOCÊ DISSE.



RESTAM QUATRO MINUTOS PRA TOMAR O ELEVADOR ATÉ O TETO. TÃO FÁCIL ENCONTRAR MEU CAMINHO AGORA.

DURANTE NOSSO PASSEIO TURÍSTICO, VOCÊ ME MOSTROU ESTE LUGAR E DISSE QUE ERA A SUA VONTADE.



EU NÃO COMPREENDI...

NA HORA, NÃO...

...MAS VOCÊ ESTAVA CERTO. É CLARO, SOBRE ESTE LUGAR, VOCÊ ME MOSTROU SUA VONTADE, SEU TESTAMENTO...



...E EU SOU A ÚNICA BENEFICIÁRIA.

SÃO DUAS E QUATORZE. VOCÊ ESTÁ QUASE LÁ, ACELERANDO A BARCA FUNERÁRIA ATRAVÉS DE CANAIS SUBTERRÂNEOS...



...PERCORRENDO AS TREVAS RUMO A SEU DESTINO...



...ONDE A LINHA ESTÁ BLOQUEADA ENTRE WHITEHALL E ST. JAMES...



...BEM DEBAIXO DA RUA DOWNING.



BIBLIOGRAFIA GERAL

- ADVERSE, Helton. *Arendt, a democracia e a desobediência civil*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, nº105, p.409-434, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- AUGUSTO, Acácio. *Revolta e antipolítica em Bakunin*. In: Verve, Nº26, 2014, p.157-173.
- CANGUÇU, Cristiano Figueira. *Modos de Narrar Mundos: Trama e Exposição de Filmes de Ficção Científica*. Tese (Tese em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – UFBA. Salvador, 2018.
- CAPELLER, Ivan. *A dupla máscara da anarquia: Black Blocs, Anonymous e outros fenômenos*. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.124-137: 2014.
- COLOMBO, Eduardo. *Anarquia e Anarquismo*. Tradução Martha Gambini. In: Verve, nº7, 2005, p.194-207.
- COHEN, William. *Thomas Jefferson e o problema da escravidão*. In: Estudos Avançados, 14 (38), p.151-180, 2000.
- CORREIA, Adriano. *Antissemitismo e totalitarismo em Hannah Arendt*. In: Quadranti: Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea, Vol. VI, nº2: 2018.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUARTE, André de Macedo. *Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI*. 2008. Disponível em: < https://works.bepress.com/andre_duarte/17/ >. Acesso em: 05/10/2019.
- DUSSEL, Inês. *Foucault e a Escrita da História: reflexões sobre os usos da genealogia*. Revista Educação e Realidade, UFRGS, V.29, n.1 jan/jun, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, Hupert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Trad. Eduardo Brandão. 1º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GAIMAN, Neil; MCKEAN, Dave. *Sinal e Ruído*. Trad. Alexandre Boide. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.
- GRAEBBER, David. *“V” stands very bad anarchist movie*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080313183358/http://jscms.jrn.columbia.edu/cns/2006-05-02/lauder-anarchistfight>. Data de acesso: 17/09/2020.
- HAN, Byung-Chul. *O que é poder?*. Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- KUNIGAMI, André Keiji. *Fotografia contra vontade: As Fotografias de Dorothea Lange dos Campos de Concentração dos Estados Unidos*. In: Dossiê Instabilidade e Conflitos das/nas Imagens, Logos, Vol 27, Nº 1, p. 221-241,2020.

- LLOYD, David. *Omelete entrevista: David Lloyd, de V de Vingança*. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/v-de-vinganca/omelete-entrevista-david-lloyd-de-v-de-vinganca>. Data de acesso: 15/09/2020.
- MOORE, Alan. *Por Trás do Sorriso Pintado*. In: *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012a, p.269-280.
- MOORE, Alan. *A Cabeça de Alan Moore – Legendado (Português Brasileiro)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YJ3QWnWENNY>. Data de acesso: 16/09/2020.
- MOORE, Alan; GIBBONS, Dave. *Watchmen*. Trad. Jotapê Martins e Helcio de Carvalho. 2ªEd. São Paulo: Panini Books, 2011.
- MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de Vingança*. Trad. Helcio de Carvalho. Barueri: Panini Books, 2012.
- OJAKANGAS, Mika. “Agamben and Foucault Impossible Dialogue on Bio-power” in *Foucault studies*, No.20, pp. 155-179, December 2015.
- REICH, Wilhelm. *A Psicologia de Massas do Fascismo*. Trad. Maria da Graça M. Macedo. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SAUVIOT, Catherine. *Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos*. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, V.7, n.11, p.145-159, 2012.
- SCHOTTEN, C. Heike. “Against Totalitarianism: Agamben, Foucault, and the Politics of Critique” in *Foucault Studies*, nº.20, p.155-179, December 2015.
- VIANA, Nildo. *V de Vingança: Quadrinhos e Sociedade no Capitalismo Neoliberal*. In: *Poéticus – Revista de Poesias, Artes e Reflexões*, v.1, n.2: 2014.